

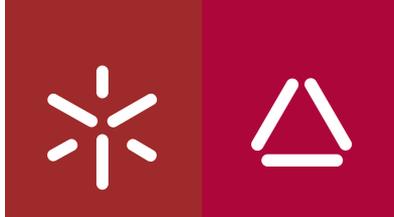


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Diana Isabel Pereira Silva

**Mulheres Trans: trajetos de vida, estigma e luta
como trabalhadoras sexuais no norte de Portugal**

julho de 2022



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Diana Isabel Pereira Silva

Mulheres Trans: trajetos de vida, estigma e luta como trabalhadoras sexuais no norte de Portugal

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Sociologia
Área de Especialização em Políticas Sociais

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Fernando Bessa Ribeiro

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

Mulheres Trans: trajetos de vida, estigma e luta como trabalhadoras sexuais no norte de Portugal

Numa sociedade onde o sexo mercantil é olhado com preconceito, estigma e a uma certa distância, os trabalhadores sexuais assumem-se cada vez mais como profissionais, percecionando a prostituição como um trabalho. Contudo, em Portugal, legalmente, o trabalho sexual ainda não é reconhecido como atividade laboral. Socialmente, acontece o mesmo, embora sejam cada vez mais numerosas as vozes que exigem o seu reconhecimento como trabalho.

No contexto social e pandémico em que se insere, este estudo propõe compreender como os indivíduos atuam e interagem no campo do trabalho sexual de pessoas trans¹. Deste modo, pretende-se compreender como se constrói a sua identidade de género, qual é a sua relação com o seu corpo e com as transformações físicas que realizaram/desejam realizar. Como encaram a sua realidade social? Como são as suas relações interpessoais com familiares, amigos, pares e no campo do trabalho sexual? Como se dá a sua entrada no campo do trabalho sexual e quais as suas motivações e finalidades? A par disto, numa realidade em que são conhecidos problemas de saúde pública, nomeadamente doenças transmissíveis por via sexual, junta-se agora um outro vírus de fácil e rápida propagação. Como se adaptaram os trabalhadores sexuais trans à pandemia de COVID-19 e seus constrangimentos?

A metodologia utilizada foi de tipo qualitativo, considerando que o problema de investigação incide sobre como os indivíduos tomam decisões e as significações que constroem. Como técnica de recolha de dados, contribuiu para esta pesquisa principalmente o trabalho etnográfico, ainda que de forma intermitente, em cidades dos distritos de Braga e do Porto.

Este estudo expõe a dupla estigmatização de que as mulheres trans trabalhadoras sexuais são alvo, uma vez que desempenham um trabalho com uma representação social negativa, desafiando o modelo cisheteronormativo e binário. Para além disso, os seus corpos são instrumentos de construção da identidade pessoal, sendo que o campo do trabalho sexual, para além das suas finalidades, funciona ainda como um campo de empoderamento e reafirmação identitária.

Palavras-chave: construção identitária; género; mulheres trans; pandemia; trabalho sexual.

¹ Nesta dissertação, por forma a facilitar a abordagem das diversas identidades de género apresentadas, é adotado o termo *trans* para fazer referência ao conjunto de indivíduos que assumem identidades de género fora da cisgeneridade.

Abstract

Trans women: life trajectories, stigma and struggle as sex workers in northern Portugal

In a society where commercial sex is wounded with prejudice, stigma and a certain distance, sex workers increasingly assume themselves as professionals, perceiving sex work as a job. However, in Portugal, legally, prostitution is not yet recognized as a work activity. Socially, it does happen, although there are more voices demanding its recognition as work.

In the social and pandemic context in which it is inserted, this study proposes to understand how individuals act and interact in the field of sex work by trans people. In this way, it is intended to understand how their gender identity is constructed, what is their relationship with their body and with the physical transformations they have carried out/want to carry out. How do they view their social reality? How are your interpersonal relationships with family, friends, peers and in the field of sex work? How do you enter the field of sex work and what are your motivations and purposes? Alongside this, in a reality where public health problems are known, namely sexually transmitted diseases, there is now another virus that is easy and fast to spread. How did trans sex workers adapt to the COVID-19 pandemic and its constraints? A methodology used was of a qualitative type, considering that the investigation focuses on how the methods of decisions are taken and how meanings. As a data collection technique, ethnographic work contributed to this research, albeit intermittently, in some cities in the district of Braga and Porto.

This study exposes the double stigmatization that trans women sex workers are targeted, since they perform work with a negative social representation, challenging the cisheteronormative and binary model. In addition, their bodies are instruments for the construction of personal identity, and the field of sex work, in addition to its purposes, also functions as a field of empowerment and identity reaffirmation.

Keywords: identity construction; genre; trans women; pandemic; sex work.

Índice

Resumo	iv
Abstract	v
Glossário	viii
Nota prévia	xi
Introdução	1
Capítulo 1. Considerações teórico-metodológicas	3
1.1. O quadro teórico, o problema e as opções metodológicas	3
1.2. Etapas da pesquisa etnográfica	10
1.3. Cenários de ação: lugares e circulações.....	15
Capítulo 2. <i>Travesti</i>, transgênero e transexual	18
2.1. As (in)definições dos termos	19
2.2. A construção do corpo e de uma identidade de gênero fora da cisgeneridade.....	26
2.3. Família, amigos e afetividade: contextos relacionais das pessoas trans.....	29
2.4. Identidade de gênero trans e orientação sexual: a legislação portuguesa e a voz dos profissionais	31
Capítulo 3. Trabalho sexual de pessoas trans	44
3.1. Trabalho sexual ou prostituição?	44
3.2. A entrada no trabalho sexual por parte de pessoas trans: motivações e finalidades	46
3.3. Trabalho sexual e a pandemia: constrangimentos e o <i>online</i> como estratégia de sobrevivência ...	56
3.4. Trabalho sexual cisgênero e trabalho sexual trans: qual o mais valorizado?.....	69
3.5. Estigmas e discriminações multiplicadas: as desigualdades sociais e a violência contra as trabalhadoras sexuais trans	74
Capítulo 4. Porque há vida para lá do trabalho: contextos e práticas de convívio e lazer	80
4.1. A família e o amor: conflitos, solidariedades e a luta pela realização dos sonhos	97
4.2. Amizades e rivalidades: os laços e os conflitos com os próximos	112
Considerações finais	118
Referências bibliográficas	124

Índice de fotografias

Fotografia 1.	Publicação de interação com seguidores no <i>Instagram</i>	61
Fotografia 2.	Fotografia no elevador	62
Fotografia 3.	Fotografia em roupa interior	62
Fotografia 4.	Fotografia em <i>lingerie</i> e respetivos comentários	63
Fotografia 5.	Fotografia num hotel, com partilha de localização	63
Fotografia 6.	Partilha da toma de hormonas, medicamento Androcur	64
Fotografia 7.	Partilha da chegada de um novo Cartão de Cidadão com o nome adotado por si e com a identificação como género feminino	65
Fotografia 8.	Catarina vestida para ir a um clube de <i>swing</i>	82
Fotografia 9.	Denise vestida para ir a um clube de <i>swing</i>	83
Fotografia 10.	Sala principal do clube de <i>swing</i>	85
Fotografia 11.	Salas mais escondidas em formato de U, no clube de <i>swing</i>	86
Fotografia 12.	Quarto particular com porta	86
Fotografia 13.	Exemplo de uma das entradas dos quartos particulares	87
Fotografia 14.	Cama para práticas sexuais em local de acesso geral.....	87
Fotografia 15.	Quarto com cama e painel com aberturas	88
Fotografia 16.	Espaços para a introdução de órgãos sexuais e de interação sexual através de uma parede	88
Fotografia 17.	Denise a atuar	90
Fotografia 18.	Drag Queen em atuação	91
Fotografia 19.	Jéssica com o seu fato de atuação	92
Fotografia 20.	Denise a atuar 2	96
Fotografia 21.	Denise a atuar 3	96

Índice de quadros

Quadro 1.	Ordenamento do sistema de género	26
Quadro 2.	Escala de Indefinição de Género de Benjamin (1966)	33

GLOSSÁRIO

Bicha	Homem com características feminizadas; no Brasil, significa também homossexual masculino
Camisa/ camisinha	Preservativo
Chulo	Pessoa que recebe parte dos lucros obtidos por trabalhadores sexuais
Cliente colocado	Expressão utilizada por trabalhadores sexuais trans para se referirem a clientes que consomem drogas
Colhões	Testículos
Cona / Parreca	Órgão sexual feminino
<i>Cross dresser</i>	Indivíduo que veste roupas dos sexo oposto em ocasiões específicas
Fetice	Fantasia
Foder	Ter relações sexuais
Leitada	Esperma
Maricona	Expressão utilizada por trabalhadores sexuais trans para se referirem a clientes
Maricona penosa	Expressão utilizada por trabalhadores sexuais trans para se referirem a clientes sem ou com pouco dinheiro
Montar	Ter relações sexuais ou aperaltar
Mulher cisgénero	Indivíduo que nasce com genitália feminina e se identifica com o género feminino
Mulher <i>travesti</i>	Indivíduo que nasce com corpo masculino, mas constrói uma identidade de género feminino
Pau	Órgão sexual masculino
Putaria	Trabalho sexual
Putas	Trabalhadores sexuais
Sair do armário	Admitir uma identidade de género oposta à expectável à nascença. Também pode ser uma expressão utilizada para admitir homossexualidade
<i>Swing</i>	Troca (de casais, parceiros, ou outros em práticas sexuais)

Transpassável	Homem ou mulher trans que pode ser confundido com homem ou mulher cisgénero
Traveco	Termo pejorativo para <i>travesti</i>
Calcinha de aquendar	Cuecas destinadas a esconderem a presença do pénis
Versátil	Penetrar e ser penetrado em relações sexuais
Ativo	Penetrar em relações sexuais

Eis o meu segredo. É muito simples: só se vê bem com o coração. O essencial é invisível para os olhos.

Antoine de Saint-Exupéry

NOTA PRÉVIA

Por se tratar de um estudo onde as participantes são atores sociais altamente estigmatizados do ponto de vista social, decidiu-se que não é adequada a apresentação de um Termo de Consentimento Informado. Importa não obnubilar que a apresentação de um documento formal que necessite da assinatura das participantes os poderia levar a recusar participar na investigação ou criar algum tipo de insegurança ou desconfiança. Não seria, de todo, viável que, numa investigação que se socorre de uma abordagem etnográfica de tipo informal, se utilizasse um documento impresso que necessitasse da assinatura das participantes, nos mais variados contextos e locais onde esta investigação, pelo seu carácter, foi desenvolvida. Assim, sendo um público que por si só é de difícil acesso e coloca barreiras à sociedade em geral, e sendo a investigadora, numa primeira abordagem, vista como uma total desconhecida e onde, por isso, os olhares recaem sobre si, ter um documento em mãos e requerer assinaturas não é, de forma alguma, exequível, dado que seria de imediato alvo de suspeita ou incredulidade. Por exemplo, em locais de convívio onde são propícias práticas sexuais ou até mesmo trabalho sexual (sendo ou não permitido pelos diversos estabelecimentos), ter em mãos um papel e requerer assinaturas é inconcebível. Com efeito, os propósitos desta investigação foram explicados de forma rigorosa, clara e precisa, oralmente, aos que nela participaram, dialogando de modo informal nos mais diversos contextos. Do mesmo modo, a sua concordância em participar no presente estudo também foi concedida verbalmente. A estes foi ressalvado que toda a informação fornecida seria utilizada unicamente no âmbito desta investigação, bem como assegurado que a confidencialidade da mesma seria preservada. Já em relação às fotografias onde as participantes possam ser identificáveis, foi requerida uma permissão verbal para a exposição das mesmas e, só após o consentimento ser disponibilizado, foram utilizadas as fotografias que constam neste trabalho. Contudo, assegurou-se que os rostos das mesmas não foi, em momento algum, exibido.

De modo a garantir o anonimato, o nome das participantes foi alterado. Tratando-se de um estudo etnográfico, tomou-se esta decisão para que, através dos excertos colocados ao longo da dissertação e do Caderno de Campo, as participantes não possam ser identificáveis através dos seus discursos ou ações.

Chama-se a atenção para a linguagem apresentada em excertos do Caderno de Campo, que comportam o uso de calão e expressões com certa rudeza. Atendendo, também, à existência de palavras

ou expressões das quais o leitor poderá desconhecer ou por serem apenas conhecidas pelos atores sociais que fazem parte desta investigação, elaborou-se um glossário que permite compreendê-las.

Ao longo do texto são apresentados excertos retirados do Caderno de Campo, referentes a notas, reflexões, descrições e questões decorrentes da investigação, bem como diálogos com os/as atores/atrizes sociais participantes e conversas entre eles/elas. Deste modo, fazem parte destes excertos expressões próprias das participantes, que são identificáveis uma vez que se encontram entre aspas. Para além disso, apesar de existir pré-definida uma fonte de letra de utilização obrigatória na escrita da Dissertação de Mestrado, escolhida pela própria Universidade do Minho, que é a *NewsGotT*, tendo em vista uma melhor identificação, por parte do leitor, daquele que é o corpo da tese e aqueles que são os excertos retirados do Caderno de Campo, decidiu-se utilizar uma fonte diferente para os excertos retirados deste. Assim, a citação direta das notas do Caderno de Campo é ainda identificável através da fonte *Ink Free*, seguidas da referenciação ao Caderno de Campo e data em que as mesmas citações foram escritas/recolhidas.

Salienta-se ainda que toda a informação recolhida em trabalho de campo foi obtida através do contacto com as participantes, sendo por isso que as informações, excertos, expressões e conversas apresentadas mostram apenas a sua visão acerca dos diversos temas abordados, não estando por isso aqui representada a visão de outros atores sociais de relevo na vida destas participantes, como sendo os clientes do trabalho sexual trans.

INTRODUÇÃO

Quando eu era criança, ouvia dizer que um *travesti* era um homem que se vestia de mulher. Ouvia também que uma prostituta era uma mulher que vendia o corpo aos homens. Hoje, um pouco mais velha e tendo um real entendimento dessas palavras, vejo desde logo o estigma colocado nessas definições de senso comum. Um *travesti* era um homem que se vestia de mulher só porque sim, talvez fosse demente, quem o iria compreender. Prostitutas seriam apenas e só mulheres que vendem o corpo: fazem sexo com (e só) homens, porque precisam de dinheiro. Hoje, quando me perguntam o tema da minha tese e eu respondo, muitas pessoas me questionam de imediato: “E tu não tens medo de andar com essa gente? Tu tem cuidado, essa gente é perigosa!” ou então “Ui, onde tu te foste meter!”. E é por aqui e por isto que eu quero começar.

O tema desta investigação prende-se com o trabalho sexual de pessoas trans. Juntam-se aqui dois fenómenos que são alvo de uma representação social negativa. Em primeiro lugar porque possuem uma identidade de género diferente daquela com a qual nasceram, desafiando assim os modelos normativos de identidade de género (modelo binário – homem ou mulher), sendo por isso que causam reações emocionais fortes, do ponto de vista social. Em segundo lugar porque, para além de se sentirem diferentes do modelo de identidade de género binário, também realizam trabalho sexual. O trabalho sexual, como se sabe, é um problema social que interessa à sociologia. Do ponto de vista social, estas pessoas não são compreendidas, mas estigmatizadas e desrespeitadas. São diferentes, são o estranho, são desvalorizadas e são, conseqüentemente, desacreditadas nos mais variados contextos da vida social.

Quando o projeto desta investigação teve início, em fevereiro de 2021, era objetivo elaborar um estudo que abordasse as vivências de trabalhadores sexuais trans na cidade de Guimarães, durante a pandemia de COVID-19. Nessa altura, a pandemia colocava constrangimentos muito fortes, nomeadamente com medidas preventivas que limitavam a circulação e socialização em espaços públicos. Com a vacinação, o levantamento de medidas de prevenção mais restritivas e com um melhor conhecimento sobre como lidar com a pandemia, ter esta como foco veio mostrar-se com menos sentido. A par disto, as recolhas elaboradas em campo, acerca das vivências destas pessoas, no refere ao corpo, género e sexualidade, bem como o tema do trabalho sexual, levaram a que o tema desta investigação fosse conduzido para outros caminhos, nomeadamente o da perceção e construção do género e o trabalho sexual desempenhado pelas participantes. Ao mesmo tempo, a dificuldade em encontrar um número de participantes que fosse relevante para esta investigação, apenas na cidade de Guimarães, veio a mostrar-se uma dificuldade, pelo que a área geográfica em estudo teve de ser alargada, de modo

a chegar a mais participantes. Deste modo, o que me leva agora a debruçar sobre este tema é o intuito de captar e apresentar as vivências e representações de trabalhadoras sexuais trans, tendo como referência geográfica principal cidades dos distritos de Braga e do Porto. Considero ser necessário compreender e mostrar a trajetória de vida destas mulheres e as suas vivências do dia a dia, visto tratar-se de pessoas que se vêm obrigadas a viver à margem da sociedade. Para isto, nada mais indicado do que estar com estas pessoas e ver o que fazem diariamente, no seu contexto social, sair com elas, ir onde elas vão, falar com elas, escutá-las, observá-las a elas e aos outros e, principalmente, ler nas entrelinhas. Por isto, recorri a um trabalho de pesquisa etnográfica, ao mesmo tempo em que se vive num fenómeno social, que é a pandemia de COVID-19, e todos os desafios e dificuldades que esta trouxe para a vida destas trabalhadoras.

Este tema foi escolhido de modo a contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre trabalho sexual de pessoas trans, que carece de estudos em Portugal, ao contrário do que acontece com a prostituição feminina, daí ser um tema com certa originalidade no nosso país.

É certo que trabalhar com uma população vulnerável constitui desde logo um desafio. Também por isso encontrar participantes que se enquadrassem no perfil procurado (pessoa trans que realiza trabalho sexual) é uma tarefa complexa, em primeiro lugar porque não é fácil encontrar estas pessoas e, em segundo lugar, abordá-las da maneira adequada, de forma que confiassem na investigadora e aceitassem disponibilizar do seu tempo para dar o seu contributo sem algo em troca é difícil encontrar. Por conseguinte, também foi necessário ter em atenção a forma como se abordaram as participantes, bem como as palavras e temas escolhidos, assim como chegar até determinados temas foi algo trabalhoso, dado que em momento algum a participante se poderia sentir desconfortável.

É de referir que, nesta dissertação, o género a que me refiro a cada uma das participantes coincide com a identidade de género com que estas se autoidentificam e se apresentam nos seus discursos.

CAPÍTULO 1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1. O QUADRO TEÓRICO, O PROBLEMA E AS OPÇÕES METODOLÓGICAS

A investigação em ciências sociais é complexa, dado que o seu próprio objeto de estudo é também ele complexo: os atores sociais. Deste modo, as Ciências Sociais estão submetidas a uma forte componente compreensiva e interpretativa (Gonçalves, 2004). Por estarem também sujeitas a uma certa subjetividade, as Ciências Sociais são alvo de crítica e veem a sua validade científica muitas vezes posta em causa, apesar de se preocuparem com o carácter reflexivo das suas próprias produções (Kuhn, 2011). Assim, nas Ciências Sociais e, neste caso, também na sociologia, o sociólogo deve preocupar-se em distinguir a ciência do senso comum. Acontece muitas vezes que o sociólogo parte até das construções do senso comum para iniciar a sua pesquisa social, portanto, científica (Gonçalves, 2004). Desta forma, em que é que uma investigação em Ciências Sociais nos pode ajudar a compreender os significados de acontecimentos, de condutas, representações sociais e interpretar ações, atores e fenómenos sociais? Sendo que o conhecimento se constrói tendo por base quadros teóricos e metodológicos, também é necessário que estes sejam complementados com factos concretos (Quivy e Campenhoudt, 1992).

Para a obtenção de factos concretos, ou seja, da recolha de dados, podemos socorrer-nos de várias técnicas de recolha, dependendo também do tipo de metodologia adotada: metodologia qualitativa ou metodologia quantitativa. No caso concreto desta investigação, optou-se por seguir uma metodologia de carácter qualitativo, já que é uma metodologia que se centra na forma como os indivíduos interpretam e dão sentido às suas experiências, focando-se na interpretação das participantes e na compreensão da situação (Oliveira, 2008). Uma pesquisa que se socorre do método qualitativo tenta, não explicar, mas compreender a realidade social em estudo, dado que o objetivo do investigador é descodificar essa realidade social, valorizando os significados, sentidos e experiências dos atores (Guerra, 2006). Para Oliveira, Strassburg e Piffer (2017), segundo Godoy e Flyck (1995), a pesquisa qualitativa permite verificar o que influencia tomadas de decisão, sentimentos, aprendizagens ou objetivos. De modo a alcançar os objetivos propostos nesta investigação, a abordagem qualitativa vai ao encontro do que se pretende investigar, já que será colocado o foco nas perceções das participantes e nas significações que fazem de um modo descritivo, bem como captar a forma como se adaptaram a uma nova situação. Por isso, sendo que não se pretende fazer qualquer tipo de quantificação dos dados recolhidos, a metodologia quantitativa não se mostra ser adequada.

Atendendo às finalidades propostas, esta investigação teve por base a etnografia. Nenhuma outra técnica permitiria captar representações ou significados dialogados como a etnografia permite, já que

possibilita ao investigador ler através das entrelinhas: ver o que não está à vista de olhos e “escutar” o que não é dito. Esta dá expressão às vidas e vozes dos indivíduos (Ribeiro, 2004). Não se trata apenas de fazer uma descrição daquilo que se vê ou ouve, mas também de levantar questões e olhar os factos com estranheza, de modo a compreender o observado. Consiste, por isso, em apreender e compreender o outro, através do encontro do investigador com o interlocutor no seu quotidiano, numa longa estadia no terreno. Nas palavras de Lévi-Strauss (1993, pp.43-44), segundo Salgado (2016, p.201)

Na experiência etnográfica, [...] o observador coloca-se como instrumento da sua própria observação. Evidentemente, precisa aprender a conhecer-se, a obter de um *si-mesmo*, que se revela como *outro* ao *eu* que o utiliza, uma avaliação que se tornará parte integrante da observação de outras *individualidades*. Cada carreira etnográfica tem seu fundamento nas *confissões*, escritas ou inconfessadas.

Um aspeto importante da etnografia é o estabelecimento de relações. O método etnográfico consiste, principalmente, em trabalhar com pessoas, dar-lhes voz, escutá-las, dialogar com elas. A relação que o investigador estabelece com as pessoas é fundamental. Esta relação é alimentada por um diálogo paciente entre pesquisador e nativo, de modo que o investigador consiga construir uma relação de confiança com os observados, mas sem que alguma vez se sinta “em casa”. O investigador deve, na pesquisa etnográfica, inserir-se na vida quotidiana de quem quer compreender, captando confissões que poderão estar na forma de conversa, olhares, atitudes ou outros. É aos sussurros que o investigador mais deve estar atento, bem como aos aspetos simbólicos. Para tal, pressupõe-se que, em primeiro lugar, obtenha um conhecimento teórico prévio à ida para o terreno. No terreno, o investigador “observa os locais, os objetos e símbolos, observa as pessoas, as atividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos” (Costa, 1990, p.132).

Pode-se afirmar que, na etnografia, a teoria e a prática são indissociáveis, não querendo isto significar que não possuam uma relativa autonomia. Para além de se socorrer de teoria antes da partida para o terreno, o investigador procede ao que se designa como *trabalho de campo*: observação e diálogo sistemáticos com os nativos, de modo a construir a tal relação com estes. Visto que a etnografia é também o registo e descrição intensa e reflexiva das informações vistas e ouvidas, no trabalho de campo retiram-se *notas de campo* das observações e diálogos efetuados (Almeida, 1995). Assim, a pesquisa etnográfica tem, como uma das suas técnicas de recolha de dados, a observação participante, que é também aplicada nesta investigação. É pertinente salientar que, embora a pesquisa etnográfica não tenha sido realizada de forma contínua, de modo que permitisse que a investigadora se tornasse quase numa das observadas, mas de forma intermitente, não se pode negar que o tipo de observação realizada

fosse a observação participante, uma vez que embora não houvesse uma prolongada e contínua estadia no terreno, a investigadora teve contacto direto com as participantes, com as situações e os acontecimentos (Silva e Pinto, 1990). Para além disso, como acontece numa pesquisa etnográfica com observação participante, a investigadora participou informalmente nas mais diversas situações do quotidiano, situações ocasionais ou excecionais, incluindo conversas informais com as participantes, tais como indicam os pressupostos das técnicas básicas da pesquisa de terreno (*ibid.*). Deste modo, apesar da interação de carácter intermitente com a população em estudo, não se pode afirmar que o tipo de observação realizada seja uma observação direta e não participante, uma vez que a técnica de observação direta pressupõe, num sentido mais restrito, uma observação direta, visual e auditiva, mas sem a interação entre investigador - investigado e supondo, por vezes, o anonimato do primeiro (*ibid.*).

Na pesquisa etnográfica realizam-se ainda entrevistas formais e/ou informais, observação e participação do e no terreno. Os modos de registo das notas de campo podem constituir diversas formas, como escritas, fotografadas, desenhadas ou gravadas em som ou em filme (Uriarte, 2012; Salgado, 2016).

Para esta investigação conta-se com a articulação da pesquisa etnográfica e a pesquisa bibliográfica.

No que toca à pesquisa etnográfica, esta conta com a escrita de um Caderno de Campo, onde são documentadas todas as observações e contactos com as participantes do estudo em questão, assim como registada informação recolhida durante a permanência no terreno. Nele, ficam também registados os diálogos, as observações, interações sociais, olhares, significações, afirmações, comentários, questões, pensamentos e ações que decorrem ao longo deste contacto, bem como fotografias ou outro tipo de material em suporte de imagem, recolhido nos mais variados momentos de interação com os mesmos e estadia no terreno. Este Caderno de Campo é sujeito a análise durante a investigação, de onde se retiram afirmações ou conclusões para discussão neste trabalho. No que diz respeito a esta investigação em concreto, a pesquisa etnográfica realizada consiste no acompanhamento de trabalhadores sexuais trans na cidade de Guimarães e em algumas cidades do distrito do Porto, em vários momentos do seu dia-a-dia, quer de lazer, quer de trabalho (quanto a este, na medida do possível e não implicando observação das suas práticas sexuais).

Não pode aqui deixar de ser referido como a prática etnográfica se tem vindo a alterar. Se, num primeiro momento, a prática da etnografia presumia uma longa estadia no terreno de observação, um real envolvimento com a população observada até se infundir nesta, tendo até tempo de aprender a língua dos nativos, por exemplo, hoje, e nesta investigação em particular, não foi o que aconteceu. Dada a evolução tecnológica, por exemplo, o investigador já não tem a necessidade de passar tanto tempo em

campo, dado que consegue obter muitas mais informações sobre um determinado lugar ou população previamente à sua ida para o terreno, o que pode facilitar a sua chegada e integração, bem como conseguir chegar mais rapidamente a informantes privilegiados. Nesta investigação, não se pode afirmar que tenha sido praticada uma etnografia “à antiga”, com uma longa permanência no terreno e um contacto prolongado com as participantes, por não ser realmente possível, lembrando também das limitações causadas pela pandemia. Neste caso em concreto, a investigadora adotou uma abordagem preferencial no que refere aos atores sociais e na sua interação com estes, tendo em vista um relacionamento mais ou menos prolongado, de modo que a duração deste relacionamento permitisse esclarecer as práticas, pensamentos, ações, hábitos, vivências e conversas. Pode, por isso, afirmar-se que se procedeu à realização de uma etnografia intermitente, mas que não deixou, ainda assim, de ser uma etnografia e permitiu igualmente a obtenção de conhecimento que se considerou necessária para a realização desta investigação.

Já no que concerne à recolha de dados através da pesquisa bibliográfica, conta-se com uma vasta revisão literária acerca de temas e autores de relevo para esta investigação. Relativamente a este tema de investigação, em Portugal, são escassos os estudos que abordam o trabalho sexual de pessoas trans. Salientam-se os trabalhos de Alexandra Oliveira, que tem um vasto estudo acerca do trabalho sexual. Sendo os seus trabalhos mais voltados para o estudo de mulheres cisgénero que realizam trabalho sexual, a autora faz referências também a homens e pessoas trans trabalhadoras sexuais, abordando, por exemplo, a questão da estigmatização, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, a violência de que são alvo, e ainda a legalização do trabalho sexual. Manuela Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Johanna Schouten, Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento, entre outros, trabalham questões acerca da prostituição, mais concretamente a prostituição feminina. Uma obra a destacar é *Vidas na raia: Prostituição feminina em regiões de fronteira*, elaborada pelos referidos autores, que, embora retrate a prostituição feminina, é um exemplo a seguir no que toca à investigação etnográfica no âmbito dos estudos do trabalho sexual, com uma descrição detalhada dos diversos acontecimentos, situações, atitudes e diálogos muito rica.

Nélson Ramalho é um importante autor neste campo de estudos, que se dedica ao estudo da população *travesti* e trabalho sexual, abordando a desassistência dada a este público. Na sua tese de doutoramento, intitulada “*Virar Travesti*”: *Trajetórias de Vida, Prostituição e Vulnerabilidade Social*, escrita em 2019, que mais tarde, em setembro de 2020, foi publicada em forma de livro, Nélson Ramalho (2019) aborda a questão do que é aprender a “ser *travesti*”, através de um estudo etnográfico. O autor menciona o processo pelo qual estes indivíduos passam na transformação corporal ou criação da sua identidade de género, bem como o trabalho sexual por estes desempenhado, fazendo uma discussão

em torno de algumas noções e definições de conceitos ligados ao género e à sua construção, mais propriamente *travesti*. Refere a falta de interesse em estudos sobre trabalho sexual *travesti*, em Portugal, levando a um não entendimento e posterior construção de uma imagem estigmatizante destes indivíduos. Com efeito, o autor propôs-se a compreender a construção da identidade *travesti*, em especial o papel nela desempenhado pelo trabalho sexual, abordando também a vulnerabilidade social à qual esta população está exposta, dada a sua prática laboral e expressão identitária. Deste modo, na referida obra, são também abordadas temáticas como a entrada no trabalho sexual, a transformação corporal, a vulnerabilidade e violência a que estão expostos e as redes de apoio a esta população, por exemplo.

Existem ainda estudos relativos à identidade de género de pessoas trans, abordando a questão da genitália, como é o caso de Diana Maffía (2003), na obra intitulada *Sexualidades migrantes. Género y transgénero*.

Uma outra obra de suma importância sobre o tema da prostituição *travesti* é a de Kulick (2008): *Travesti: prostituição, sexo, género e cultura no Brasil*. Este estudo é uma etnografia onde o autor analisa ao detalhe a complexidade da vida de um *travesti* trabalhador sexual, nas suas várias vertentes. Aborda a questão da construção do corpo feminino através da utilização de silicone, da relação das *travestis* com a sua família, namorados e a importância que dinheiro tem nestas relações. O autor ressalta ainda, a importância da sexualidade, namoro e prostituição na afirmação da feminilidade *travesti*.

Não pode deixar de ser referida a questão da neutralidade axiológica que, segundo alguma teoria sociológica, o investigador tem por dever cumprir. De acordo com a sociologia crítica, a ciência tem como objetivo conhecer a realidade social. O princípio da neutralidade axiológica, trabalhado por Weber (1995 [1918]) é a ideia que, para podermos falar de ciência, falamos de um conhecimento sistemático da realidade que procura atingir a objetividade, ainda que possamos admitir que essa objetividade absoluta é inatingível. O investigador deve, então, procurar ser objetivo, senão não se distinguia a ciência do senso comum. Contudo, a objetividade absoluta é um ideal. Os valores da neutralidade axiológica revelam alguns dilemas, nomeadamente o da relação investigador-investigado e o distanciamento entre estes (Gonçalves, 2004). Está claro que os princípios e valores da neutralidade axiológica devem, por isso, ser assegurados. Contudo, existem momentos em que a comunicação, interação e envolvimento, bem como as histórias dos observados, levam a situações e conversas em que nem sempre o investigador consegue ter sobre si próprio um autocontrolo e autovigilância exímios. Ribeiro (2017) demonstra-nos que Bourdieu destacava que Max Weber, de facto, falava de *neutralidade axiológica*, querendo explicar-nos que que julgamentos de valores não deveriam ser produzidos. Porém, indica Bourdieu, Weber “nunca disse que se deveria ser indiferente ao mundo social.” (*ibid.*, p.35). No caso concreto desta investigação, e tratando-se de uma pesquisa etnográfica, onde há uma relação de certa confiança com os observados, embora

se tenha sempre feito os possíveis para existir uma postura neutra a nível dos juízos de valor, opiniões e comentários, por parte do investigador, no que toca à demonstração de emoções, isso nem sempre foi possível. Existiram situações em que, por mais que se tivesse a consciência que as emoções não devesses ser demonstradas, pelo conteúdo de algumas conversas que podem ser lidas no Caderno de Campo, não houve um total controlo por parte da investigadora. Silva e Ribeiro (2015) levantam exatamente a questão acerca de como é que o conhecimento científico poderá ser realmente desprovido de valores.

Sendo o trabalho de campo um importante elemento na produção de conhecimento, na medida em que proporciona o acesso a conhecimento, através da observação e diálogo com as participantes, com os quais se desenvolve, naturalmente, uma relação social, será de facto plausível que a posição e visão do investigador seja, em todos os momentos sem exceção, isenta de valores, emoções e opiniões? Os autores acreditam que o envolvimento do investigador com os seus investigados ‘contamina a visão “pura” da produção segundo uma ótica positivista, pautada – é o termo – por questionários fechados e fases sequenciais ou etapas predeterminadas de pesquisa “com humanos”, para usarmos o vocabulário da bioética’ (Silva e Ribeiro, 2015, p.187). Assim sendo, os autores levantam ainda mais questões, nomeadamente se a produção de conhecimento em ciências sociais e sua validação ética deve ou não ser regulada por comissões de bioética ou se as ciências sociais deverão criar os seus próprios métodos de regulação e validação ética. Para os autores, também Clifford Geertz (2001) defende a ideia de que as investigações em ciências sociais deverão ser distinguidas das realizadas pelas ciências naturais, visto que nas primeiras se incluem contactos mais ou menos próximos com os investigados que dificilmente não tocará a sensibilidade daqueles que a realizam. Ainda assim, para Silva e Ribeiro (*ibid.*), este facto não se reproduzirá em

“riscos”, como acenam as posturas provindas da bioética. Daqui resulta, para nossos propósitos, o questionamento intransigente da ideia de uma ciência social neutra, tão impossível como saltar sobre a própria sombra, (...) Ao contrário dos sonhos positivistas, não existe nenhuma ‘torre de marfim’ onde se possa produzir conhecimento social, económico ou politicamente desinteressado, pelo que recusar a neutralidade axiológica é não só possível como desejável. Por outras palavras, contrariamente ao positivismo, não existe ciência despida de valores e cientistas sociais rigorosamente descomprometidos com a sociedade (...). (*ibid.*, pp. 182-183).

As preocupações desta investigação prendem-se com os temas trabalho sexual e identidade de género, mais concretamente identidades trans. A partir da revisão da literatura realizada conclui-se que o tema do trabalho sexual trans é um fenómeno que carece de estudos no âmbito das ciências sociais,

em Portugal. Deste modo, o objeto de estudo desta investigação é a realidade de pessoas trans (em concreto, mulheres masculinas, *shemales* na expressão em língua inglesa) que realizam trabalho sexual, com o qual se pretende explorar e aprofundar conhecimentos acerca das suas vivências do quotidiano, no que refere ao seu trabalho, identidade de género e relações sociais. Como é construir uma identidade de género não-binária numa sociedade que estigmatiza e exclui? Como é ser trabalhador sexual trans? Como se dá a entrada e permanência no trabalho sexual? Por que motivo uma pessoa trans inicia a prática de trabalho sexual e por que permanece? Quais são as suas práticas? Quais as suas perceções relativamente à sociedade e aos seus clientes? Como se sentem no seio da sociedade? Como são as relações sociais familiares e amorosas destas pessoas, em regra assumindo-se como mulheres trans, trabalhadoras do sexo? Para além disto, junta-se o surgimento de uma pandemia, onde se objetiva, por isso, apreender como é que trabalhadores sexuais trans adaptaram o seu trabalho face à mesma. Qual o impacto que a pandemia de COVID-19 teve na realização do trabalho sexual trans?

Por forma a ser possível produzir conhecimento que permitisse dar resposta às questões apresentadas, a análise de conteúdo realizada, quer na pesquisa etnográfica como na pesquisa bibliográfica procurou, em primeiro lugar, recolher informação acerca de dois grandes temas: por um lado, sobre a identidade de género trans e, por outro, acerca do trabalho sexual. O *corpus* da investigação começou a ser formado concisamente quando a investigadora se assegurou de que obtinha a exaustividade de informação, em primeiro lugar nos registos do caderno de campo, e, de seguida, na pesquisa bibliográfica. As categorias da investigação foram construídas *a posteriori*, uma vez que o quadro teórico não orientou a elaboração de categorias ou a recolha de informações específicas (Silva e Pinto, 1990). Atingida então a saturação empírica (Guerra, 2006), deu-se seguimento ao tratamento da mesma através da análise e seleção de excertos do Caderno de Campo e de texto proveniente da pesquisa bibliográfica. Estes foram categorizados por temas, dos quais se organizaram capítulos e subcapítulos que compõem este trabalho, tendo sempre por base e como objetivo responder às questões a que esta investigação se propôs responder. Procedeu-se à análise de conteúdo, uma vez definidos os capítulos e subcapítulos, organizando a informação recolhida através da escrita do *corpus* do trabalho onde se visava, sempre que possível, discutir os temas apresentando partes provenientes da pesquisa bibliográfica, bem como excertos do Caderno de Campo, os quais incluem conversas, afirmações e materiais como fotografias capturadas pela investigadora ou pelas participantes. Deste modo, pode-se afirmar que se optou por uma análise temática, um método de análise mais flexível, que não comporta, por isso, rigidez metodológica, que permite realizar uma análise, descrição e verificação dos padrões encontrados nos discursos e ações das participantes (Braun e Clarke, 2006), durante a pesquisa etnográfica e bibliográfica. Assim, a informação proveniente destes dois métodos de pesquisa oscilou

entre os registos do trabalho etnográfico e análise teórica (Almeida, 1995) onde a informação foi detalhadamente descrita, permitindo obter assim um conjunto rico de dados (Machado, 2021). Tratando-se de um tema novo para a investigadora, a análise contou com o seguimento de uma lógica dedutiva, já que o interesse e aprofundamento por certas questões foi sendo revelado e seguido conforme estas surgiam, através do contacto com as participantes durante todo o tempo em que a investigação em trabalho de campo decorreu.

Os temas abordados neste trabalho surgiram através da pesquisa etnográfica, com o contacto direto com as participantes do estudo, do qual se elaborou o Caderno de Campo. A partir das anotações contidas neste, procedeu-se a uma identificação e codificação, permitindo chegar à definição dos vários temas aqui tratados. Através da definição destes temas passou-se à definição e discussão dos mesmos com o suporte dos dados recolhidos através da pesquisa bibliográfica e onde se procurou sempre que os excertos do Caderno de Campo refletissem o que a literatura já nos dizia, bem como dar um contributo em temas que não foram ainda tão explorados nesta temática.

1.2. ETAPAS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA

Nesta investigação, partiu-se do pressuposto que o estudo de um fenómeno social como o trabalho sexual seria devidamente executado através do contacto direto com os atores sociais que o desempenham. Deste modo, e atendendo aos propósitos de um trabalho etnográfico, o primeiro passo foi iniciar contacto com possíveis participantes para esta investigação.

Os primeiros contactos com as participantes foram realizados por intermédio de informantes privilegiados e, depois, através do método “bola de neve”, questionando as trabalhadoras sexuais trans acerca de outras que considerem que teriam disponibilidade/interesse em participar no presente estudo. Assim, o primeiro contacto com a primeira participante foi feito por intermédio de pessoas conhecidas: tenho uma amiga cujo marido trabalha num local que uma mulher trans trabalhadora do sexo costuma frequentar. Sabendo do tema da minha investigação, a minha amiga pediu ao marido para que a abordasse, explicando-lhe a situação e os objetivos do estudo, questionando se estaria disponível. Esta aceitou de imediato, pelo que o objetivo seria, posteriormente, através dela, seguir o método da bola de neve: esta sugerir-me outra pessoa, sendo que esta sugeriria outra e assim em diante. De facto, com a primeira participante, o método da bola de neve foi exequível, pelo que consegui chegar até uma amiga sua. De seguida, através desta cheguei até outra. Contudo, não me foram sugeridos próximos contactos com novas potenciais participantes onde em primeiro lugar se tinha delimitado geograficamente: a cidade

de Guimarães. Deste modo, e pela demonstrada dificuldade em obter participantes para a investigação, surge a necessidade de se alargar o âmbito geográfico da investigação, tendo-se incluído posteriormente cidades do distrito do Porto. Neste distrito, as primeiras participantes da investigação tinham algumas conhecidas, pelo que os primeiros contactos estabelecidos com as novas participantes neste distrito se realizaram através da ida da investigadora a um local onde era habitual estas conviverem: um club de *swing*. Neste local, a investigadora foi apresentada às restantes participantes, tendo sido por isso dada continuidade à técnica de bola de neve.

Esta investigação contou com um total de 11 participantes que têm idades compreendidas entre os 19 e os 61 anos, sendo que a participante mais nova é ainda estudante e as restantes trabalham, realizando apenas trabalho sexual ou conjugando este com outro trabalho. Vivem em cidades do distrito de Braga e em cidades do distrito do Porto. À exceção de uma participante de nacionalidade brasileira, as restantes são de nacionalidade portuguesa.

Num primeiro encontro com cada uma das participantes deste estudo, o propósito foi conhecer a sua história, desde a infância até ao dia em que nos encontramos e perceber como o trabalho sexual e as questões de identidade de género começaram e como estes têm expressão na sua vida quotidiana. Em encontros posteriores, já depois de conhecer o mínimo sobre as participantes, o objetivo é compreender as suas práticas diárias, o modo como vivem o dia a dia, as suas relações interpessoais, o modo como funciona o seu trabalho sexual, a relação com outras pessoas trans, entre outros aspetos, através de diálogo informal, saídas com as participantes ou comparência em locais que frequentam.

Dada a proximidade da minha residência, que se situa em Guimarães, aos locais onde as participantes vivem ou passam algum tempo do seu quotidiano, nunca foi necessário residir numa outra cidade por um determinado período, para realizar trabalho de campo. Deste modo, quando foi necessário realizar deslocações para o distrito do Porto, eram feitas viagens de cerca de duas horas (ida e volta), até às casas ou cafés, bares/clubes, *shoppings* ou outros locais públicos onde se encontravam as participantes. O trabalho de campo teve uma duração de 13 meses, no período compreendido entre março de 2021 e abril de 2022.

Tive a oportunidade de entrar dentro da casa de algumas participantes. Desde logo, o primeiro contacto pessoal que tive com a primeira participante, a Catarina, foi dentro de sua casa.

Liguei-lhe e [a Catarina] prontamente se mostrou disponível em me receber em sua casa. Disse-lhe de imediato que aceitava, apesar de ter ficado receosa de me encontrar com uma desconhecida dentro de sua casa. Na hora marcada, fui ter ao ponto que tínhamos combinado, liguei-lhe a dizer que tinha chegado. Pediu-me que esperasse por 5 minutos,

porque estava ocupada. Percebi, vi e depois confirmei, porque me contou, que estava a trabalhar com um cliente, que segundos antes de eu entrar, saiu de sua casa. Entrei e encaminhou-me para a sua sala. Mostrou-se desde logo muito descontraída, mesmo quando falava da sua profissão (Caderno de Campo, 17 de março de 2021).

Surpreendentemente, convidou-me, ainda ao telefone, para tomar café perto de sua casa, pelo que aceitei. Não estava à espera deste convite, visto que dias antes, quando lhe liguei para combinar o encontro com ela e com a Denise, lhe sugeri que fossemos tomar um café ou dar uma volta a pé pela cidade, tendo esta recusado, dado que tinha receio que eu, ao ser vista com elas, levasse a que os “homens porcos” achassem que eu “era como elas” e se “metessem” comigo, tal como já aconteceu com a sua filha e namorada de um sobrinho (Caderno de Campo, 26 de março de 2021).

[A Luísa] preferiu que nos encontrássemos em sua casa, por uma questão de privacidade, para que ninguém mais ouvisse a nossa conversa. Apesar de não ser o local que eu preferisse, para poder observar o que nos rodeia em um outro ambiente, obviamente que aceitei. Enviou-me a sua morada e fui então lá ter. Vive numa rua pouco movimentada, apesar dos vários carros estacionados na berma da estrada. Estava à porta, à minha espera. Mas não era a Luísa. Era o José. Quando entrei, senti um cheiro a tinta fresca. Estão a remodelar a sua casa (Caderno de Campo, 6 de novembro de 2021).

Algumas participantes preferiram receber-me em suas casas por motivos como eu não ser vista na rua com elas, dado que consideram que os indivíduos que por ali passam sabem o trabalho que desempenham e, desse modo, as participantes entendiam que eu pudesse ser considerada “como uma delas”; e outras consideravam que seria melhor estar dentro de suas casas para que pudéssemos discutir assuntos como o trabalho sexual e a sua história de vida, no que refere à sua identidade de género, longe dos olhares e ouvidos dos vizinhos ou mesmo de desconhecidos. Isto fez-me compreender, não só no início mas ao longo do trabalho de campo, a forma como algumas participantes adotaram práticas que lhes permitiram experimentar uma certa normalidade, como por exemplo, num primeiro encontro comigo, terem uma conversa com uma desconhecida sobre a maior questão das suas vidas, mas onde primeiramente sentiram a necessidade de se resguardarem e estarem mais afastadas dos olhares da sociedade. Como entende Kulick (2008), certas práticas e comportamentos adotados poderão advir do facto destas pessoas se sentirem tão desprezadas, discriminadas e violentadas no seio da sociedade, que em certas ocasiões interiorizam esses sentimentos e tendem a responder contra estes, inconscientemente ou não.

De uma forma geral, não moram longe dos centros das suas cidades, inclusive há participantes que vivem efetivamente no centro. Não posso afirmar que as casas onde entrei fossem enormes e luxuosas. Contudo, pude reparar no cuidado que têm com as suas casas, bastante arrumadas e limpas, até porque é um dos locais também utilizados para receber os seus clientes, portanto, um local de trabalho. Uma participante, em particular, mostrou-me o seu quarto de trabalho.

Perguntou-me se já me tinha mostrado onde atende os clientes. Disse-lhe que não. Fez toda a questão de me mostrar. Subi umas estreitas escadas em caracol. Do lado esquerdo, estava o quarto onde costuma levar os clientes. Fiquei surpreendida pela positiva: em primeiro lugar, reparei no cheiro. Cheirava bem e tudo estava limpo e organizado. No quarto, havia uma cama de casal decorada com almofadas. Num dos lados da cama, na parede, estava um espelho com luzes led azul. Colado ao espelho estava um cartaz, onde alertava para a obrigatoriedade do uso de preservativo durante as relações sexuais. Mas o que mais me surpreendeu? Um mini frigobar no quarto cheio de bebidas diversas e produtos de higiene pessoal para homem, ou, neste caso, para os seus clientes. Do lado direito das escadas estava o seu quarto. (Caderno de Campo, 16 de setembro de 2021).

Assim, com recurso à observação participante, acompanharam-se trabalhadoras sexuais trans, em vários momentos do seu dia a dia, quer de lazer, quer de trabalho (quanto a este, na medida do possível e não implicando observação das suas práticas sexuais). Durante os encontros, quando apropriado, eram escritos apontamentos importantes que suportassem, mais tarde, a escrita de um Caderno de Campo. Neste foram registados comentários, expressões, questões e afirmações das participantes, bem como descritas ações, ambientes, contextos, locais ou tudo o que pudesse ser alvo de análise. Este Caderno de Campo sustentou a análise de diversos temas discutidos nesta investigação. Sempre que permitido e apropriado, recolheram-se imagens das tarefas do dia-a-dia das participantes, espaços frequentados, entre outros, sempre contando previamente com a permissão das mesmas.

No que refere a questões de confidencialidade e anonimato, vários são os apontamentos a fazer. Desde logo, de modo a não afastar ou criar algum tipo de desconfiança ou insegurança, foi informalmente explicado, de forma rigorosa, clara e precisa, quais os propósitos desta investigação, ressaltando sempre que a confidencialidade de todas e quaisquer informações fornecidas seriam garantidas e unicamente utilizadas no âmbito da investigação, bem como realçar que a identidade de todas as participantes seria salvaguardada. Apenas a investigadora e o orientador têm acesso aos dados recolhidos. No caso de registos fotográficos de participantes, as fotografias onde estas possam ser identificáveis e que se

considerem relevantes para a investigação, foi-lhes requerido que autorizassem a divulgação das mesmas, sendo que o anonimato será mantido através da não exposição do rosto das participantes. Ainda um outro apontamento a salientar, é o da alteração dos nomes das participantes e de lugares, através de nomes fictícios ao longo da investigação, para que não pudessem também ser identificadas, desde logo, pelo seu nome, mas também através dos seus relatos.

Não pode ser deixado de abordar a relação investigadora-investigado neste estudo em concreto. Sendo, para a investigadora, uma população e um tema de investigação distante, por ser a primeira vez em que teve contacto com os mesmos, foi necessário tentar “imersão no seu mundo para o compreender melhor” (Ramalho, Silva e Santos, 2015, p.219). Estabelecer contactos e, posteriormente, relações, não teve, para a investigadora, um início fácil. Tendo apenas conhecimento da existência de uma mulher trans trabalhadora sexual na cidade de Guimarães, a ansiedade e a incerteza acerca do sucesso desta investigação, no que toca à angariação de participantes e abordagem às mesmas, esteve presente no início da mesma. Contudo, após o primeiro contacto, percebeu-se que agir com naturalidade e transmitindo confiança seria o caminho a seguir. Conhecer outras participantes, outros atores, contextos sociais e espaços foi essencial para avançar na investigação. Estar com estas mulheres em suas casas, nos cafés ou restaurantes que frequentam, locais onde realizam o seu trabalho, locais de convívio, locais onde fazem os seus *shows*, estar com os seus amigos, familiares ou conhecidos mostrou-se também de suma importância de modo a ser possível analisar, compreender, descrever e retirar conclusões dos mais diversos temas discutidos nesta investigação. Para tudo isto foi necessário construir uma relação sólida com as participantes, desde o primeiro contacto até ao último. Embora existam barreiras que separem os dois papéis, o de participante e o de investigadora, tratando-se de pessoas, existe relações que vão sendo construídas, conversas das quais não se esquece, conselhos que se levam para a vida e amizades que ficam para além desta investigação. E tudo isto “é percebido quando se mergulha a fundo no seu mundo e se permanece junto delas” (*ibid.*, p. 221). Foi-se percebendo da existência desta relação “além-investigação” quando choram connosco, quando nos felicitam no nosso aniversário, quando nos pedem para fazer de taxista para um *show*, quando nos convidam para jantar ou para um café, quando nos ligam só para saber se está tudo bem. E ainda quando ficam de madrugada ao nosso lado, quando o carro avaria longe de casa, quando trocamos chocolates, quando nos protegem dos outros, quando conquistam algo importante ou quando têm um acidente.

As estratégias etnográficas, os locais frequentados e as relações estabelecidas permitiram a obtenção de uma riqueza de dados recolhidos que, realizada de maneira mais formal ou através de outra técnica de recolha dos dados, não seria possível. Sem a confiança e proximidade estabelecidas, muitas

das informações recolhidas poderiam ter ficado para trás, uma vez que não existiria uma imersão tão profunda na vida das participantes e, conseqüentemente, nas informações conseguidas.

1.3. CENÁRIOS DE AÇÃO: LUGARES E CIRCULAÇÕES

A cidade de Guimarães e algumas cidades do distrito do Porto foram os locais onde decorreu a pesquisa etnográfica realizada nesta investigação. Em primeiro lugar, optou-se por investigar na cidade de Guimarães por ser a cidade de residência da investigadora. Em segundo lugar, ao longo desta pesquisa surgiram contactos com algumas participantes que residem em cidades do distrito do Porto e entre as quais algumas participantes são conhecidas entre si, ou frequentam espaços em comum, uma vez que foi utilizada nesta pesquisa a técnica de bola de neve.

Embora Guimarães e cidades do distrito do Porto como Porto, Maia, Matosinhos ou Senhora da Hora sejam as principais cidades onde as participantes desempenham o seu trabalho, por serem as suas cidades de residência, estas também viajam em trabalho. Assim, no que à mobilidade das participantes diz respeito, verificou-se a existência tanto de migração interna como de emigração. Por um lado, verificou-se que algumas participantes saíam das suas cidades de residência e viajavam até outras cidades portuguesas como Amarante, Coimbra, Faro, Lisboa, Paços de Ferreira e Vila Real, em trabalho. Desta forma, hospedavam-se em casa de outras trabalhadoras sexuais conhecidas que lhes davam “praça”, ou seja, que lhes arrendavam um quarto numa casa dedicada ao trabalho sexual, onde outras trabalhadoras sexuais também poderiam ou não estar hospedadas na mesma casa; ou trabalhavam num quarto de hotel. Através das participantes soube-se que o valor cobrado por um quarto num apartamento/casa dedicada a trabalho sexual ronda os 150 euros por semana ou 20 euros por dia.

Assim, durante alguns dias ou semanas consecutivos, trabalhavam em outras cidades, com clientes já habituais dessas mesmas cidades ou procurando novos clientes. Ao saberem da sua estadia em determinada cidade, os clientes habituais poderiam até fazer marcação prévia de dia e hora com estas mulheres, para obterem os seus serviços, uma vez que nesses dias, por estarem fora da sua cidade de residência e a pagar o arrendamento de um lugar onde ficarem, trabalhavam mais do que o habitual, fazendo vários atendimentos por dia. Para além disso, uma das participantes do grupo, enquanto realizava migração interna, também “dava praça” a trabalhadoras sexuais trans. O local escolhido para realizarem trabalho sexual é importante no que refere à captação de novos clientes, bem como para os clientes habituais, uma vez que requerem discrição e um local limpo e agradável.

A Jéssica, "dá praça" a trabalhadoras sexuais, quando estas circulam em trabalho de cidade em cidade e passam pelo Porto. Contudo, apenas aluga o seu apartamento a meninas que são conhecidas suas ou conhecidas de amigas, dado que se situa num prédio familiar e onde ninguém sabe que aquele apartamento é utilizado com aquele propósito. Refere que para as meninas que o utilizam como espaço de trabalho é uma mais-valia, dado que há prédios onde se sabe que é "putaria porta sim, porta sim e ao menos ali os clientes vão e há discrição" e para ela própria, dado que é um espaço onde os clientes gostam de ir. Daí, as utilizadoras do espaço têm de ser discretas e cuidadosas com o mesmo. É habitual alugar semanalmente ou mensalmente (Caderno de Campo, 11 de dezembro de 2021).

Da mesma forma que algumas participantes viajavam em trabalho para outras cidades portuguesas, o mesmo acontecia desde a sua cidade de residência para outras cidades estrangeiras. Assim, países como Espanha, França, Dubai e Itália são alguns destinos de trabalho referidos pelas participantes. Uma das participantes, inclusive, é emigrante brasileira em Portugal e, de Portugal, viaja também para outros destinos europeus, à semelhança de algumas outras participantes. Esta participante brasileira veio para Portugal trabalhar, uma vez que no Brasil não se sentia compreendida, principalmente pela sua família, no que refere à sua identidade de género nem relativamente ao trabalho que desempenha. Uma outra participante é portuguesa, tem 60 anos, mas viveu toda a sua vida em França.

Querendo conhecer um pouco da sua história, porque sabia que viria dali algo diferente, dado que era uma mulher com mais de 50 anos, mas muito bem vestida, penteada e principalmente cuidada. Chama-se Kiara, tem 61 anos e viveu a maior parte da sua vida em França, desde os 18 anos. Desde cedo percebeu que se sentia diferente dos seus amigos e em França, diz ter percebido rapidamente que não era naquele corpo que queria viver para sempre. Afirmando que em França, há mais de 40 anos, a mentalidade seria muito diferente da mentalidade portuguesa no que toca a questões de género, e mesmo a abordagem ao tema, que aqui diz que pouco existia, levou-a a conseguir fazer as alterações físicas que desejava com alguma facilidade. Fez, notoriamente, vários procedimentos estéticos no rosto, colocou implantes mamários, mas não fez a cirurgia de redesignação sexual. Contou-me que em França era muito mais compreendida do que em Portugal e que as coisas aqui só começaram a alterar-se com o passar dos anos. Em França, também trabalhava em bares,

como bartender e participava em espetáculos de transformismo. Regressou a Portugal e manteve a profissão. Confessa que agora, em Portugal, já se começa a compreender melhor as pessoas trans, mas ainda há muito caminho a ser feito: “as pessoas já vão percebendo mais ou menos e compreendendo, mas também ainda existe muita falta de informação. As pessoas, mesmo tentando insultar, nem sabem o que estão a dizer. Não sabem se se é gay, ou travesti, ou transexual. E esse estigma, eu acho que em parte vem da ignorância da sociedade” (Caderno de Campo, 12 de novembro de 2021).

No acompanhamento das participantes durante o trabalho de pesquisa etnográfico, os lugares e cenários de ação eram variados, podendo ir de um simples café no centro da cidade a clubes de *strip* que se podem dizer mais privados, tendo em conta os atores sociais que o frequentam.

CAPÍTULO 2. TRAVESTI, TRANSGÉNERO E TRANSSEXUAL

Num mundo onde a comunidade LGBTQIA+ e a diversidade de género têm vindo a ganhar cada vez mais expressão, não significa que esta se traduza numa real compreensão acerca destes indivíduos e destes termos, por parte da sociedade em geral, ou tão-pouco que tenha passado a existir, no imaginário social, uma mudança de paradigma que não levasse a sociedade a marginalizar e estigmatizar estes grupos sociais. Do ponto de vista sociológico e das ciências médicas, bem como do ponto de vista social e das próprias pessoas trans, não se pode afirmar que exista consenso no entendimento destas designações conceptuais, dado ainda existir discussão acerca destes fenómenos.

Desde logo, sabe-se que indivíduos *trans* constituem um dos grupos mais incompreendidos do ponto de vista social. Esta incompreensão entre a expressão ou identidade de género que se tem, comparativamente com o género que supostamente se deveria ser, ou seja, o género que se constrói ou se identifica e o género com que se nasce, levou a que esta “diferença” ou “estranheza” só pudessem ser encaradas como uma doença, mesmo no século XXI. Este desencontro entre o que se é e entre aquilo que se deveria ser, em termos de género, conduziu a uma representação social negativa, dado que estes indivíduos são, ainda hoje, vistos por muitos como delinquentes, doentes, perigosos ou desviantes (Ramalho, 2020; Saleiro, 2013). Segundo Saleiro (2013, p.2), sabe-se que apenas em 1995 a Ordem dos Médicos retirou do seu código deontológico a proibição de cirurgias de alteração de genitália e se providenciaram consultas de acompanhamento à transsexualidade pelo Serviço Nacional de Saúde. Ainda, segundo a autora, a transsexualidade e transgénero têm sido perspetivados não como formas de identidade ou expressão de género, mas como categorias médicas, sendo que, do ponto de vista das ciências psicomédicas, é entendido como uma “perturbação de identidade de género”.

(...) disse à filha que ia a uma consulta médica e saiu de casa. Passados uns 10 minutos, sem que a Denise estivesse, de todo, a contar, a mãe apanhou a filha maquilhada, com um vestido seu e de saltos altos. A sua reação foi dizer à filha: “agora eu já sei o que tu és e a psicóloga tinha razão”. Deste modo, na consulta seguinte, a psicóloga afirma que a Denise tem uma “perturbação de identidade de género” e que a Denise “sabia muito bem o que queria”. Após esta confirmação, foram encaminhadas para o Hospital Magalhães Lemos, onde a Denise começou a fazer tratamento hormonal, mas onde antes deste foi sujeita a uma avaliação psicológica, dado que afirma que “nós eramos consideradas loucas, nós no Magalhães Lemos eramos consideradas com perturbações. Agora esta geração já tem tudo muito mais facilitado: já tem a informação toda, já sabem onde tem de ir, que médico ir ver,

que hormonas tomar, o processo, sabem tudo. No meu tempo eu não sabia muito, não tinha como saber” (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

2.1. AS (IN)DEFINIÇÕES DOS TERMOS

Sendo que os termos aqui apresentados, *transgénero*, *transsexual* e *travesti* são muitas das vezes confundidos ou incompreendidos, importa defini-los e distingui-los, já que devido a essa incompreensão ou desconhecimento do seu significado, no que refere ao conhecimento de senso comum, resulta na marginalização e estigmatização sobre estes indivíduos. Sendo também que, como referido, não existe consenso nalgumas definições sobre estes termos, é importante que se tenha em conta que estas definições, por estarem ainda em debate, poderão estar sujeitas a atualização.

Transgénero é uma pessoa cuja identidade de género, ou seja, o entendimento interno sobre ser-se homem ou mulher, não corresponde às expectativas convencionais (ou seja, ao modelo binário de sexo/género- feminino ou masculino). É um termo que designa pessoas que adotam papéis de género que tradicionalmente são desempenhados por indivíduos do sexo oposto² ao que lhes foi concedido, mas que não têm intenção de passar por qualquer transformação física ou intervenção cirúrgica para redesignação sexual (Maffia, 2003; Saleiro 2013). Por outras palavras, procura a identificação com o género “oposto”, sendo que não considera a cirurgia essencial para essa identificação (Comércio, 2018). Como a etimologia da própria palavra indica, trans + género, significa a mudança de género para a adoção de uma identidade e expressão de género que é comum ao sexo oposto. Desta forma, não tem que ver com sexo em termos físicos, mas com um autorreconhecimento de uma identidade de género diferente àquela que seria expectável que se adotasse. A expressão de género é a forma como um indivíduo se apresenta aos outros, ou seja, a identidade que se sente ter que poderá ser expressa através do vestuário, do cabelo ou de gestos, por exemplo:

Las personas transgénero incluyen transexuales (los que sienten que nacieron con el sexo físico equivocado) ya sean preoperados/as, postoperados/as y no operados/as; crosdreseros/as, (anteriormente llamados *travestis* o *travestidos/as*), los que usan la ropa del sexo opuesto con el fin de expresar mejor una identidad interior de crosgenero (Maffia, 2003, p.33).

² Adotar uma conceção de sexo como dicotómico (feminino/mulher e masculino/homem) tem vindo a ser cada vez mais discutido e problematizado pelas ciências naturais e sociais. O facto de nos referirmos à qualificação de sexo “oposto” poderá ser discutível dado que a genitália não terá de ser obrigatoriamente considerada em referência a dois opostos, a vagina e o pénis. Contudo, nesta dissertação faz-se uso da expressão “sexo oposto” para se referir ao modo como o sexo biológico é comumente posicionado (Saleiro, 2013).

O termo transgénero pode descrever muitos grupos de pessoas diferentes, que podem usar uma grande diversidade de outros termos para se autoidentificarem. Por exemplo, pessoas transsexuais que, depois de operadas, já não se consideram transsexuais, mas assumem uma identidade e expressão de género equivalente àquela que desejaram ser. Os vários termos utilizados são definidos dependendo do modo como a própria pessoa se autoidentifica.

O termo transsexual é utilizado para designar pessoas que realizam intervenções médicas, bem como alterações físicas, através da toma de hormonas ou cirurgia de redesignação sexual, de modo a adotarem um sexo diferente daquele que lhes foi atribuído. Assim, uma pessoa transsexual reconhece o sexo oposto como a sua identidade sexual e procura numa cirurgia de transgenitalização uma forma de se autoafirmar sexualmente de acordo com o género oposto ao seu. Assim, esta cirurgia tem como objetivo último o de oferecer à pessoa transsexual a conciliação com o seu verdadeiro género, através do seu sexo genital (Saleiro, 2013; Comércio, 2018). Contudo, não podemos afirmar que todas as pessoas transexuais passem por uma cirurgia de redesignação sexual, visto que

O que faz um sujeito afirmar que pertence a outro género é um sentimento; para muitos transexuais, a transformação do corpo por meio dos hormônios já é suficiente para lhes garantir um sentido de identidade, e eles não reivindicam, portanto, as cirurgias de transgenitalização (Bento, 2006).

Estas podem também procurar alterações físicas de modo a se sentirem incluídas no modelo binário de sexo/género, dado que inicialmente não são consideradas dentro desse modelo. Ainda, estas transformações através de cirurgias, a nível estético e arranjos corporais, partem de uma autoidentificação de género diferente ao atribuído, que depois é expressa através destas (*ibid.*). Segundo Saleiro (2013), a ILGA Europe (2011) designa o termo transexual da seguinte forma:

Transexual: refere-se às pessoas que se identificam inteiramente com o papel de género oposto ao sexo que lhes foi atribuído à nascença e procuram viver permanentemente no papel de género preferido. É frequentemente acompanhado de uma forte rejeição das suas características físicas sexuais primárias e secundárias e do desejo de ajustar o seu corpo ao seu género preferido. As pessoas transexuais podem tencionar passar, ter passado ou estar a passar por um tratamento de reatribuição de género (que pode ou não envolver terapia hormonal e cirurgia) (*ibid.*).

É pertinente que se tenha em conta que estas alterações físicas das pessoas transexuais podem variar de pessoa para pessoa. Algumas podem ter o desejo de realizar cirurgia de alteração de genitália e outras

manter a sua genitália primária; podem ou não realizar procedimentos estéticos como feminização facial ou tratamentos corporais como depilação a laser para remoção de pelos (ou através de outros métodos), mamoplastias, entre muitas outras. Ainda, para que estas sejam possíveis de serem realizadas, não se pode apenas considerar o desejo da pessoa, mas a outros fatores como as condições de saúde da mesma, as possibilidades tecnológicas da medicina, o contexto da pessoa e a capacidade de obter acesso a este tipo de tratamentos, inclusive o seu capital cultural e a capacidade económica de suportar algumas destas despesas (Saleiro, 2013).

[A Luísa] contou-me que pretende realizar todas as mudanças físicas que estão ao alcance, mas ainda não fez nada, nem a toma de hormonas, dado que está com um problema de saúde na próstata e pretende tratar da sua saúde em primeiro lugar. Depois disso (e se) resolvido, pretende hormonizar-se, colocar implantes mamários e realizar cirurgia de mudança de genitália (Caderno de Campo, 9 de outubro de 2021).

(...) colocou implantes mamários e já fez alguns procedimentos estéticos, como botox no rosto. Ao contrário da Catarina, não quer fazer a cirurgia de mudança de genitália, visto que defende que o que tem “no meio das pernas” não a define, nem impede ou implica nada. (...)“Nós somos diferentes e gostamos de nos arranjar”, afirmando ainda que diz a essas mulheres que não deviam sentir qualquer inveja, dado que estas nasceram com uma coisa que a Denise queria muito ter nascido: apenas ter nascido mulher (ou seja, do sexo e género femininos). Contudo, afirma novamente que se aceita, hoje, como é, depois de todo o processo e não quer se operada para mudança de genitália. Diz que não é o órgão sexual que tem que define como mulher (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

Este desejo de realizar mudanças físicas para uma maior proximidade, em termos físicos, do género com o qual uma pessoa trans se identifica tem muito que ver com a procura em se encaixar no modelo de sexo/género binário e de, possivelmente, considerar que dessa forma melhor se enquadrará na sociedade e que isto trará, conseqüentemente, uma maior compreensão e aceitação social. No entender de Saleiro (2013), as pessoas transexuais consideram ter nascido “no corpo errado”. Por isto, assim que têm consciência da sua situação, tencionam experimentar o sentimento de pertencer ao género oposto, comportando-se como tal. Como explica a autora, ter a consciência desta realidade numa altura cedo na vida traz a vantagem a estas pessoas de evitarem problemas ou desvios nas suas trajetórias de vida como “passagem por expressões de género fora da transexualidade, o casamento ou a existência de filhos biológicos” (*ibid.*, p.31).

Durante a sua adolescência [a Ana] considerava ter “algo de errado” com ela. Desse modo, decidiu assumir-se gay porque achava que não se sentia heterossexual. Contudo, não se sentiu liberta ou assumida, não estava bem consigo mesma. Isto porque, veio a descobrir, não era homossexual, “era uma trans que não sabia o que era” (Caderno de Campo, 20 de abril de 2021).

É necessário também compreender a diferença existente entre uma pessoa transexual e uma pessoa *travesti*. De acordo com Néelson Ramalho (2020), o termo *travesti* designa

a prática de adotar o vestuário, ornamentos, hábitos e comportamentos usuais do sexo oposto, geralmente associado a uma tentativa de ocultação da identidade; daí que também seja sinónimo de “disfarce” ou “máscara”, carregando uma forte associação com o engano, o fingimento, a ambiguidade e a incerteza identitária (*ibid.* p.17).

Kulick (2008) considera que as pessoas *travestis* têm como principal característica o uso de roupas, cabelos, maquilhagens e nomes de modo a adquirirem uma aparência física o mais feminina possível, embora não se considerem mulheres. Apesar de todas as transformações, incluindo o consumo de hormonas e a injeção de silicone para moldarem o seu corpo, também não se consideram transexuais. Estas tentam adquirir atributos femininos, que são combinados com a sua homossexualidade. É de salientar que o autor considera que as *travestis* são homossexuais, referindo-se à sexualidade destas mulheres (que têm um pénis) e não se referindo a estas de acordo com o género expressado. Com as alterações corporais que experimentam para se assemelharem ao sexo oposto, estas não são consideradas mulheres, embora se vistam como estas o tempo todo. Assim, o autor afirma que “a combinação singular de atributos físicos femininos e subjetividade homossexual masculina é o que faz as *travestis* serem quase únicas no mundo” (Kulick, 2008, p.22). Deste modo, não se relacionam sexualmente com outras mulheres, apesar de terem um pénis, mas com homens (excetuando casos concretos, em que poderão ser bissexuais). As pessoas *travestis* poderão ou não procurar cirurgias de transgenitalização, sendo que ter pénis pode ser considerado uma mais-valia, por exemplo no campo do trabalho sexual. Pode também ser opção ter pénis e realizar cirurgia para colocação de implantes mamários, se considerar que ter pénis não implicará com a construção da sua identidade de género, não esquecendo os tratamentos hormonais a que muitas se submetem. A diferença entre um indivíduo

travesti e um indivíduo transexual reside principalmente na escolha da realização de cirurgia de transição de genitália:

O termo “transexual” tornou-se então de aplicação restrita (mesmo restritiva) a indivíduos que passassem pela cirurgia, enquanto o de “transvestismo” era associado a práticas de cross-dressing. Ou seja, “transexualismo” corresponde ao acto de “mudar de sexo”, literalmente, através dos procedimentos cirúrgicos e “transvestismo”, mais “ligeiro”, ao de adoptar vestuário atribuível ao género “oposto” ao seu sexo. (Saleiro, 2013, p.26).

As pessoas *travestis* não são definidas como mulheres, mas vestem-se como mulheres no seu dia a dia, o que já não acontece com *crossdressers*. Estas, conjugam uma oscilação de género (feminino e masculino) que coexiste em formas, espaços e tempos diferentes (Kulick, 2008; Saleiro, 2016). A categoria de *crossdresser* diverge da categoria de *travesti* na medida em que a primeira se refere a indivíduos que adotam comportamentos, gestos e traços físicos e psíquicos que se referem ao género oposto, sendo que apenas o fazem em determinadas situações, espaços ou períodos. Assim, enquanto uma pessoa *travesti* adota comportamentos e uma aparência física referente ao género oposto no seu quotidiano, uma pessoa *crossdresser* só o faz em parte do seu dia ou numa situação ou espaço específicos como, por exemplo, numa festa. Para além disto, alguns *travestis* e *crossdressers* associam a sua situação como se esta se tratasse de encarnar uma personagem ou usar uma máscara, (num maior ou menor espaço de tempo, ou num ou outro locais), como que se essa expressão identitária *travesti* ou *crossdresser* não correspondesse ao seu verdadeiro *eu* ou como que se não fosse permanente nas suas vidas, existindo aqui a possibilidade de passagem de, por exemplo, *travesti* para transexual (Saleiro, 2016).

Num dia, por brincadeira, a organizadora de um desses espetáculos, que era sua amiga, convidou-a e insistiu bastante com a Luísa, que na altura era apenas o José, para fazer uma atuação porque era uma pessoa bastante alegre e com abertura para tal. Não aceitou à primeira, mas depois de alguma insistência, em casa, e também com insistência da sua companheira daquela altura, experimentou, pela primeira vez, vestir roupas femininas que eram da sua companheira. Perante essa situação, ambas consideraram que a Lua, nome que a Luísa adotou no início, “ficava de facto uma mulher bonita, uma boneca bonita e engraçada”. Assim, a sua companheira quis também “pintar” a cara da Lua, para “montar uma boneca ainda mais bonita, com as roupas e maquilhagem”. Assim, decidiu começar a

fazer atuações num clube no Porto e “depois que comecei a atuar, eu via que havia ali qualquer coisa, assim como se fosse uma vocação para o que eu hoje sou e naquilo que eu me transformo, porque eu me considero crossdresser, e o bichinho de me vestir com roupas de mulher começou assim, a atuar nos espetáculos. E porque também eu me sentia bem naquele ambiente, eu ali era desejada e respeitada como eu estava, como Lua, na altura. E é assim que isto começa: umas roupas, depois vem alguém e ajuda com maquilhagem e assim fui construindo esta boneca que eu hoje visto.” Perguntei-lhe se se considerava como uma personagem. Disse-me que sim, “a Lua, e depois a Luísa, foram uma criação do José. Para mim é uma personagem que eu construí e que eu uso na cama e nestes clubes e como no clube onde nos conhecemos como tu viste. E agora na minha loja de roupa que abri há pouco” (Caderno de Campo, 6 de novembro de 2021).

Saleiro (2016), investigadora, entre outras, na área de género, teorizando acerca dos diversos usos da palavra *travesti*, considera que este termo pode ter várias aplicações, dado que pode ser utilizada para referir uma identidade, um insulto ou para caracterizar uma etapa das várias pelas quais as pessoas trans passam, até chegarem à transexualidade. No que refere à utilização do termo *travesti* como um insulto, a autora entende que esta designação é proferida socialmente para referir pessoas *travestis* e transexuais, e não como uma categoria de identidade de género, sendo assim utilizado como sendo um termo pejorativo.

Como chamavam no Brasil, “era um traveco ou *travesti*”. Aqui, Ana fez um “parêntesis” na história da sua vida para explicar que no Brasil, ao contrário do que acha acontecer em Portugal, ambos os termos “*travesti*” e “traveco” são termos pejorativos, afirmando preferir ser tratada como “mulher trans” (Caderno de Campo, 20 de abril de 2021).

Mentiu ao seu filho do meio. Não lhe disse que ia viver com a Luísa para o Porto, mas que iria tomar conta da casa que era da sua mãe. O filho descobriu tudo, onde e com quem a mãe estava e revoltou-se. Fazia comentários no Facebook como “é com este paneleiro que tu estás? Com esse *travesti*? Devias era ter vergonha na cara” e deixou de falar para a mãe durante três meses. A Maya diz ter mentido ao filho já que “ele não é tão aberto como a minha filha, então eu achei que não lhe devia contar logo tudo. Mas ele descobriu tudo da pior maneira” (Caderno de Campo, 6 de novembro de 2021).

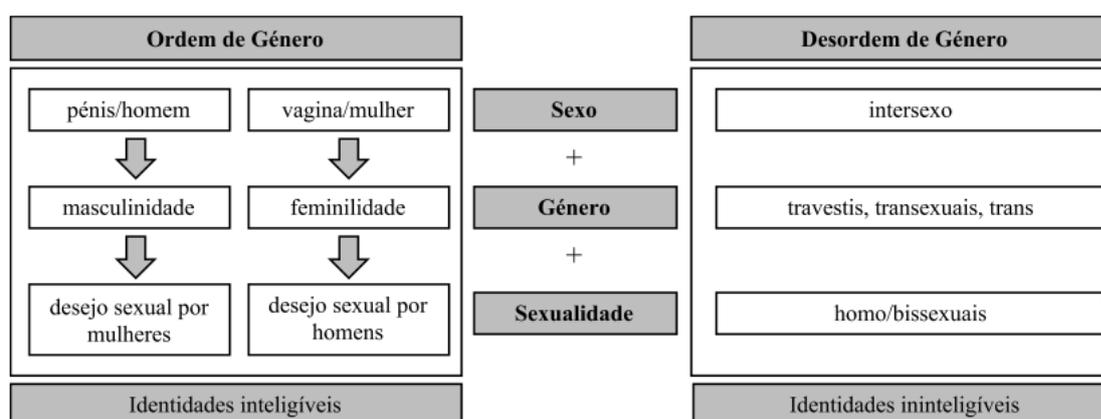
A Eduarda responde que não as conhece, mas que se procura *travestis* é melhor ligar para outra pessoa, já que ela é transexual, não *travesti*, e que *travestis* são homens que se vestem de mulheres e que ela não é nada disso. Aproveito para começar essa conversa com ela, perguntando então se isso não seriam *crossdressers*. Disse-me que não, “não é nada disso que estás para aí a falar, eu sou trans, *travestis* são homens”. Aqui, notei logo uma certa aspereza da sua parte, mas não desisti. Perguntei-lhe: “então, mas a seu ver, qual a diferença entre *travestis* e pessoas transsexuais? Para si alguma destas determinações pressupõe alguma cirurgia, é isso?”. Notavelmente alterada, eleva o tom de voz e responde-me: “Olha lá, quanto tu souberes o que são *travestis* e pessoas trans, anda falar comigo, até lá, vai mas é à merda, a chamar-me *travesti*” (Caderno de Campo, 24 de Outubro de 2021).

Saleiro (*ibid.*) afirma ainda que “a utilização de *travesti* como *identidade ou expressão de (trans)género já atingida ou em processo de construção*” é um dos seus significados. Assim, entende-se que assumir uma identidade de género *travesti* poderá ser vista como uma etapa até se chegar a uma próxima e que poderá ou não ter tido uma outra previamente. De facto, o trabalho de campo realizado nesta investigação revelou, esta realidade: a passagem de *crossdresser* para *travesti* e, depois, para transexual, encarando, assim, a identidade *travesti* como tendo sido uma etapa.

Até há pouco tempo, apenas se vestia com roupas femininas em determinadas ocasiões, sendo que no seu dia a dia, embora vestisse calças justas, já não usava sutiã ou blusas, mas camisolas largas. Depois, passou a vestir-se com roupas femininas todos os dias. Afinal, diz que quando usava as camisolas largas, quando a abordavam, as pessoas ficavam na dúvida sobre como tratá-la: como homem ou como mulher. De momento, para além das roupas e gestos femininos, iniciou tratamento hormonal. Diz ter passado por “várias etapas: primeiro só vestia à noite para sair, como os *crosses*. Depois todos os dias, vestia as blusas e assim e vestidos, que eu gosto. Agora visto-me assim e eu agora considero-me transexual, que estou a tratar de fazer isso”. Assim, considera que passou por várias fases de descoberta, como *crossdresser* e *travesti*, até ter chegado à fase de transexual (Caderno de Campo, 12 de novembro de 2021).

O seguinte esquema, elaborado por Ramalho (2020), apresentado no quadro 1., resume o que até aqui vem a ser discutido, no que refere ao que se pode entender por sexo, género e sexualidade e de acordo com a ordem ou desordem de género.

Quadro 1. Ordenamento do Sistema de Género



Fonte: elaboração própria baseada no pensamento de Judith Butler (2015 [1990]).

Fonte: Ramalho (2020) segundo Butler (2015 [1990])

2.2. A CONSTRUÇÃO DO CORPO E DE UMA IDENTIDADE DE GÉNERO FORA DA CISGENERIDADE

O trabalho de campo revelou a existência de uma pluralidade de identificações no que toca à identidade de género. A identidade pessoal e de género assumida pelas participantes nem sempre coincidia com uma identidade de género que a investigadora, tendo por base o senso comum, compreendia que estas pertencessem, ou tampouco que uma identidade de género que afirmavam que uma outra participante tivesse (dado que há participantes que se conhecem entre si) coincidissem com a identidade que esta própria assumisse. Ainda assim, tal como já evidenciado, ressalva-se que, nesta dissertação, são utilizados os termos *travesti*, *crossdresser*, transexual, transgénero de acordo com a própria autodenominação das participantes, quando se faz referência a estes, ou *peças trans* para referir mais facilmente este conjunto de indivíduos que se situam fora da cisgeneridade.

Em primeiro lugar, percebeu-se que o corpo assume um lugar de suma importância na identidade pessoal e de género que as pessoas trans constroem, sendo que a genitália não ocupa um lugar primordial.

Acerca dos tratamentos hormonais, havia já começado a toma, mas deixou, porque na altura não se sentia bem com a medicação. Agora, está a iniciar novamente a toma de hormonas e pretende dar continuidade. Já tem, também, consulta agendada para poder fazer a alteração de nome e género no cartão de cidadão. (...) Quanto ao seu corpo, diz ainda estar a pensar sobre a cirurgia de redesignação sexual. Pareceu-me, quanto à sua transformação física, que é bastante ponderada e dá um passo de cada vez, na altura que diz que deve dar. Fisicamente, tem cabelo loiro, comprido, sem barba (embora não faça depilação a laser no rosto), magra e com roupas femininas, sendo que utiliza sutiã para aumentar o volume na zona do peito, dado que não realizou cirurgia de colocação de implantes mamários (Caderno de Campo, 12 de novembro de 2021).

Não tendo a intenção de realizar cirurgia de redesignação sexual ou estando a decidir ou à espera de realizar a mesma, existem algumas técnicas que as pessoas trans adotam de modo a esconder os sinais que as possam identificar como pertencentes ao género rejeitado, tais como perucas, maquilhagens, tratamentos estéticos, implantes mamários, uso de sutiã, camisolas de gola alta para esconder a maçã de adão no pescoço, cuecas apropriadas para esconder a presença do pénis, entre outras (Bento, 2006).

Entretanto, [a Alice] diz usar “calcinhas de aqueendar” - umas cuecas feitas especialmente para mulheres trans que permitem esconder e disfarçar a forma do pénis (Caderno de Campo, 21 de outubro de 2021).

(...) [a Catarina e a Denise] finalmente desceram, muito arranjadas, com perucas (no valor de 2500 euros, como fez questão me dizer a Catarina) e extensões de cabelo, maquilhagem bem carregada, vestidos justos e saltos altos (Caderno de Campo, 9 de outubro de 2021).

Bento (2006, p.24), ao teorizar acerca da importância do corpo na construção de uma identidade de género, afirma que “se o corpo é instável, flexível, retocável, plástico, será uma estética apropriada ao género identificado que lhe conferirá legitimidade para transitar na ordem dicotomizada dos gêneros”. Ora, aqui, é evidenciada a forma como o corpo é assumido como instrumento da construção de uma identidade de género, sendo que este deve transitar num modelo binário e que esta construção passa também por isso, ou seja,

eles/as não solicitam as cirurgias motivados/as pela sexualidade, tampouco são assexuados/as: querem mudanças em seus corpos para ter inteligibilidade social. Se a sociedade divide-se em corpos-homens e corpos-mulheres, aqueles que não apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora da categoria do humano. (Bento, 2006, p.26).

De acordo com Butler (2000; 2004, p.24) o gênero pode ser visto como uma reafirmação das normas sociais e entendido como uma “estrutura performativa” que se relaciona diretamente com o corpo. De facto, Bento (2006) mostra-nos que nesta construção de uma identidade de gênero fora da cisgeneridade estão presentes fatores como um encaixe no modelo binário de gênero (homem/mulher) e o facto de este ser o caminho a seguir para que as pessoas trans se sintam como pertencentes a uma categoria socialmente aceite. Deste modo, a divisão binária dos sexos/gêneros acontece por meio de critérios construídos socialmente, o que leva a que as pessoas com corpos que não se encaixam neste modelo o procurarem fazê-lo de acordo com os padrões estabelecidos. Assim, estas buscam adequar-se àquilo que a sociedade considera como normal. Para além disto, Bento (*ibid.*, p.90) afirma que “o gênero adquire vida a partir das roupas que compõem o corpo, (...). São esses sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo”.

Para Goldenberg (2011), o corpo é um instrumento que é construído de acordo com o que é valorizado socialmente, muitas das vezes até de forma inconsciente. As mulheres trans constroem os seus corpos e constroem o feminino, recorrendo a vários procedimentos estéticos que por vezes nem as mulheres cisgénero recorrem. No caso das pessoas transexuais, estas procuram transformar o seu corpo também por meio da administração de hormonas.

Contudo, não sendo isto suficiente para algumas, estas, que também podem ser consideradas como pessoas intersexo, ou seja, pessoas que conjugam características dos dois sexos, procuram ainda uma cirurgia de redesignação sexual para encontrarem, deste modo, um sentido identitário e para se colocarem, de certa forma, em coerência com o discurso cis-heteronormativo³. (Bento, 2006; Preciado, 2014). Como entende Wittmann (2019, pp.93-94),

corpos que desafiam regras vigentes da sociedade são questionados e forçados a se adequar em maior ou menor grau desde a infância. (...) Para pessoas transgénero, portanto, muitas vezes é a puberdade que marca o momento em que se exterioriza o conflito entre as normas de gênero da sociedade e sua própria subjetividade.

³ O discurso cis-heteronormativo tem que ver com uma identidade de gênero e orientação sexual que se situa nos modelos de cisgeneridade e heterossexualidade (Preciado, 2014).

[A Denise] disse-me que durante a sua adolescência viveu uma fase que, para si, foi muito confusa, dizendo que não sabia quem era, não sabia com o que se identificava: se era gay, se era homem, se era mulher, se era bissexual. Conta que costumava ver a sua mãe a maquilhar-se, a usar vestidos e saltos altos e começou a mexer nas suas coisas e experimentá-las. Na escola, saía mais com raparigas do que rapazes, apesar de ainda ser o Ricardo António. Contudo, estas começaram a notar mudanças na Denise e começaram a colocá-la de parte (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

2.3. FAMÍLIA, AMIGOS E AFETIVIDADE: CONTEXTOS RELACIONAIS DAS PESSOAS TRANS

No que toca à sexualidade e ao lugar que ocupa a genitália nas relações amorosas das pessoas trans e a sua construção de identidade de género, Bento (2006, p.26) entende que a sexualidade não tem relação direta com a identidade de género: “quando dizem ‘sou um homem/uma mulher em um corpo equivocado’, não se deve interpretar tal posição como se estivessem afirmando que ser mulher/homem é igual a ser heterossexual”. A genitália também pode levantar-nos algumas questões, no que refere às relações amorosas e sexuais com parceiros. Não obstante, segundo Wittmann (2019) uma pessoa transexual que procure uma cirurgia de transgenitalização fá-lo apenas para se sentir confortável no seu próprio corpo e não com o intuito de agradar aos parceiros sexuais. Pelo contrário, “o que existe é o desejo de reconhecimento social do género com o qual as pessoas se identificam” (*ibid.*, p.95).

“A sociedade ia-me aceitar como mulher se eu fizesse as operações. E eu gostava de ser mulher 24 horas. Eu gostava de ser a Luísa, desde manhã que saio por aquela porta até me deitar à noite. Mas não são só os homens que não nos aceitam. Também há mulheres que acham que nós somos aberrações (...)” (Caderno de Campo, 6 de novembro de 2021).

Murta (2013, *apud.* Wittmann, 2019) considera que a transformação pela qual estes indivíduos desejam passar resulta também de complicações com que se deparam no seu dia a dia, advindas da intransigência à diversidade de género. Do mesmo modo, acontece que

quando se age e se deseja reproduzir o homem/a mulher “de verdade”, espera-se que cada ato seja reconhecido como aquele que nos posiciona legitimamente na ordem de gênero. No entanto, nem sempre o resultado corresponde àquilo que é definido e aceito socialmente como atos próprios a um homem/uma mulher. Se as ações não conseguem corresponder às expectativas estruturadas a partir de suposições, abre-se uma possibilidade para se desestabilizarem as normas de gênero, que geralmente utilizam a violência física e/ou simbólica para manter essas práticas às margens do considerado humanamente normal. (Bento, 2006, p.93).

De facto, como indica Bento (2006), as práticas de gênero e a idealização em reproduzir um homem ou mulher “de verdade”, podem conduzir quer à exclusão social, quer à marginalização e violência por parte de outros indivíduos. Não nos podemos esquecer que tais idealizações e aquilo que se considera que pode ou não definir um indivíduo como pertencente ao gênero feminino ou masculino se baseia em constructos socialmente elaborados ao longo do tempo, ou seja, em idealizações.

Essas idealizações, como percebido em trabalho de campo, tanto seriam adotadas por parte das participantes que tinham determinadas ações, por forma a conseguirem assemelhar-se o mais possível à idealização social daquilo que é o gênero identificado, ou seja, o gênero oposto, como das pessoas à sua volta. Quanto a estas, verifica-se, por exemplo, falta de conhecimento no que toca a formas de identidade de gênero fora da cisgeneridade, estigma e exclusão social, dada a existência de uma idealização daquilo que é ser-se homem ou mulher, dado que as participantes podem ser considerados intersexo ou estarem em fases de transformação física, que podem então levar a atitudes de incompreensão e exclusão, por parte dos que as rodeiam.

Na escola, saía mais com raparigas do que rapazes, apesar de ainda ser o Ricardo António. Contudo, estas começaram a notar mudanças na Denise e começaram a colocá-la de parte. Contou-me que sofreu muito nessa altura, dizia à sua mãe que não entendia porque as amigas iam sair ou jantar juntas e ela nunca era convidada. Diz que estava muito deprimida, pensou no suicídio (Caderno de Campo, 12 de abril de 2021).

Para além disso, por exemplo, pessoas transexuais foram socializadas de acordo com o gênero que lhes foi atribuído à nascença, onde, geralmente, passaram por situações em que seriam privados de experimentar posições em que estariam socialmente ligadas ao gênero oposto. Deste modo, não tendo tido acesso à socialização do gênero identificado e, por isso, não tendo vivenciado determinadas verdades associadas a esse gênero, terão de passar por um processo de aprendizagem de modo a interiorizar tais verdades, por forma a incorporar o novo gênero (Bento, 2006). No caso desta

investigação, no trabalho de campo desenvolvido, foi curioso uma percepção em particular: durante o processo de transformação física e início de uma assunção de identidade de género oposta à atribuída, a reação das mães das participantes foi muito parecida entre si, aquando de algumas transformações físicas e em momentos-chave, quando perceberam que as suas filhas, neste caso, não seriam se identificavam com o género atribuído. Por isto, verificou-se em vários relatos uma compreensão, apoio e reações de aceitação semelhantes entre estas mães.

[A Catarina] explicou-me que teve duas hipóteses: ou se assumia como mulher, como realmente se sentia, perante a sua família e sociedade e ia com a ideia avante, ou vivia infeliz, num corpo que não sentia ser o seu. Decidiu arriscar, começar a vestir-se como uma mulher. Antes disso, conversou sobre o assunto com duas pessoas importantes para si: com a mãe e com a filha. A resposta foi: só queremos que sejas feliz. A partir daí, Catarina foi-se assumindo como mulher, fazendo cirurgias plásticas no rosto, colocando implantes mamários e a inscrição para a cirurgia de alteração de genitália (Caderno de Campo, 17 de março de 2021).

2.4. IDENTIDADE DE GÉNERO TRANS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E TRABALHO SEXUAL: A LEGISLAÇÃO PORTUGUESA E A VOZ DOS PROFISSIONAIS

Neste capítulo, pretende-se dar conta da legislação portuguesa no que toca, por um lado, à identidade de género trans e à orientação sexual dos indivíduos que pretendem realizar alterações físicas, através de tratamento hormonal ou cirúrgico, e documentais, em Portugal e, por outro lado, abordar a questão da legislação do trabalho sexual no contexto português.

Ramalho, Silva e Santos (2015) defendem que as pessoas transgéneras se vêm limitadas no acesso aos serviços de saúde e a tratamentos hormonais e/ou cirúrgicos (David, 2009 *apud* Ramalho, Silva e Santos, 2015), de modo a realizarem as transformações que desejam e a conseguirem obter a imagem física que pretendem, ou seja, de acordo com o género identificado. Entendem, por este motivo, que algumas pessoas que querem realizar estas alterações recorrem a tratamentos clandestinos e sem supervisão médica, colocando assim a sua saúde em risco.

Ana começou a pensar nesse assunto de vir a ser uma mulher trans e começou o tratamento hormonal. Não teve qualquer apoio, visto ter começado “calada e sozinha, eu ia atrás do

que via os outros a fazerem, o que elas tomavam, a sua evolução. Daí, 3 meses depois, eu já começava a ter aumento das mamas” (Caderno de Campo, 20 de abril de 2021).

Embora os autores defendam que o acesso a estes serviços de saúde e informações se apresentam com algumas limitações para este público, acredita-se que esta situação possa estar a mudar. O trabalho de campo realizado mostrou que apesar da desinformação ser uma realidade há alguns anos, o acesso a este tipo de serviços está a tornar-se mais facilitado e acessível para quem o deseja.

“[...] Agora esta geração já tem tudo muito mais facilitado: já tem a informação toda, já sabem onde tem de ir, que médico ir ver, que hormonas tomar, o processo, sabem tudo. No meu tempo eu não sabia muito, não tinha como saber. [...] Denise insistiu muito na ideia de que a nova geração tem toda a informação ao seu dispor para se descobrir, diz que agora têm a informação que ela nunca teve [...] (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

Existindo então a vontade de realizar algum procedimento hormonal ou físico, por parte de uma pessoa que se identifica com o género oposto, em Portugal, como é que esta deve proceder e o que tem à sua disposição, por parte do Serviço Nacional de Saúde? Em primeiro lugar, é importante abordar sobre como tem vindo a ser entendida a questão da identidade de género não binária do ponto de vista biológico e psicológico, até se chegar às possibilidades médicas, no que toca a alterações físicas existentes atualmente. Não sendo este o foco concreto desta investigação e, por isso, não cabendo descrever aqui em detalhe todas as teorias e avanços ao longo da história sobre o tema, proceder-se-á apenas a uma pequena elucidação.

As primeiras teorizações sobre *travestis* iniciaram-se quando se começou a colocar atenção na figura hermafrodita, por se acreditar que ninguém poderia ter, em simultâneo, dois sexos, sendo uma necessidade compreender então qual seria o “verdadeiro sexo” dos hermafroditas (Dreger, 1998 *apud* Ramalho, 2020; Foucault, 1983 [1978] *apud* Ramalho, 2020). A partir do estudo dos hermafroditas e do seu género e sexualidade, começa-se então a dar atenção e a discutir o desacordo que poderia existir entre o corpo e a mente (Ramalho, 2020), ou seja, entre a genitália e a identidade de género e orientação sexual. Em 1953 e 1954, o médico alemão Harry Benjamin publica obras nas quais reconhece a distinção entre *travestismo* e *transexualismo*, focando-se na relação que estes tinham com a sua genitália:

Enquanto no “*travestismo*” havia uma representação do papel sexual contrário, não existindo um desejo de alteração dos genitais por serem fontes de prazer, no “*transexualismo*” existia um intento de ser e funcionar como alguém do sexo oposto, conduzindo os sujeitos a ambicionarem a aquisição de características físicas, emocionais e/ou sexuais associadas ao sexo/gênero a que sentiam pertencer, e se predisporem à realização de cirurgias “corretivas” a fim de corrigirem o “erro anatômico” da natureza. O sentimento de grande infelicidade que alguns transexuais apresentavam, podia ser explicado pelo forte desconforto sentido em relação à genitália, que se encontrava em total desacordo com a sua “mente”. Como tal, designava de “transexuais” aqueles que exprimiam um “desejo intenso, por vezes obsessivo, de mudar completamente o estado sexual, inclusive a estrutura orgânica” (Ramalho, 2020, p.24).

Para além das explicações biológicas para tratar os problemas de gênero, ou seja, para encontrar o “verdadeiro sexo”, começam-se, ao invés, a iniciar buscas para encontrar o “verdadeiro gênero” (*ibid.*). Segundo Ramalho (2020), as bases para esta busca partem da obra *The transsexual Phenomenon*, de Harry Benjamin. Nesta obra, publicada em 1966, o autor classifica seis tipos de pessoas de acordo com o seu nível de indefinição de gênero, recomendando, para cada nível, um tratamento. Sobre esta classificação, segue um quadro, elaborada por Ramalho (2020), acerca da classificação e definição de cada tipo de *travesti* ou transexual:

Quadro 2. Escala de classificação de *travesti*/transexual de Harry Benjamin (Ramalho, 2020)

Grupo	Tipo	Classificação	Definição
1	I	Pseudo travesti	Pessoa que se veste esporadicamente com roupas do sexo oposto.
	II	Travesti fetichista	Pessoa que se veste periodicamente com roupas do sexo para obter gratificação sexual por via da masturbação.
	III	Travesti verdadeiro	Pessoa que se veste constantemente com roupas do sexo oposto, mas que rejeita, no momento, proceder a alterações corporais. No futuro, a ideia pode ser atrativa. O transexualismo poderá estar latente.
2	IV	Transexual não cirúrgico	Pessoa que, sempre que possível, se veste como alguém do sexo oposto. Pode viver como homem ou mulher, ou flutuar entre a identidade masculina e feminina. É representada como “indecisa”.
3	V	Transexual (intensidade moderada)	Pessoa que se encontra “presa num corpo errado”. Se possível, vive e trabalha como alguém do sexo oposto. Mas essa prática concede um alívio insuficiente no seu desconforto de gênero. Apresenta desejo de se submeter a intervenções cirúrgicas e algumas são alcançadas.
	VI	Transexual (intensidade alta)	Pessoa que apresenta uma total inversão psicosexual. Pode viver e trabalhar como alguém do sexo oposto. Mas essa prática concede um alívio insuficiente no seu intenso desconforto de gênero. Há uma manifesta orientação heterossexual. ³⁶ A genitália é fonte de angústia e rejeição. Existe risco de suicídio ou automutilação se o sofrimento for duradouro.

Fonte: Ramalho (2020)

Assim,

para os “*travestis*” (tipo II e III), Benjamin recomendava um tratamento baseado na psicoterapia; para quem oscilasse entre o “*travestismo*” e o “*transexualismo*” (tipo IV) sugeria o tratamento hormonal; e para quem revelasse um forte desejo interno de pertencer ao sexo oposto (tipo V e VI) indicava, além da

ajuda psicológica e hormonal, a cirurgia de “mudança de sexo”. Todavia, a atribuição de um diagnóstico não tinha necessariamente um carácter estático porque, ainda que alguns sujeitos se situassem num determinado tipo, havia quem oscilasse de um tipo para outro em diferentes momentos da sua vida ou exibisse uma trajetória evolutiva ao longo dos diferentes grupos (Ramalho, 2020, pp.27-28).

Esta teoria de Harry Benjamin foi de suma importância, uma vez que se tornou numa das primeiras ferramentas para a realização de diagnóstico e tratamento do transexualismo, permitindo dar continuidade a diversos estudos e teorias sobre a identidade de género. Obras como *The Transsexual Phenomenon*, de Harry Benjamin (1966) e outras como *Sex and Gender* (1968) de Robert Stoller e o *Transsexualism and Sex Reassignment* (1969) de Richard Green e John Money contribuem para que a noção de sexo e género, na transexualidade, comecem a ser entendidas de forma independente e permite iniciar-se o caminho no entendimento de que o género é imutável e, em caso de incongruência deste com o corpo/genitália, seria então o corpo que deveria/poderia ser modificado e não o oposto (Saleiro, 2013). Nas palavras de King (1996):

não é mais necessário reclamar uma causa biológica para a transexualidade para legitimar a mudança de sexo. Se o ‘género’ é imutável, ainda que psicologicamente produzido, e se a harmonia entre o sexo e o género é a pré-condição para o conforto psíquico e a aceitação social, ‘faz sentido’ conseguir a harmonia através da alteração do corpo. (King, 1996, p.94 *apud* Saleiro, 2013, p.27)

Em várias conversas com as participantes desta investigação, este facto foi afirmado pelas mesmas: o sentimento de ter nascido no corpo errado, onde, por isso, existia uma dissonância entre o corpo e a (auto)identidade de género. Daqui sentimentos de desconforto, dúvida e confusão estavam presentes na vida das participantes, antes de se “descobrirem” e/ou “assumirem”.

Esta dissonância entre sexo e (auto)identidade de género, por muitos entendida como “disforia de género”, ou “perturbação de identidade de género”, ou seja, o “nascer no corpo errado”, ou o “erro da natureza”, ou o “viver num corpo que não é o seu”, conduziu à abertura de clínicas de identidade de género, em meados dos anos sessenta do século passado, onde o “transexualismo” foi aceite como uma categoria psiquiátrica. Assim, passou-se a entender o transexualismo como o sentimento persistente de desconforto entre a genitália e o desejo de se livrar desta através da aquisição dos órgãos genitais do sexo oposto (Ramalho, 2020). A partir da abertura das primeiras clínicas, que seguiam as explicações e teoria de Harry Benjamin, até aos dias de hoje e mesmo na realidade do contexto português atual, passou-se a entender alguns procedimentos cirúrgicos e a cirurgia de redesignação sexual, sendo

entendidos como uma condição para a harmonia de género, ou seja, entre o corpo e a (auto)identidade de género (Saleiro, 2013).

Começou por me falar acerca de quando se começou a sentir uma mulher. Diz que uma transexual sabe perfeitamente que é transexual, mas “o que acontece é que tu, mesmo lá no fundo sabendo que és transexual, tu não te vais aceitar logo, não é? Tu sabes que aquilo é o teu ideal, mas tu não sabes ainda exatamente aquilo que tu és, porque não foi aquilo que foi criado ou planeado para ti e tu entras ali em conflito contigo própria, com o teu ser.”. Refere então que a sua vontade individual, ou a vontade individual dos indivíduos que vêm a descobrir que se identificam com o género oposto é diferente do que é expectável para estes socialmente e que isto causa um conflito interno nestes indivíduos, que foi o que aconteceu consigo: “tu só depois pensas e vais começando a entender que tu és aquilo que tu és, não és o que esperavam que tu fosses”, referiu. Conta que a sociedade espera que quer um homem ou mulher cisgénero construa a sua vida, onde se inclui casar, ter filhos, ser aceite socialmente tal como é e que com estes indivíduos isso não é o que a sociedade idealiza ou pensa ser possível acontecer. “Independentemente de tu teres o sexo masculino, tu não te vês como um homem, jamais! Tu olhas-te ao espelho... eu, por exemplo, não me consigo olhar ao espelho. Eu olho, eu vejo pontos. Eu seleciono: eu vejo o meu cabelo, os meus olhos, o meu batom, agora... olhar-me ao espelho e analisar-me totalmente... eu não consigo porque a totalidade daquilo que eu vou ver ao espelho não condiz com a minha mente.” Para si, isto interfere psicologicamente consigo e obriga-a a ver uma pessoa que não é ou a não ver aquilo que idealiza para si mesma. [...] Tu és uma transexual que queres mudar, que queres fazer a diferença. Então, tu já tens aquela ideia e aquele sentimento, não vale a pena tentarem mudar isso em ti porque isso já nasceu contigo e é isso que eu sou.”. Contudo, por ainda não ter feito qualquer cirurgia ou tratamento hormonal, considera que o seu corpo não é ainda o corpo que deseja. Afirma mesmo que não consegue colocar-se em frente a um espelho e olhar-se por inteiro: “eu olho-me ao espelho pontualmente, vejo partes do meu corpo, porque eu ainda me vejo como um homem, mas na minha cabeça sou uma mulher, então o que eu vejo e o que eu sinto ainda não coincide à forma como eu quero vir a ser.” (Caderno de Campo, 18 de dezembro de 2021).

Até 1995, em Portugal, era proibida a realização de “cirurgia para reatribuição do sexo” (Saleiro e Oliveira, 2021). A partir desse ano, esta proibição é levantada e realizam-se consultas de acompanhamento a pessoas transexuais, embora não existisse ainda a possibilidade do reconhecimento legal de género, que veio a ser conquistada no ano de 2011 (*ibid.*).

Para conseguirem de facto realizar estes procedimentos, os indivíduos que possuem esta intenção, deveriam ser classificados como “verdadeiros transexuais”, através de avaliação médica (psiquiatria e psicologia), de modo a determinar se a pessoa, de facto, “sofre” de uma “perturbação de identidade de género” (Saleiro, 2013 *apud* Sanger, 2008; Davy, 2011), uma vez que se havia reparado na existência da distorção de histórias pessoais e discursos feitos e bem preparados, por parte de pacientes, de modo a conseguirem serem aceites para a cirurgia (Ramalho, 2020). Como entende Foucault (1988), do mesmo modo que a homossexualidade foi considerada uma patologia, a transexualidade surge na história também como uma doença mental, uma vez que permite o levantamento de questões acerca da sexualidade desviante e daquilo que pode ser considerado como “normal”. E é através do questionamento daquilo que pode ou não ser considerado como uma “normalidade” que se constroem os discursos, práticas e poderes que consideram o indivíduo fora da “normalidade” ou seja, o transexual, com um problema/patologia. É desta forma que, posteriormente, surgem os discursos médico-psicológicos que procuram identificar e curar os “verdadeiros transexuais”. Assim, ao longo da história visava-se a produção de uma cisheteronormatividade hegemónica.

Assim, é seguida no Hospital Júlio de Matos e no Hospital de Coimbra, desde março, sendo que no Hospital Júlio de Matos tem principalmente consultas de psicologia. Relativamente a tratamento hormonal, diz que “o processo foi todo aceite, tenho os papéis assim como sou uma transexual, mas por causa da história do COVID, bloqueou tudo, então é como se voltasse tudo ao início e fizéssemos um refresh. As consultas que eu agora tenho são apenas para relembrar o que eles já sabem e vai continuar a ser assim durante mais um ano e pouco, para conseguir que sejas realmente... eles têm de ter a certeza de que tu és uma transexual.”.

Depois disto fez uma afirmação que eu fiz até questão de escrever, dado que nunca tinha ouvido nada igual, sobre as consultas de psicologia realizadas nos hospitais. A Jade refere que: “Eles têm de ter a certeza de que tu és realmente és uma transexual para tu não teres o erro... eles não querem criar pessoas para terem o erro de estas se apaixonarem pelo mesmo sexo. Imagina, transformam uma mulher e por erro genético, eu sou uma mulher e vou apaixonar-me por uma mulher que não era suposto isso acontecesse. Não é suposto

porque se eu era um homem e gostava de homens hétero, não era suposto depois das alterações eu me sentir atraída por mulheres. E isso pode acontecer se houver erros na avaliação que eles fazem.". Questionei por que motivo eles não desejam que existam mulheres que se sintam atraídas por outras mulheres. "Eles querem ter bem a certeza de tudo, por isso é que és acompanhada durante muito tempo por equipas distintas, que é para não criarem pessoas que são falsos transexuais, ou seja, a pessoa é um transexual sim, mas a orientação sexual vai ser uma orientação gay, eles não querem criar isso. Isso acontece muito, muito mesmo. E para eles isso é um erro genético, não é suposto acontecer" nota. Então, será que a homossexualidade, para os médicos que acompanham as pessoas transexuais, é um erro genético? Ou a homossexualidade só é um erro genético em pessoas que se afirmam homossexuais após darem início a tratamento hormonal? Sobre isto, a Jade afirma que "não acontece com todas, com algumas sim, depois das hormonas, depois de se tornarem 100% mulheres. Deixam de gostar daquilo que gostavam e passam a gostar do sexo que elas são, ou seja, eu sou uma mulher e passava a gostar de ti. Não era suposto, que eles não querem criar um trans para gostar de outra mulher ou criar um homem trans para depois gostar de outro homem e não só. O segundo erro genético que pode acontecer é o suicídio. A taxa de suicídio nas pessoas trans é muito, muito, muito grande.". Refere que no início da vida transexual (ou seja, depois do tratamento), as pessoas trans são muito estigmatizadas e, finalmente são mulheres/homens e tem de viver com essa nova realidade, é uma mudança brutal para estas pessoas. Assim, a Jade considera que para se reencontrarem é um processo difícil. Depois de se reencontrarem, estas pessoas redescobrem o mundo e, se for um choque muito grande, a nível psicológico e social, existe intenção suicida. Apesar de ainda não ter iniciado tratamento hormonal, a própria Jade já tentou suicidar-se quatro vezes (Caderno de Campo, 18 de dezembro de 2021).

Alteração física, harmonização ou cirurgia de redesignação sexual? A nível internacional, o processo de transição segue os pressupostos descritos nos *Standards of Care*, do instituto *World Association For Transgender Health*, anteriormente conhecido como o *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association* (Associação ILGA Portugal, 2008). Ou seja, procuram oferecer conformidade entre o sexo e o género à pessoa transexual, segundo a teoria de Harry Benjamin. Em Portugal, os pressupostos do *Standards of Care* não são seguidos de forma rígida, uma vez que se verifica a existência de maiores entraves, quer a nível clínico como burocrático, por parte do Serviço Nacional de Saúde. Segundo a

Associação ILGA Portugal (2008), é possível também procurar este serviço no setor privado, embora este seja obviamente mais dispendioso e onde não se encontra tão facilmente profissionais de saúde tão habilitados para lidar com os pacientes. Segundo esta associação, em Portugal, o processo de transição processa-se da seguinte forma:

I. Consultas de Psicoterapia Comportamental no Hospital Júlio de Matos ou no Hospital de Santa Maria;

II. Tratamento Hormonal (duração mínima de dois anos);

III. Cirurgia de redesignação sexual no Hospital de Santa Maria (mediante autorização médica escrita pela Ordem dos Médicos).

Em Portugal, o processo tem início no Hospital Júlio de Matos ou no Hospital de Santa Maria. Os pacientes são acompanhados por equipas pluridisciplinares em consultas de Psicoterapia Comportamental. Embora existam outros hospitais no país com consultas de transexualidade, todos os pacientes acabam, em dado momento, por ser encaminhados para um dos dois hospitais supramencionados. O primeiro passo, nessas consultas, será o utente ser confirmado ou não com um diagnóstico de disforia de género, por um psicólogo, de modo a evitar “erros”, como “casos de pseudo-transexualidade, como situações de fetiche, esquizofrenia, autoginefilia⁴” (Associação ILGA Portugal, 2008, p.5). Terminada a fase de avaliação psicológica pelo psicólogo e por um médico do Hospital de Coimbra, dá-se início à segunda fase do procedimento: o tratamento hormonal. Neste tratamento são adequadas as características sexuais, de modo que estas vão de encontro à identidade de género do paciente em tratamento. Este tratamento hormonal tem uma duração mínima de dois anos, para que atinja o seu efeito e prevê alterações físicas como aparecimento de seios, aumento ou diminuição de pelo, modificação do timbre da voz, por exemplo, bem como prepara o corpo para cirurgias, caso esta seja a intenção do paciente. Uma vez concluído o tratamento hormonal, o passo seguinte, se o paciente

⁴ Autoginefilia caracteriza-se pelo excitação ou gratificação sexual de um homem através do pensamento ou da sua própria imagem como mulher.

assim o desejar, será a cirurgia. Para que esta seja realizada, cada médico da equipa multidisciplinar que acompanhou o paciente tem de escrever um relatório médico, que serão enviados pelo próprio paciente ao bastonário da Ordem dos Médicos, de modo que lhe seja conferida uma autorização para a realização da cirurgia. Este analisa os relatórios médicos e decidirá sobre a cirurgia do paciente em questão, por escrito. Em caso favorável, em Portugal, as cirurgias de redesignação sexual são exclusivamente realizadas no Hospital de Santa Maria (Associação ILGA Portugal, 2020).

Uma das participantes está a realizar este procedimento há pouco tempo, estando na fase da hormonoterapia:

Quanto ao tratamento hormonal, é seguida por uma endocrinóloga. Em primeiro lugar teve de fazer uma série de exames físicos (análises sanguíneas, TAC, por exemplo) e psicológicos e desde março deste ano que iniciou a toma de hormonas. Em primeiro lugar, começou pelo medicamento Androcur e depois passou para o Zummeron: o primeiro, como me explicou, serve para inibir a testosterona e daí conta que "aqui o que eu senti logo foi que o tesão foi com o caralho! (risos)"; e o segundo são hormonas femininas, que "fazem as mamas crescer e agora doem-me muito, as vezes nem dormir para baixo posso! E noto que começo a ter mais formas, que isto também ajuda com as curvas e a ter menos pelos", para além de também estar a fazer sessões de depilação a laser no corpo inteiro, incluindo o rosto. Na psicóloga, diz andarem a conversar sobre a cirurgia de redesignação sexual. Ainda não sabe bem se irá realizar esse procedimento, mas pensa em agendar. Sabe que demora muitos anos em lista de espera e tem muito receio do pós-operatório. Entretanto, diz usar "calcinhas de aquendar" - umas cuecas feitas especialmente para mulheres trans que permitem esconder e disfarçar a forma do pénis. Conta que foi descobrindo todas estas coisas aos poucos e que a primeira pessoa trans que conheceu pessoalmente foi a Denise (Caderno de Campo, 24 de outubro de 2021).

Embora relatado desta forma possa parecer um processo simples, na realidade existem graves constrangimentos com que estas pessoas se deparam, sendo o principal a morosidade de todo o processo clínico. Segundo a Associação ILGA Portugal (2008), o processo transacional pode demorar sete ou mais anos. Para além de trazer constrangimentos no que toca à vida social e laboral, uma vez que se sabe que esta população é discriminada no mercado de trabalho devido à sua aparência física, isto também traz consequências psicológicas para o próprio paciente dada a angústia que sentem pela morosidade do processo e pela lentidão com que vêm as mudanças no corpo. Outro dos problemas é

que este processo apenas oferece tratamentos hormonais, cirurgia de redesignação sexual e eliminação ou aumento do peito, não comportando outras cirurgias como, por exemplo, a redução da “maçã-de-adão”. Para além disto, as pessoas transexuais vêm-se na impossibilidade de, depois da cirurgia de redesignação sexual, virem a ter os seus próprios filhos biológicos, uma vez que não usufruem de procriação medicamente assistida.

Posto isto, embora o Serviço Nacional de Saúde disponibilize os procedimentos clínicos referidos, é necessário reforçar que estes pacientes se confrontam com listas de espera e procedimentos extremamente demorados, principalmente aqueles que desejam realizar cirurgia de redesignação sexual. Mas estes pacientes vêm-se também numa luta social, que passa pelo seu reconhecimento, no seio da sociedade, como pertencente ao género de identificação. Para muitos, e por experiência durante o trabalho de campo, enquanto esta alteração não é realizada, existem graves entraves na vida social, laboral e, como consequente, financeira das pessoas trans. Em várias situações, parece ser necessário a obtenção de um documento escrito e legal que prove que um indivíduo pertença a um género ou outro (dentro do modelo binário de género, feminino ou masculino), para mostrar que de facto pertence ao mesmo, sendo apenas assim que obtém permissão para agir em conformidade, segundo os constructos sociais, de acordo com o género pelo qual é designado num documento. Por outras palavras, apenas a existência de um documento legal que designe que um indivíduo pertence a determinado género, feminino ou masculino, parece legitimar o acesso a determinados locais e práticas. De seguida, um exemplo de alguns dos relatos obtidos em trabalho de campo que espelham esta realidade:

Dando [...] o exemplo de uma mulher brasileira que foi expulsa de uma discoteca, dado que foi ao wc feminino e no cartão de cidadão ainda tem nome masculino, apesar de já ter realizado cirurgias como mamoplastia e fisicamente parecer realmente uma mulher, exceto o órgão sexual, que era o masculino. (Caderno de Campo, 16 de setembro de 2021).

Na prática, no que toca à alteração de nome e identidade de género, até ao ano de 2011 apenas seria possível colocando um processo em tribunal (Costa, 2020). Contudo, a partir de 2011, com a Lei nº 7/2011, de 15 de março, qualquer pessoa portuguesa e maior de idade, na posse de um relatório clínico comprovativo que a mesma é detentora de uma “perturbação de identidade de género” pode usufruir destas alterações numa conservatória do registo civil. Com a alteração a esta lei, nomeadamente com a Lei nº 38/2018, de 7 de agosto, o referido relatório clínico deixa de ser necessário, pelo que qualquer indivíduo maior de idade, de nacionalidade portuguesa e sem qualquer anomalia psíquica está habilitada a realizar esta alteração. No caso dos indivíduos com idade compreendida entre 16 e 18 anos,

de nacionalidade portuguesa, também o podem realizar através dos seus representantes legais, sendo que aqui será necessário um relatório de um médico inscrito na Ordem dos Médicos ou psicólogo inscrito na Ordem dos Psicólogos, que ateste que este indivíduo é capaz de tomar decisão e a sua vontade seja informada, sem existir qualquer referência a um diagnóstico de identidade de género. Assim, para realizar a alteração de nome próprio e género no Cartão de Cidadão deixa de ser necessário um diagnóstico de “perturbação de identidade de género”, dependendo esta alteração exclusivamente da vontade do indivíduo.

Uma das participantes realizou esta alteração durante o período em que esta investigação se desenvolvia. Por ser maior de idade e de nacionalidade portuguesa, entregou no Registo Civil um formulário, foi efetuada uma marcação para alteração do nome que foi realizada uma semana depois.

No que toca à legislação portuguesa sobre o trabalho sexual, sabe-se que esta prática não constitui um crime, uma vez que foi despenalizada em 1982 (Oliveira, 2017). Assim sendo, atualmente, em Portugal, estamos perante um vazio legal, uma vez que o trabalho sexual não é legal, mas também não constitui um crime, uma vez que não se encontra regulado, estando esta atividade, por isso, esquecida e ignorada pelo estado (Oliveira, 2004). Assim, relativamente ao trabalho sexual, em Portugal, apenas é punível por lei o crime de lenocínio. Este crime consiste em punir quem promove, incentiva, facilita ou favorece outros no exercício de práticas sexuais com intenção lucrativa ou profissionalmente (Costa, 2020). Apesar do trabalho sexual se encontrar despenalizado em Portugal, este também não se encontra regulamentado nem é reconhecido formalmente, levando a que não existam leis laborais ou tributárias para aqueles que desempenham esta atividade. Como consequência desta falta de reconhecimento laboral, quem presta serviços sexuais vê-se discriminado em várias vertentes, uma vez que não vê os seus direitos e deveres como trabalhador assegurados (*ibid.*). Com a pandemia, a falta de regulamentação e de reconhecimento desta prática como uma atividade laboral, conduziu a que muitos trabalhadores sexuais se vissem completamente desamparados. Em comparação com outros trabalhadores que vêm a sua profissão legalizada, ao contrário dos trabalhadores sexuais, estes puderam usufruir de apoios económicos e benefícios por parte do Estado português, que os trabalhadores sexuais, por não verem a sua profissão regulamentada, não tiveram acesso. A falta de respostas por parte do Estado português para com os trabalhadores do sexo só veio a ser reforçada com a pandemia, mostrando a urgência em colocar a necessária atenção nestes trabalhadores. Mais, não só falando a nível económico, mas também a nível dos cuidados básicos de saúde, o reconhecimento do trabalho sexual como uma profissão legalizada em Portugal é de carácter urgente, uma vez que estas pessoas se relacionam sexualmente com vários indivíduos e necessitam de cuidados de saúde e de acompanhamento regular, não mencionando ainda o estigma que leva a que estes trabalhadores não

procurem tanto os serviços de saúde com a regularidade necessária. A legalização do trabalho sexual permitiria também reforçar a sua segurança, uma vez que poderia existir um maior controle e apoios sobre esta atividade, protegendo estes trabalhadores que muitas vezes são vítimas de violência por parte dos seus clientes ou exploradas por outros (lenocínio). O trabalho de campo realizado mostra a vontade das participantes de verem a prática de trabalho sexual como uma profissão legalizada.

Aqui aborda o tema da legalização do trabalho sexual: “não era bom o Estado nos pôr a fazer descontos? Assim nós gastamos mal gasto, não temos direitos, não temos nada” (Caderno de Campo, 26 de março de 2021).

Perguntei-lhe como estava o trabalho, se tinha tido clientes ultimamente. Respondeu-me que teve “um militar lindo, novinho, de 23 anos de Braga, todo gostoso, alto, 1,80m, todo musculadinho”, no sábado, mas que tem rejeitado muito trabalho, visto que os clientes cada vez mais querem fazer preços ou “fazem pedidos porcos, não querem usar camisinha, mas que se foda, primeiro está a minha saúde. [...] Por isto é que as doenças não acabam. Eles acham que agora já não há COVID, já para nem falar do resto das doenças todas que se pode apanhar se não usar camisinha.”. Para evitar confusões, a Catarina refere que quando os clientes perguntam se podem ter relações sexuais com ela sem proteção, ela diz logo que não. Prefere negar logo ao telefone, do que fazê-los vir e presencialmente recusar, para proteger a sua segurança. Conta que uma amiga sua, ao telemóvel, prometeu que faria sem proteção, o cliente chegou, ela negou e este bateu-lhe (Caderno de Campo, 16 de setembro de 2021).

Também aqui se quis dar atenção à voz de vários profissionais e na forma como estes entendem o trabalho sexual e se este deveria ou não vir a ser reconhecido como uma profissão. Oliveira (2021), no âmbito da sua dissertação de mestrado, entrevistou trinta atores sociais, entre os quais dezassete consideraram aceitável reconhecer o trabalho sexual enquanto profissão. Nestes dezassete atores incluem-se, por exemplo, ex-trabalhadores do sexo, um deputado do PS (João Torres), investigadores da área temática do trabalho sexual, como Alexandra Oliveira, diretores técnicos e técnicos de associações ligados a trabalhadores sexuais, entre outros. Os argumentos apresentados por estes no que toca à sua concordância em reconhecer o trabalho sexual como uma profissão são, por exemplo, se esta atividade for realizada livremente, não há razões para que esta não seja reconhecida como qualquer outra atividade que necessite também de esforço físico e que são também entendidas como trabalho. Defendem que os

trabalhadores sexuais prestam serviços, que são de carácter sexual e que necessitam de ver os seus direitos laborais reconhecidos, uma vez que

“elas estão a desempenhar um trabalho, estão a prestar um serviço, uma atividade de serviços que é sexual”. Assim, “reconhecer que é um trabalho, é reconhecer também estas pessoas”, é assumir que estas pessoas são detentoras de plenos direitos, e é necessário terem os seus direitos reconhecidos, como os seus direitos laborais. (*ibid.* p.61).

Entendem que os trabalhadores sexuais estão desprotegidas socialmente quando envelhecem e que «“todas as prostitutas ganham dinheiro ao negro [...], e não estão a pagar os impostos”».», mostrando que o reconhecimento desta atividade como uma profissão seria uma mais-valia também em termos económicos e sociais. Reconhecendo a existência de pessoas que são exploradas e obrigadas a realizar trabalho sexual, não consideram que, desta forma, possa ser considerada esta prática como trabalho, mas como um crime a pessoas que estão a ser violentadas.

Atendendo à voz destes profissionais, mas também à voz das trabalhadoras sexuais trans participantes desta investigação, pode-se afirmar que a legalização do trabalho sexual comportaria mais-valias quer para estes trabalhadores, quer para os seus clientes, uma vez que ofereceria a ambos maiores cuidados e proteção da saúde, de segurança e, para os trabalhadores sexuais, maior segurança financeira. Não se entende como ainda atualmente esta profissão esteja esquecida e não regulamentada em Portugal, atendendo aos inúmeros pedidos de legalização da mesma, feitos ao longo dos anos, incluindo pelos próprios profissionais que desempenham esta atividade. Apesar da existência de vozes que não consideram o trabalho sexual como uma profissão e, por isso, não defendem a legalização do mesmo, o que se pretende não é favorecer ou incentivar a venda de serviços sexuais, mas apoiar estes trabalhadores em várias esferas da sua vida que, legalizada e regulamentada ou não, realizam de qualquer das formas trabalho sexual.

CAPÍTULO 3. TRABALHO SEXUAL DE PESSOAS TRANS

O trabalho sexual é um tema socialmente controverso e que levanta muitas questões. Se, por um lado, existe quem o defenda, percebendo-o como uma atividade laboral e requerendo até a sua legalização, nomeadamente em Portugal, existe, por outro lado, quem o critique, encarando-o como uma exploração de quem o desempenha, vendo estes atores como vítimas. Ainda, os atores sociais que desempenham trabalho sexual são, em várias situações, estigmatizados socialmente. É desempenhado por homens, mulheres, *travestis*, *crossdressers*, transgénero, transexuais, *gays*, lésbicas, casais, enfim, existe uma pluralidade de atores que oferecem múltiplos serviços, quer presenciais como online ou por outras vias. Assim, existe uma diversidade de atores, práticas e contextos em que o trabalho sexual é realizado, tratando-se assim de um fenómeno social complexo.

Neste capítulo, será abordada a questão do trabalho sexual desempenhado por pessoas trans. Assim, questões como a entrada no trabalho sexual e a sua finalidade, a pandemia de COVID-19, os seus contextos de vida e a violência e estigma que recaem sobre estes atores sociais serão assuntos que merecem atenção neste capítulo, bem como o facto destes atores, para além de desempenharem trabalho sexual, possuírem uma identidade de género que desafia as normas socialmente impostas.

3.1. TRABALHO SEXUAL OU PROSTITUIÇÃO?

Os termos *trabalho sexual* e *prostituição* têm significados distintos, estando a sua diferença relacionada com práticas laborais e o estigma e vitimização ligada a esta atividade.

Abordado o conceito de trabalho sexual, para Alexandra Oliveira,

Dois ou mais adultos, de forma livre e consentida, podem ter relações sexuais. É isto que se passa na prostituição ou no trabalho sexual, que é a expressão que eu prefiro usar. [...] A única diferença, ou a diferença principal com relações sexuais que não são comerciais é que há uma troca monetária, ou seja, há uma parte que tem a relação sexual com o objetivo de ter lucro e outra parte com o objetivo de obter prazer. (TEDx Talks, 2018)

Assim, o trabalho sexual é considerado a prestação de serviços sexuais por adultos, de forma consensual, a troca de bens ou serviços (Associação para o Planeamento da Família, 2014). Sabendo-se da existência de vitimação e opressão no campo do trabalho sexual, isto não é o que acontece em todos os casos, pelo que os trabalhadores sexuais não devem ser considerados vítimas, visto que têm capacidade de decisão sobre as suas práticas sexuais. Encará-los como vítimas oprimidas, indefesas, exploradas e que

necessitam de ajuda aumenta o estigma social sobre estes, fazendo com que se restrinja a sua liberdade e direito à autodeterminação. Entende-se que estas pessoas fizeram uma opção ponderada e consciente, avaliando vantagens e desvantagens da entrada no sexo mercantil, que é uma atividade rentável, mas estigmatizada e não reconhecida legalmente (TEDx Talks, 2018).

Relativamente ao conceito de “prostituição”, os juízos morais relacionam a prostituição ao crime e desvio, não servindo os direitos destas pessoas, negando-lhes, assim, a sua autodeterminação. Por isto, podemos daqui concluir que o que distingue fundamentalmente os dois conceitos é facto de o conceito de prostituição poder ser encarado como uma forma de exploração sexual de alguém que vê os seus direitos humanos violados, enquanto o conceito de trabalho sexual caracteriza uma prática laboral que afasta o estigma relacionado à palavra prostituição e prevê a abertura do caminho para a discussão acerca da normalização e legalização desta atividade (cf. Patto, 2018). Trata-se politicamente de uma prática laboral que deve ter direitos e deveres regulamentados, ou seja, o conceito trabalho sexual é visto como tendo uma posição laboral. Na ótica de Patto (2018), a prostituição, excluindo poucos casos excepcionais, não é uma escolha autenticamente voluntária, dado que a alternativa a esta prática seria a fome, contrapondo a ideia já apresentada de Alexandra Oliveira, que defende que quem pratica trabalho sexual fez uma opção ponderada. Com efeito, é necessário distinguir entre prostituição forçada e prostituição voluntária, dado que a maioria dos trabalhadores sexuais publicitam os seus anúncios, trabalham em apartamentos próprios, nas ruas ou até em pensões e não têm ninguém a explorá-las, trabalhando de forma autónoma. Quanto à prostituição de adultos forçada, constitui um caso criminal. Confundir prostituição com tráfico e exploração sexual é comum e, tomar estes trabalhadores como indefesos e explorados é um estereótipo (TEDx Talks, 2018). Assim, nunca é demais fazer uma chamada para a discussão da legalização do trabalho sexual.

Como mostrou o trabalho de campo, nenhuma das participantes desta investigação se encontra em situação de lenocínio e nenhuma delas se viu obrigada por outrem a entrar no trabalho sexual. Para além disso, afirmam que a legalização do trabalho sexual seria uma mais-valia para os trabalhadores sexuais, dado que teriam a oportunidade de verem a sua atividade regulamentada, teriam direitos e deveres como qualquer outro trabalhador comum, ressaltando a importância que esta legalização teria no combate às doenças sexualmente transmissíveis, violência e, agora, medidas de apoio e orientações para o desempenho do seu trabalho com a pandemia.

Nunca trabalhou por conta de outros porque diz “quem? Eu andar a vender o meu corpo para depois vir os outros e levar metade ou quase metade do dinheiro do meu trabalho?”

Nunca!” Afirmando ainda que, quem o faz são “essas putas rascas, badalhocas que só levam 15 euros e 5 ou 7,5 euros são para a casa” (Caderno de Campo, 3 de março de 2021).

[A Catarina] conta que sabe que a operação genital vai demorar e que a recuperação é de um ano, mas quando a fizer, quer deixar de se prostituir. Até lá, sendo que não consegue outro emprego, diz que “assim eu só tenho duas opções: roubar ou fazer o que faço. Eu, roubar não sei, tenho de me prostituir”. Aqui, aborda o tema da legalização do trabalho sexual: “não era bom o Estado nos pôr a fazer descontos? Assim nós gastamos mal gasto, não temos direitos, não temos nada”. [...] [A Denise] afirma ainda que existem outros países que estão mais evoluídos do que Portugal, como Espanha, onde os trabalhadores sexuais recebem uma taxa de rendimento mínimo. Entretanto, com este tema, a Catarina mete-se na conversa pela primeira vez, questionando-me se eu já obtive conhecimento de que “a prostituição vai ser legalizada”. Como considerei esta afirmação estranha, perguntei onde viu isso. Mostrou-me no seu telemóvel um documento da Assembleia da República, que seria uma petição que foi entregue à mesma, afirmando que quem a entregou foi Ana Loureiro. Surgem aqui comentários a essa trabalhadora sexual: afirmam que esta “tem muitas meninas a trabalhar para ela e ela ajuda-as muito a nível da alimentação e habitação” e caso a prostituição venha a ser legalizada em Portugal, seria bom para ela. A Catarina e a Denise ficaram felizes com esta notícia visto que, dessa forma, iriam “ter direitos, descontos e ia ser tudo regulado, mesmo a nível de usar camisinha obrigatoriamente. Agora é que essas brasileiras badalhocas que fazem tudo vão todas de volta para o Brasil”. (Caderno de Campo, 21 de março de 2021).

3.2. A ENTRADA NO TRABALHO SEXUAL POR PARTE DE PESSOAS TRANS: MOTIVAÇÕES E FINALIDADES

Foram diversos os relatos obtidos sobre a entrada no campo do trabalho sexual, por parte das participantes desta investigação. Em primeiro lugar, importa perceber de onde parte esta motivação e, em seguida, compreender de que modo se dá esta entrada para um mundo no qual nunca pensaram entrar.

Se a questão de género assume um importante papel na forma como nos relacionamos na vida social, também esta contribui para a revelação de desigualdades que se associam a outras (Silva, Lima, Sobral, Araújo e Ribeiro, 2016). No caso da questão de género, podemos verificar que as pessoas trans são o grupo social mais negligenciado, oprimido e incompreendido, começando desde logo pelas instituições sociais, como a escola e família. Desde cedo forçam e/ou punem as pessoas trans, levando a que estas se sintam incompreendidas, colocando-as numa situação de vulnerabilidade ao vivenciarem sentimentos de ansiedade, depressão, medo ou intenções suicidas (Ramalho, Silva e Santos, 2015). Para além disto, existe uma série de constrangimentos pelos quais as pessoas trans passam ao longo da sua vida, tal como a intolerância e a estigmatização por parte de entidades empregadoras. Estas dificuldades propiciam situações de exclusão, nomeadamente económica e social, conduzindo-as para situações de marginalização. Por isto, 44% das pessoas transgénero realizam trabalho sexual, de modo a conseguirem dinheiro de forma mais rápida para o seu processo de transformação (*ibid.*). Retratando um pouco desta situação em Portugal, numa investigação realizada por Alexandra Oliveira, com uma amostra de 121 trabalhadores sexuais da cidade de Lisboa, verificou-se que 19,8% destes eram mulheres transgénero (Oliveira, 2017). Considerando que as pesquisas relativas a pessoas transgénero trabalhadoras sexuais são escassas no nosso país, Oliveira (*ibid.*, p.211) refere que, segundo uma investigação de Néilson Ramalho, “o trabalho sexual e a construção de uma identidade social transgénero estão intimamente ligados”. Este autor argumenta que além de ser uma forma de sobrevivência económica, há também uma forte correlação entre identidade transgénero e trabalho sexual.

Discorrendo sobre as motivações que levam as trabalhadoras sexuais trans a iniciarem o trabalho sexual, verificou-se uma multiplicidade de aspetos que contribuíram para a entrada neste mundo. O principal argumento atribuído para enveredar no trabalho sexual prende-se com a obtenção de “dinheiro fácil”. Verificou-se que, para as participantes, a realização de trabalho sexual significava dinheiro obtido “de forma rápida, em quantidades suficientes e sem dispêndio de muito esforço” (Ramalho, 2020, p.148). Como indica Kulick (2008, p.150), “a prostituição e as atividades relacionadas – por exemplo, roubar clientes – são a principal fonte (às vezes a única) de renda da maioria das *travestis* (...)”. De facto, no caso das trabalhadoras sexuais que participaram nesta investigação, o trabalho sexual é a sua fonte principal de rendimento, ainda que, em alguns (poucos) casos, seja acumulada com outros empregos ou atividades - cabeleireiras, lojistas e estudantes. A principal motivação para esta “necessidade” em obter dinheiro rapidamente e, para estas trabalhadoras, facilmente, relaciona-se com a sua intenção em iniciar uma transformação de género, onde, para estas, se inclui a compra de roupas, maquilhagens, sapatos, acessórios, procedimentos estéticos, entre outros, sendo que com as fontes de rendimento que dispunham inicialmente não lhes seria possível obter todos estes bens e serviços. Para além disso, o

facto de iniciarem esta transformação ainda jovens, algumas sem emprego ou ainda estudantes, ou ainda o facto de ninguém lhes dar emprego pela sua aparência, foi um fator que se verificou determinante para a entrada no trabalho sexual. Conforme ressalta Ramalho (2020, pp.147-148),

o trabalho sexual surgiu-lhes como uma possibilidade para ganharem dinheiro, de modo a suprimir as suas necessidades básicas. [...] Através de uma análise mais cuidadosa foi possível observar razões diferenciadas e, inclusive, com relativa margem de “escolha” neste ingresso por reconhecerem que a atividade lhes poderia proporcionar maiores oportunidades, estabilidade económica, autonomia e melhores condições de vida. É óbvio que o estigma que incide sobre o trabalho sexual levou a que, parte delas, procurassem desvincular este aspeto. Mas há quem o tenha declarado abertamente e evidenciado que a sua entrada tenha sido baseada numa decisão pessoal, consciente e assente na avaliação do “custo-benefício” (Sanders *et al.*, 2009, p. 39) que a prostituição lhes poderia oferecer naquele momento da sua vida.

Assim sendo, verifica-se que a entrada para o trabalho sexual se prende principalmente com a necessidade de suprir necessidades básicas de vida, como também poderá ser uma fonte de rendimento a utilizar de modo a obterem uma vida mais confortável a nível material. Deste modo, possibilita-lhes mais facilmente procederem à sua transformação física, sendo, por isto, a entrada no trabalho sexual uma escolha ponderada, de modo a superar certos constrangimentos.

No caso da Catarina, esta conta que iniciou trabalho sexual já que vive numa cidade pequena e, dado o estigma e discriminação que veio a experienciar após ter tomado a decisão de se assumir como mulher trans, viu-se sem oportunidades de emprego. Assim, a entrada no trabalho sexual foi a opção tomada de modo a suprir as suas necessidades básicas.

Numa outra ocasião, numa entrevista de emprego, a pessoa que estava a entrevistar os candidatos, verificando que a Catarina seria travesti, saiu da sala da entrevista para dar esta informação à patroa. Quando regressou, informou a Catarina que o lugar já estava ocupado e que não valia a pena ambas perderem tempo. Catarina apercebeu-se que o problema da empresa seria por ser travesti. Como é habitual da Catarina, não deixou de dizer à funcionária que percebeu o que aconteceu e que “a nossa sociedade vale zero. Eu sou uma pessoa como as outras e ninguém me dá a oportunidade de mostrar que sei trabalhar só por ser travesti”. Em certa altura, Catarina também se dirigiu à Segurança Social para requerer apoio para pagar a sua renda, visto que estava com dificuldades financeiras. Conta

que a resposta dada foi “vá para a rua trabalhar que você na rua ganha muito dinheiro” (Caderno de Campo, 26 de março de 2021).

Também a Vânia iniciou trabalho sexual por necessidades económicas, mesmo não sendo o que queria fazer.

No que refere ao trabalho sexual, este teve início por necessidade: “eu vi um anúncio que tinha uma vaga de trabalho para fazer massagens. Eu fui e quando lá cheguei é que vi que era para fazer massagens eróticas. Não era o que eu queria fazer, mas eu precisava do dinheiro, então...”. A Vânia começou então a realizar trabalho sexual através de massagens, mas depois, tendo saído desse local de trabalho, começou a trabalhar no estrangeiro, onde diz ter percorrido quase toda a Europa, em trabalho. Regressou a Portugal, devido à pandemia, que fez diminuir drasticamente o número de atendimentos que fazia (Caderno de Campo, 12 de novembro de 2021).

A Jéssica e a Emiliana referem mesmo que iniciaram a sua atividade sexual de modo a obterem dinheiro fácil. A Emiliana chega a afirmar que nunca pensaria em realizar este tipo de trabalho, mas que hoje vive confortável a nível material, mesmo tendo ainda apenas 20 anos.

[A Jéssica] teve início através do conhecimento de “pessoas que fazem prostituição. Perguntaram-me se eu queria experimentar, e eu aceitei. Depois comecei a ver a quantidade de dinheiro que eu fazia e continuei até hoje.”. Aqui, questionei-a se gostava do que fazia ou do que ganhava, ao que me responde: “eu gosto do que eu ganho. Se eu pudesse, eu parava. Não vou também estar aqui a mentir a dizer que não há clientes que eu tenho prazer em atender, porque há clientes que realmente gosto” (Caderno de Campo, 11 de dezembro de 2021).

[A Emiliana] iniciou o trabalho sexual ‘de uma forma que eu nunca iria pensar que isto pudesse acontecer. Houve uma altura em que eu fui ter com um rapaz que conheci, ele profissionalmente tinha várias agências de prostituição e ele disse-me: “Emiliana, gostavas um dia de experimentar?” eu disse-lhe que ia pensar, porque eu não sabia se ia aguentar física e psicologicamente.” Decidiu experimentar. Fizeram um acordo: ele cedia o espaço e a Emiliana faturava 1500 euros. Se não conseguisse, teria de pagar o valor do espaço por

semana. Se o fizesse, poderia continuar a trabalhar naquele espaço por três meses, sem lhe pagar uma única renda. Ela conseguiu faturar esse valor. Esse estabelecimento era um spa erótico. O objetivo deste homem era que realmente a Emiliania conseguisse entrar para o negócio dele. A Emiliania diz que normalmente o valor dessas rendas por semana varia entre os 150 e os 250 euros, então, caso corresse mal, seria entre esse valor que teria de pagar. Diz que desempenhou o trabalho com alguma facilidade. Trabalhou lá de abril a junho e em julho arranhou a sua própria casa e agora trabalha no seu apartamento. “Eu agora só trabalho por minha conta, na minha casa, o que já me ocupa bastante tempo do meu dia. Posso-te dizer que eu com este trabalho, quando arranhei o apartamento, eu escolhi o apartamento que eu queria, na zona que eu queria e que o valor da minha renda é bastante elevado, passa dos 800 euros por mês e eu consigo facilmente pagar essa renda e todas as minhas despesas sozinha” (Caderno de Campo, 11 de dezembro de 2021).

A Denise e a Ana salientam os bens materiais que consideram indispensáveis para o seu processo de transformação. Este foi o elemento preponderante na sua decisão de início de trabalho sexual.

De seguida, [a Denise] começou a contar-me como entrou no trabalho sexual. No processo de mudança de género, quando tomava as hormonas, queria comprar roupas, sapatos e maquilhagens, mas não tinha dinheiro para tudo o que queria. Os pais não podiam pagar centenas de euros para esse fim, pelo que a Denise considerou que precisava de trabalhar para ter dinheiro para essas compras. Tinha uma amiga que dizia que fazia massagens e lhe perguntou se queria ganhar dinheiro a fazer isso. A Denise aceitou, mas não sabia para o que ia na realidade. Quando chegou ao local, a amiga informou-a que seriam massagens e tudo o que o cliente pedisse. A Denise aceitou e assim começou a sua vida na prostituição. Mas afirma que “não aconselho ninguém a entrar na prostituição.” Considera que “elas agora, com 20 anos, vêm a vida das prostitutas de luxo. É uma vida de luxo: casas, roupas, carros, telemóveis, tudo. E na prostituição o dinheiro chama, é dinheiro fácil” argumentando que teve dias em que ela própria fazia mais de dois mil euros. Afirma ainda que a prostituição arrasta drogas e álcool, mas que nunca se colocou nessas situações (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

Ana começou a pensar nesse assunto de vir a ser uma mulher trans e começou o tratamento hormonal. Não teve qualquer apoio, visto ter começado “calada e sozinha, eu ia atrás do que via os outros a fazerem, o que elas tomavam, a sua evolução. Daí, 3 meses depois, eu já começava a ter aumento das mamas”. Neste ponto, os pais começaram a questionar o que seria aquilo até que, nas férias da faculdade, saía de casa vestida de mulher. Numa tarde dessas férias começou também a tirar todas as suas roupas de homem do roupeiro. A sua mãe viu e perguntou o que estava a fazer. Respondeu que não se sentia um menino e que não usaria mais aquelas roupas. A sua mãe entendeu o que estava a acontecer e comentou com o pai. Com este, a história foi diferente. Ana conta que “ele teve uma reação de vergonha e incómodo. Ele tentou-me cortar de todas as formas mesmo: eu tinha carro, moto, ele me tirou tudo e disse que não me deixava trabalhar mais com ele”. Então, Ana viu-se sem dinheiro para a universidade, embora a avó pagasse as propinas, nem para as roupas de mulher que queria comprar. Dado que a avó já a ajudava com os estudos, não teve a coragem de lhe pedir mais o que quer que fosse. A mãe tentava tirar um dinheiro de lado para a ajudar, da lanchonete, mas nem sempre conseguia. Então, foi aí que a sua trajetória na prostituição começou. Começou por fazer trabalhos em casas particulares, nunca na rua, visto que a sua família era conhecida na cidade. O seu pai bebia muito e “xingava todo o mundo em casa, xingava-me a mim também, dizia-me que eu era assim por causa da minha avó. E aí o meu rendimento na universidade começou a baixar muito. Como ia ter cabeça para a universidade depois de um dia inteiro a ouvir o meu pai me xingar e a bater na minha mãe?” Aí, Ana decidiu congelar a sua matrícula, dado que estava a reprovar a disciplinas. Chegou a um ponto em que achava que todos os problemas familiares seriam culpa sua. Decidiu ir viver com uma amiga em São Paulo. No Natal regressou a casa e depois foi viver com outra amiga para o Rio de Janeiro. Aí, não tinha qualquer referência de como trabalhar na prostituição. Tinha duas amigas que eram acompanhantes de luxo e queria também ter o mesmo trabalho para poder pagar os seus tratamentos, depilação a laser, cabelo e a universidade, dado que considerava que “um trabalho normal não me daria o rendimento que eu precisava para tudo isso”. Conta que colocou na sua cabeça que “o meu pai era ignorante e alcoólico e a única forma de eu provar que não era uma fracassada e de não ter de voltar para a casa dos meus pais era eu ter dinheiro. Aí se eu tivesse dinheiro, eu teria o respeito do meu pai” (Caderno de Campo, 20 de abril de 2021)

Ainda, houve participantes que referiram que iniciaram o trabalho sexual apenas por experiência ou de modo a juntarem “o útil ao agradável”, frase esta realmente proferida pelas participantes. Realizam trabalho sexual pelo prazer que sentem em fazê-lo (com uns clientes mais do que outros), não estando, por isso, relacionado diretamente com a obtenção de rendimentos através deste trabalho, tal como a Luísa e a Jade.

[A Luísa] também faz trabalho sexual, apesar de ter uma companheira, a Maya, que é ama de crianças. Começou o trabalho sexual também por influência de *travestis*, que lhe disseram que poderia “juntar o útil ao agradável”. (Caderno de Campo, 9 de Outubro de 2021). Iniciou o seu trabalho num clube com um casal. Esse casal sabe como a Luísa se identifica na intimidade, afirmando ser bissexual. Esse casal disse-lhe: “Ó Luísa, tu tens tantos amigos homens que te vêm e gostam de ti como mulher, porque é que não juntas o útil ao agradável e fazes umas brincadeiras e és paga para fazer isso?”. Assim, a Luísa, com a ajuda deste casal, fez uma sessão fotográfica ousada, sem mostrar o rosto e usando uma máscara na cara, para elaborar anúncios que promovessem os seus serviços e rapidamente foi contactada por várias pessoas- homens, mulheres e casais. “Eu cheguei a fazer 7 clientes por dia- cada cliente tinha uma hora e eu tinha uma hora para almoçar entre os atendimentos. 80% eram homens, mas também atendia mulheres e casais, não ia excluir ninguém”, explica a Luísa sobre o modo como trabalhava (Caderno de Campo, 6 de novembro de 2021).

Na sua vida, o trabalho sexual tem início por experiência. [A Jade] diz que queria experimentar este tipo de trabalho. “eu sou uma pessoa que gosto muito, muito de sexo, então porque não juntar o útil ao agradável? Independentemente de eu trabalhar. Eu trabalho de segunda a sexta, numa empresa [...] Então porque não juntar o útil ao agradável, visto que a sociedade não nos dá oportunidades de outras formas? A própria sociedade te empurra para ali, porque ela não te dá oportunidades de escolha. Por ser uma trans, pouca gente vai aceitar num banco a trabalhar, numa caixa de supermercado a lidar com o público, num restaurante. Então a única opção que te é válida é mesmo tu teres de te prostituir.”. Fiquei confusa com a sua resposta, dado que não entendi se foi então uma escolha sua, de modo a auferir rendimentos enquanto retira prazer do seu trabalho, ou se de facto se viu obrigada a fazê-lo, pelo que lhe coloquei essa questão, sobre qual foi

realmente a sua motivação e, se pudesse, faria ou não este trabalho. Responde-me que “felizmente no meu antigo trabalho tinha pessoas que me apoiavam e outras que não me entendiam. Aqui, nesta empresa onde estou de momento, as pessoas sabem exatamente o que eu sou, o que eu faço nas minhas horas vagas e isso não interfere em nada no meu trabalho. Desde que eu seja uma boa funcionária e cumpra os meus horários, as pessoas respeitam-me pelo que eu sou ali dentro, o que eu faço depois do meu trabalho, e que elas sabem que eu faço, eu vejo mesmo que elas se estão a borrifar para isso. E sou respeitada, mesmo sendo como sou e fazendo o que faço, nesta empresa. Eu faço trabalho sexual porque gosto, porque tenho prazer em fazer isto e ainda recebo dinheiro, independentemente de ter o meu emprego.” (Caderno de Campo, 18 de dezembro de 2021).

É possível perceber, através destes relatos, a relação ambivalente que as trabalhadoras sexuais trans experimentam acerca das motivações e finalidades quanto à sua entrada no trabalho sexual. Se, por um lado, existe quem o faça por prazer ou pela quantidade de dinheiro que este tipo de trabalho lhes permite auferir, outras demonstram que a sua entrada para estes serviços não aconteceu com tanto agrado. Estas relataram que iniciaram este trabalho para suprir necessidades básicas – se bem que este conceito está longe de ser unívoco –, por discriminação ao tentarem concorrer a outro tipo de trabalhos ou para obterem “dinheiro fácil”, de modo a conseguirem mais fácil e rapidamente iniciar os seus processos de transformação física e hormonal e obterem todos os bens e serviços que consideravam indispensáveis para o efeito.

Houve uma questão que esteve sempre presente quando dialogava e observava estas mulheres acerca do trabalho sexual ou quando as ouvia falar entre si sobre experiências com clientes: elas gostam do que fazem, ou gostam do que ganham? O trabalho de campo mostrou exatamente que, embora haja participantes que gostem de realizar trabalho sexual, o que mais as atrai são os ganhos monetários que obtêm, comparativamente com outros trabalhos assalariados, dado ter tido testemunhos que afirmaram ganhar milhares de euros por mês, não trabalhando todos os dias e, algumas das vezes, não tendo sequer de haver uma relação sexual como comumente esta poderá ser entendida, isto é, envolvendo penetração. Existem pedidos, por parte dos clientes, que estas trabalhadoras satisfazem, realizando-lhes fetiches ou apenas sendo pagas por um determinado período da sua companhia e conversa.

Jéssica: “é, uma altura um também quis que eu lhe cagasse no Sheraton. Eu disse-lhe: eu chego, cago-te em cima e não há mais nada, dinheirinho em cima da mesa e venho-me embora. Cheguei lá, baixei a calcinha, fiz o meu servicinho e limpei-lhe ali 300 euros para

estar a cagar (risos). E depois há aqueles que ligam de manhã e é: “olha, posso ser o primeiro do dia? Para teres mais leite”. Ô meu filho, leite aqui é o que não falta, não estejas preocupado.” (Caderno de Campo, 11 de dezembro de 2021).

“(...) Se calhar muitas mulheres (esposas) não fazem o que nós fazemos. Tenho até clientes que me pagam apenas para estar a conversar com eles e eu estou só ali a fazer de psicóloga” (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

Pode afirmar-se existir realmente prazer em realizar trabalho sexual, mas o dinheiro é o prazer (consequente) que se sobrepõe a este, dado que lhes permite obter quantias que poucos trabalhos comuns possibilitam alcançar. Como observou Kulick (2008, p.151 e 196) nos seus trabalhos:

A prostituição *travesti* não é apenas uma fonte de renda, mas também [...] uma fonte de experiências prazerosas e recompensadoras. Portanto, ela é pensada e praticada pelas *travestis* de modos bem diferentes daqueles relatados na maioria dos trabalhos e estudos sobre o tema. Ao invés de considerar a prostituição como uma forma degradante de exploração sexual, as *travestis* a veem como um trabalho assim como qualquer outro com a diferença que na rua elas não têm chefe, exceto elas mesmas - e que lhes garante acesso a muito mais dinheiro do que seriam capazes de ganhar em outros empregos assalariados. [...] Quando temos oportunidade de acompanhar as conversas das *travestis* nas ruas é possível perceber que outra dimensão, além do dinheiro, vem à tona: o prazer. O trabalho como prostituta dá prazer às *travestis*. Elas gostam da atividade. A prostituição reforça a sua autoestima e proporciona satisfação sexual.

Deste modo, como considera Ramalho (2020, p.149), «a ideia vincada nos discursos que apresentam a prostituição como “o único caminho possível” parece encontrar-se enviesada.», uma vez que existem, de facto, outros caminhos possíveis nas suas vidas. Porém, o trabalho sexual mostrou-se uma possibilidade que pareceu a algumas destas participantes o melhor caminho ou aquele que melhor iria de encontro às suas expectativas monetárias ou interesses. Ainda assim, como refere o próprio autor, as finalidades e motivações da entrada no trabalho sexual não se esgotam no prazer em realizar trabalho sexual e nas quantias monetárias que estas trabalhadoras obtêm. Para muitas,

a satisfação pessoal e a possibilidade de se sentirem desejadas em termos emocionais, afetivos ou sexuais também fez parte das suas motivações. [...] a prostituição pode ser vista, para algumas *travestis*,

como uma experiência bastante prazerosa o que contribui, obviamente, para uma maior complexificação dos significados envolvidos neste processo de “escolha” (Ramalho, 2020, p.149).

A feminilidade, apesar de não ser uma finalidade ou motivação em si mesmos para o desempenho da atividade sexual, é um dos aspetos bastante visíveis no trabalho destas mulheres. As mulheres trans, ao desempenharem trabalho sexual, encontram nesta atividade uma forma de conseguirem também expressar a sua feminilidade e se sentirem admiradas e apreciadas por indivíduos do género oposto. Assim, com os seus clientes, estas sentem-se apreciadas como mulheres, principalmente se estes forem jovens e atraentes. Deste modo, a sua feminilidade e autoestima são elevados através do trabalho sexual, dado que nestes momentos se sentem enaltecidas como mulheres, que é o que estas mais desejam. Como entende Vartabedian (2017, pp. 78-79),

como trabalhadoras do sexo, elas têm a oportunidade - às vezes a única oportunidade - de exibir os seus corpos a clientes e possíveis amantes ou maridos, e se sentir femininas, bonitas e desejadas. Neste sentido, a autoestima é reforçada e o trabalho sexual se torna o principal mediador de seus relacionamentos amorosos. [...] Assim, o prazer, ao lado da capacidade de se sentir desejadas, permite que elas vivam a prostituição como um lugar ideal onde performar e exibir as suas formas de entender a feminilidade, tornando esta atividade uma experiência importante ao longo de suas vidas.

Os argumentos de Vartabedian (*ibid.*) estão em linha com os de Ramalho (2020), quando este entende que existem dimensões como o prazer em realizar trabalho sexual e a gratificação pessoal, que fazem considerar a teoria da prestação de serviços sexuais como a única alternativa na vida destas mulheres como uma teoria enviesada. Portanto, para o autor, não são apenas as motivações ligadas à satisfação de necessidades básicas os motivos pelos quais estas trabalhadoras desempenham tais serviços. O trabalho sexual, para algumas mulheres trans, possibilita-lhes assim “aceder a modos de interação, convívio e diálogo com indivíduos que, de certa maneira, a faziam sentir-se admirada, elogiada e desejada, colmatando a sua necessidade de atenção, proveniente de carências afetivas.” (Ramalho, 2020, p.150). Deste modo, o trabalho sexual permite-lhes, em parte, construírem a sua identidade de género, ao se sentirem reconhecidas e apreciadas como mulheres pelos seus clientes. Como afirma Vartabedian (2017, p.87) «o trabalho sexual é o espaço mais importante que as *travestis* têm para ganhar dinheiro e, ao mesmo tempo, empoderar-se ao reafirmarem suas identidades de género e sexualidades e ao sentir-se desejadas como “belas” *travestis*.».

3.3. TRABALHO SEXUAL E A PANDEMIA: CONSTRANGIMENTOS E O *ON-LINE* COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

A pandemia de COVID-19 colocou-nos em reflexão sobre os mais diversos aspetos da vida social. Žižek (2020), no livro *Sopa de Wuhan*, critica o facto de ter sido necessária uma catástrofe global, como a pandemia de COVID-19, para que a sociedade pensasse acerca das suas próprias características básicas e existisse uma solidariedade global. Assim, afirma que “estamos todos no mesmo barco” (*ibid.* p.25). Abordando a realidade virtual, questionando se será apenas nela que estaremos seguros, o autor considera que se pode “esperar que epidemias afetem a interação social, incluindo o próprio corpo, visto que não devemos tocar no que aparentemente pode estar sujo ou infetado” (*ibid.* p.26).

Para Ribeiro, Leite e Felizes (2020), vivendo em ambiente de incerteza devido à pandemia, quando o risco de contágio surge, uma primeira atitude é fechar os olhos à situação, de modo que as nossas vidas e, principalmente, o mercado capitalista, seguisse como habitual. Nas palavras dos autores, “havia principalmente que continuar com o *business as usual*, apesar do sofrimento que a pandemia pudesse provocar” (*ibid.* p.14). Aqueles que dependem da interação e do contacto próximo com outros indivíduos, em contexto pandémico, são aqueles que mais sentem as consequências da crise advinda da pandemia, incluindo hotelaria, comércio, restauração e diversos serviços pessoais. Judith Butler considera que o vírus COVID-19 não discrimina, ou seja, não escolhe quem infeta, não elegendo idade, género, país, pobreza ou riqueza. Contudo, a capacidade e a forma como cada país e cada indivíduo pode lidar com a pandemia é que difere, não fazendo sentir os seus efeitos de igual modo em toda a parte e em todos os indivíduos. Os recursos humanos e materiais (ou a falta deles) determinam o modo como se fará face à pandemia, contrariando o argumento de Slavoj Žižek de que estaríamos todos no mesmo barco (Žižek, 2020). David Harvey também contradiz Žižek, ao afirmar que existe quem possa e não possa trabalhar a partir de casa e que isto aumenta a divisão social, tal como quem tem ou não condições de se isolar ou fazer quarentena, sendo ou não remunerado, em caso de infeção ou contacto com alguém infetado. Assim, embora estando todos na mesma situação, as condições não são iguais para todos. Há quem tenha de sair para continuar a trabalhar, quem tenha de ter grande proximidade física com o outro no seu trabalho, como é o caso dos trabalhadores sexuais, visto que essa é a sua forma de subsistência (*ibid.*). Para além disto, a pandemia de COVID-19 veio acentuar as dificuldades vividas por estes trabalhadores, fazendo com que perdessem os seus rendimentos (total ou parcialmente) e a discriminação, assédio e violência aumentasse. Veem-se, por isto, numa situação de precariedade e cada vez mais vulneráveis (United Nations Programme on HIV/AIDS, 2020). Para além disto, estes trabalhadores são excluídos dos esquemas nacionais no que toca a medidas de proteção social e

económica. Com a pandemia e a consequente necessidade e dever de distanciamento físico, os trabalhadores sexuais são privados das suas formas de subsistência. Com efeito, a pandemia veio juntar-se aos mais variados problemas com que esta população já se deparava, acentuando-os e não lhes dando solução em nenhum momento. Se para um trabalhador comum, que vê o seu trabalho legalmente reconhecido, não é excluído socialmente ou estigmatizado e vê assegurada a sua segurança, saúde e rendimentos, passar por esta pandemia pode não ser fácil, estar na pele destes trabalhadores durante uma pandemia é juntar mais um problema a uma bola de neve de dificuldades. Assim, acerca destes trabalhadores, várias serão as questões a abordar, dos mais variados aspetos da vida social, pessoal, física e mental.

Concentrando-nos agora no trabalho sexual, é relevante perceber de que forma os trabalhadores sexuais lidaram com a pandemia, de modo a conseguirem conciliar a continuidade da prestação dos seus serviços ao dever social de distanciamento físico, enquanto contribuíram para a proteção da sua própria saúde e dos seus clientes. Em primeiro lugar, verificou-se que as medidas de confinamento e de distanciamento físico que foram impostas pelos governos nos quatro cantos do mundo resultou numa suspensão do trabalho sexual direto por parte de alguns trabalhadores do sexo, uma vez que, em relações sexuais é necessário um envolvimento físico de grande proximidade (Platt, Elmes, Stevenson, Holt, Rolles, e Stuart, 2020).

Deste modo, a pandemia de COVID-19 veio mostrar-se mais um desafio na vida dos trabalhadores sexuais, quer para a sua saúde pessoal, quer em termos económicos e sociais (*ibid.*). Se em tempos pré-pandemia se verificavam lacunas no que concerne a apoios sociais para esta população que já era estigmatizada e alvo de profundas desigualdades a vários níveis, principalmente a nível de saúde e emprego, a pandemia evidenciou-as ainda mais (Lam, 2020). Apesar das medidas aconselhadas ou obrigatórias para a população em geral que o Estado adotou, e tendo em consideração que o trabalho sexual não é uma atividade legalizada ou regulamentada em Portugal, cada trabalhador sexual tomou as medidas que considerou adequadas, para proteger a sua saúde e dos seus clientes. *Desafio* parece ser um dos termos que melhor se enquadra quando pensando acerca das adaptações e decisões que os trabalhadores do sexo tiveram de tomar. Governos em vários países do mundo e organizações provedoras de assistência social e de saúde deixaram, mais uma vez, trabalhadores sexuais de parte, no que concerne aos esquemas de proteção social. Como cidadãos que fazem parte de uma sociedade, no que respeita a medidas contra a COVID-19, urge a necessidade de que estes sejam incluídos nas mesmas, como membros pertencentes e iguais de uma sociedade (Platt, 2020). Ademais, sendo esta população, por si só, uma das mais marginalizadas e estigmatizadas socialmente, a pandemia veio colocá-las numa

posição ainda mais frágil e precária, visto que os seus rendimentos diminuíram ou cessaram, devido à pandemia e os apoios por parte do sistema governativo foram inexistentes (*ibid.*).

No caso concreto das participantes desta investigação, verificaram-se comportamentos distintos numa primeira fase pandémica, desde março de 2020. Cada uma das participantes viu-se por sua conta e risco naquele que é, em alguns casos, a sua única fonte de rendimento. Sendo que a realização de trabalho sexual implica aproximação física íntima e sendo esta desaconselhada como medida preventiva para fazer face à pandemia, a realização destes serviços vê-se claramente comprometida e, conseqüentemente, também os rendimentos destes trabalhadores (Callander *et al.*, 2020). Não havendo, então, respostas inclusivas para estes trabalhadores por parte dos sistemas governativos (Platt, 2020; Passos e Almeida-Santos, 2020; Silva e Pena 2021), o trabalho de campo mostrou que houve quem decidisse cessar por completo, durante um período, a oferta dos seus serviços e, quando retomasse a atividade, decidisse adotar algumas medidas preventivas, como o uso de máscara durante o contacto físico.

No domingo de Páscoa, atendeu um cliente, ontem nenhum e hoje atendeu um mesmo antes de vir ter comigo. Contudo, diz que até nem sabe se para si é bom ou mau, dada a pandemia. Mas afirma que, agora, um ano depois dos primeiros casos em Portugal, “eles já não tem medo nenhum, tanto faz que sejam novos ou velhos, eles vem na mesma. Só que agora vem menos mas é porque não têm dinheiro” (Caderno de Campo, 26 de março de 2021).

Para além destas medidas numa primeira fase pandémica, verificou-se que os trabalhadores sexuais começaram a realizar novamente trabalho sexual direto (Callander *et al.*, 2020). Contudo, atendendo à necessidade de adotarem medidas de redução de risco de contágio durante o seu trabalho, uma vez que não receberam quaisquer orientações por parte dos governos, puseram então em prática algumas medidas próprias, verificando-se assim que houve quem fizesse até uma triagem de clientes (*ibid.*).

Com a pandemia, chegou até a desligar o telemóvel, a deixar de atender. Depois, retomou a atividade mas com os clientes habituais “porque eles também têm família e eu tentava não sair muito daquele grupo de clientes, para ter mais um pouco de cuidado”, não aceitando clientes novos (Caderno de Campo, 12 de dezembro de 2021).

Apenas umas das participantes referiu que sempre trabalhou diretamente com os seus clientes, mas que seriam os próprios a querer protegerem-se de alguma forma:

Quanto à pandemia, diz que sempre trabalhou presencialmente e que a quantidade de trabalho, preços e clientes se mantém, embora haja agora “aqueles maníacos lá do álcool-gel e da máscara” (Caderno de Campo, 18 de dezembro de 2021).

Se as novas tecnologias de informação e comunicação tiveram impacto na indústria do trabalho sexual, no que refere à natureza e oferta dos serviços sexuais, estas alargaram as condições para o desenvolvimento deste setor (Coelho, 2019). Como evidenciado por Machado (2021), seguindo o pensamento de Callander *et al.* (2020), as medidas de confinamento e distanciamento físico adotadas, que limitaram ou aniquilaram a possibilidade de realizar trabalho sexual, trouxeram como consequência um crescimento da adoção do trabalho sexual *on-line*, quer através de videochamadas, quer através da utilização de plataformas de distribuição de conteúdo. Esta modalidade veio mostrar-se como uma das soluções encontradas por estes trabalhadores para contornar o problema com que se viam em mãos, apesar das questões de logística que o trabalho sexual *on-line* implica, como a necessidade de estar ligado a uma rede de *Internet* e possuir computadores, *tablets* ou *smartphones* (Machado, 2021).

Num estudo longitudinal realizado por Callander *et al.* (2020), onde os autores analisaram um site internacional popular entre homens e mulheres cisgéneros e trabalhadores sexuais masculinos e transgéneros, no ano de 2020, entre janeiro e maio, assistiu-se a uma diminuição da atividade sexual *on-line*. Contudo, de maio a agosto de 2020, esta atividade aumentou. Os autores verificaram uma diminuição dos perfis desativados e um aumento de novos perfis e das visitas a perfis de trabalhadores sexuais, o que indica uma maior procura por parte dos clientes de sexo *on-line*. O trabalho de campo realizado para esta investigação mostrou exatamente que o trabalho sexual *on-line* surge como uma realidade alternativa ao trabalho sexual direto, devido à pandemia, para algumas participantes. Modalidades como o *webcamming* e o recurso a plataformas de distribuição de conteúdo (Callander *et al.*, 2020 *apud* Machado, 2021) mostraram-se formas alternativas ao trabalho sexual direto. Assim, a transição ou uma maior aposta no trabalho sexual *on-line* foi uma realidade para as participantes, numa situação em que viram a necessidade de se adaptarem, por forma a garantirem os seus rendimentos (Shehadi e Partington, 2020 *apud* Machado, 2021).

Quanto à pandemia, Denise afirma ter feito uma pausa no trabalho sexual em março de 2020, visto que a sua mãe é doente de risco e esta vive com ela. Mais recentemente, tem

ido algumas semanas para outras cidades trabalhar e tem também feito serviços on-line. [...] Durante a nossa conversa, reparei que a Denise estava constantemente a responder a sms. A certo ponto, afirmaram as duas que se iam ausentar até à casa da Catarina por 5 minutos. Passados 5/10 minutos, regressaram ao café. Não tinha entendido ainda o que foram fazer, mas quando regressaram o irmão da Catarina perguntou: “Então Denise, já está, assim tão rápido?”, pelo que ela responde “olhe, está a ver, em 5 minutos fiz 30 euros e nem tive trabalhinho nenhum, foi só ligar a câmara”, pelo que percebi de imediato que teria ido atender um cliente via videochamada. Questionei se tem tido muito trabalho virtual, pelo que afirmou que com a pandemia, muitos dos seus clientes habituais preferem dessa forma, ao contrário do que acontece com a Catarina, mas ainda não consegui perceber se será porque esta não faz esse tipo de serviço. A Denise afirma que as redes sociais, em particular o seu Instagram, onde tem mais de 50 mil seguidores são “um grande chama”, dizendo que ganha muito dinheiro com trabalho sexual virtual (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

As participantes desta investigação realizam trabalho sexual direto. Algumas destas, de modo a captarem clientes para o exercício da sua atividade, quer seja esta presencial ou *on-line*, colocam os seus anúncios em jornais como o Jornal de Notícias ou em sites como VIP TRANSEX, ClassificadosX ou RUA69. Embora algumas coloquem anúncios nestes *sites*, isto não significa que realizem exclusivamente trabalho sexual *on-line*, mas que fazem também uso da *internet* para publicarem a sua oferta de serviços presenciais, funcionando, portanto, como publicidade e *marketing* ao seu trabalho (Cunningham *et al.*, 2018). Para tal, chegam inclusive a contratar fotógrafos e a realizar sessões fotográficas sensuais, de modo a conseguirem fotografias profissionais para publicarem nestes anúncios.

Por sua vez, as próprias redes sociais têm-se mostrado também como uma das ferramentas utilizadas pelas participantes para outras finalidades (Machado, 2021). A rede social mais utilizada é o *Instagram*, onde publicam fotografias, onde constam algumas mais ousadas e chamativas (dentro dos limites de conteúdo permitido nesta rede social), partilham a localização de onde se encontram ou o que estão a fazer em determinados momentos do dia, mantêm relação com os seus clientes e contactam com potenciais novos clientes, dado que podem ser vistas e analisadas por estes e vice-versa. Assim, como descrito por Machado (2021), estas publicações funcionam como uma amostra de um todo, ou seja, como uma pequena parte daquilo que poderá ser comprado pelos clientes. Para além disso, as redes sociais permitem que os trabalhadores sexuais apresentem outras competências que não sejam exclusivamente sexuais (Coelho, 2019), funcionando como atrativos adicionais para a captação de

clientes, que conseqüentemente criam e revelam afinidades eletivas (Bourdieu, 1979 *apud* Coelho, 2019) entre trabalhador sexual e cliente.

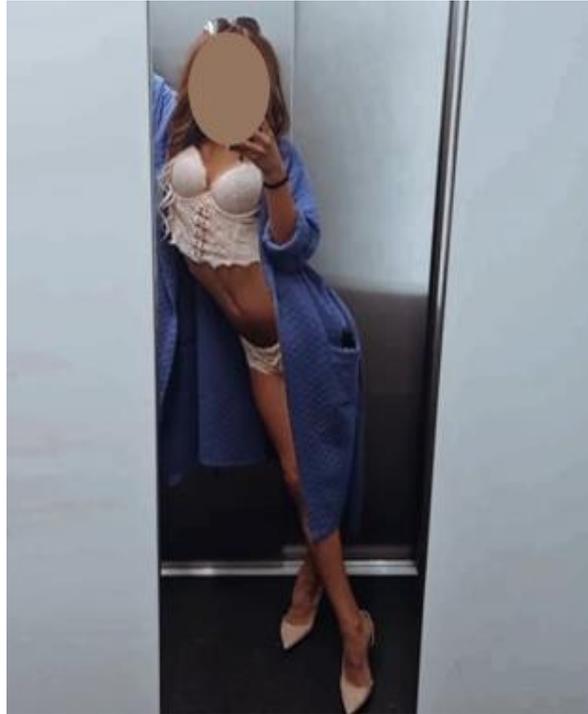
Através da partilha da sua localização podem ser contactadas por clientes que se encontram, por exemplo, na mesma cidade, uma vez que algumas das participantes passam temporadas em determinadas cidades, em trabalho. Desse modo, a rede social *Instagram* permite-lhes captar novos clientes de outras localidades que não a sua localidade de residência ou trabalho. É uma forma e tendência, por parte de trabalhadores sexuais, de partilharem informações sobre o seu dia a dia de modo a dar a conhecer mais de si, da sua personalidade e da sua vida privada, permitindo aos clientes verem o que há também por detrás dos anúncios com fotografias sexualizadas, criando mais afinidade com estes (Coelho, 2019). Para além disso, através das fotografias que publicam dos seus corpos, constroem uma apresentação de si e dão uma visibilidade aos seus corpos e características físicas que funcionam eles próprios como um instrumento de *marketing*, que objetiva corresponder aos ideais de beleza bem definidos e restritos, bem como às fantasias dos clientes que procuram trabalhadores sexuais trans. Deste modo, estas publicações de fotografias intencionalmente erotizadas e sexualizadas permitem que os clientes fantasiem o que poderia acontecer num encontro com os trabalhadores sexuais através das fotografias que veem (*ibid.*). As fotografias que se seguem são exemplo daquilo que é partilhado por algumas das participantes deste estudo, na rede social *Instagram*.

Fotografia 1. Publicação de interação com seguidores no *Instagram*



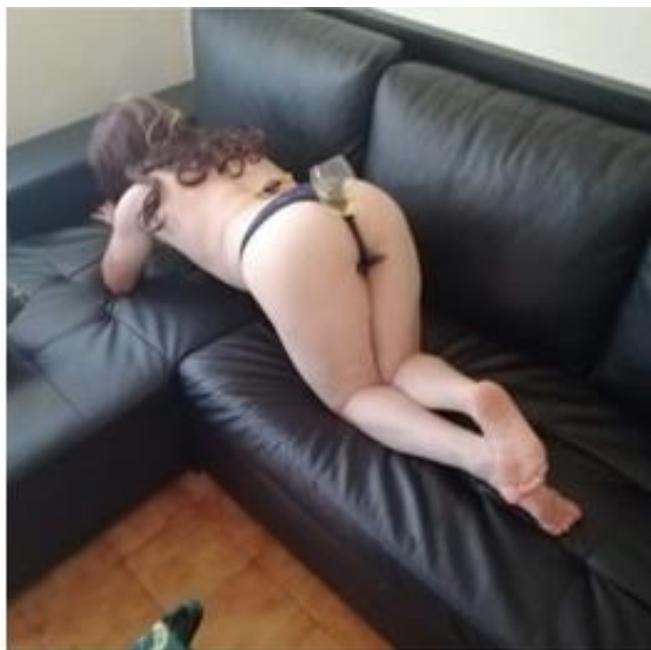
Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 2. Fotografia no elevador



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 3. Fotografia em roupa interior



Instagram post interface showing icons for heart, comment, share, and bookmark. Below the icons, it says "Gostos: [redacted] e 146 outras pessoas". The caption reads: "É sempre bom estar ao fresco e beber algo fresco e comer chocolate Hummm 🍫🍫".

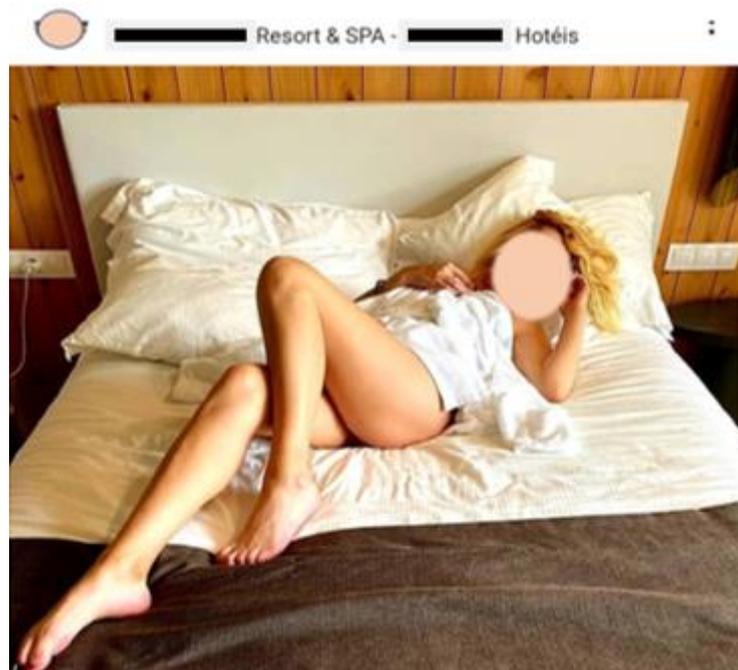
Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 4.. Fotografia em *lingerie* e respetivos comentários



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 5.. Fotografia num hotel, com partilha de localização



Fonte: Arquivo pessoal

Para além de utilizarem esta rede social para cativarem clientes e, com isso, obterem rendimentos, o *Instagram* é também local de partilhas de histórias e notícias, não só sobre trabalho sexual, mas também sobre identidades trans. Várias foram as publicações feitas por participantes sobre notícias, estigma e violência contra mulheres trans, bem como vídeos e fotografias de admiração às mesmas e ainda publicações sobre os seus próprios trabalhos, como a realização de presenças em determinados locais. Assim, verifica-se que nesta rede social existem relações e redes de apoio de pares (Machado, 2021), quer entre as participantes desta investigação, quer com não participantes. Para além disto, algumas participantes partilham procedimentos estéticos como depilação a laser no rosto, colocação de unhas de gel, como mostram também, por exemplo, ações relacionadas com o seu processo de hormonização.

Fotografia 6. Partilha da toma de hormonas, medicamento Androcur



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 7. Partilha da chegada de um novo Cartão de Cidadão com o nome adotado por si e com a identificação como género feminino



Fonte: Arquivo pessoal

Os anúncios ou publicações através das redes sociais constituem uma forma de intensificação da interação entre trabalhador sexual e cliente, sem contacto direto no exato momento em que estes são visualizados. Esta base tecnológica permite ao cliente avaliar, erotizar e fantasiar com o trabalhador sexual, mesmo antes de ter um contacto direto com este. Assim, esta primeira interação poderá ser seguida de uma interação através de plataformas comunicacionais e daí passar para uma interação pessoal, levando então ao encontro comercial, que poderá ser *on-line* ou presencial. Contudo, não é apenas ao cliente que lhe é permitido fazer todas as avaliações necessárias. Também o trabalhador sexual, através das plataformas comunicacionais e interação virtual com os possíveis clientes, pode avaliar o risco e medir a confiança com quem está do outro lado. A linguagem, a escrita, expressões ou fantasias sexuais, por exemplo, são fatores decisivos para a existência ou inexistência de encontros comerciais e presenciais (Coelho, 2019).

Através destas plataformas, como o *Instagram* ou *WhatsApp*, são então negociados encontros, que têm como ponto de partida um jogo de sedução. Durante este jogo, podem ser excluídos aqueles clientes que possam mostrar riscos acrescidos para os trabalhadores sexuais, de modo a se protegerem de violência física, assaltos, insultos, entre outros (*ibid.*). O trabalho sexual *on-line* tem vindo a ser reconhecido pelos trabalhadores sexuais como uma forma mais segura de realizarem o seu trabalho (Machado, 2021), não havendo uma exposição tão grande da sua imagem, bem como do seu corpo, mostrando-se como uma alternativa quer em termos de saúde como de segurança física.

Do mesmo modo que a Catarina, a Denise também me contou que tem tido “pedidos absurdos, querem tudo sem camisa, outros querem vir vestidos de mulher, é cada fetiche!”

A Catarina intervém, dizendo que também lhe tinham perguntado “olha, e tu também bates punhetas com os pés?”. A Denise acrescenta que devido à pandemia tem trabalhado menos presencialmente, mas que optou pelo trabalho on-line. Diz fazer “show erótico online. Eu, aos clientes novos, só mostro do pescoço para baixo e faço o que tenho a fazer. Aos clientes que já conheço eu mostro mesmo a cara. E isto para mim é mais seguro. E para eles também”. (Caderno de Campo, 16 de setembro de 2021).

Como tem vindo a ser evidenciado ao longo deste capítulo, a diminuição de rendimentos como consequência da redução ou cessação da atividade sexual presencial e a precariedade resultante da falta de apoios por parte das instituições sociais e decisores políticos tem-se mostrado como o maior e mais visível constrangimento advindo da pandemia. Contudo, no que refere ao trabalho sexual, os constrangimentos causados por esta não se encerram aqui. Ainda que tentando dar a volta a esta situação sem qualquer apoio externo, os trabalhadores sexuais viram-se defrontados com outras consequências, quando retomaram ou decidiram dar continuidade à sua atividade em tempo de pandemia.

Em primeiro lugar, os trabalhadores que cessaram os seus serviços, no início da pandemia, viram-se na necessidade de retomar a atividade pouco tempo depois, uma vez que os seus rendimentos estagnaram. Aqueles que passaram a utilizar apenas o trabalho sexual *on-line*, por exemplo, sofreram uma grande diminuição, uma vez que não o complementavam com o trabalho sexual direto (Machado, 2021). Deste modo, aqueles que continuaram a trabalhar presencialmente sujeitaram-se à contração do vírus, num momento em que não existiam ainda vacinas contra a COVID-19, colocando assim a sua saúde em risco, possibilitando a multiplicação de problemas de saúde (Passos e Almeida-Santos, 2020; UNIAIDS, 2020). No que refere concretamente às participantes desta investigação, apenas uma minoria aderiu ao trabalho sexual *on-line*, facto esse também verificado por Passos e Almeida-Santos (2020). Numa primeira fase pandémica, o trabalho sexual direto sofreu uma diminuição. Contudo, com o passar do tempo e com a alteração de medidas de proteção contra a contração do vírus, a chegada e administração de vacinas e o alívio de medidas por parte dos governos, as participantes relataram que se iniciou um pequeno aumento da procura de serviços sexuais diretos.

Com a pandemia, [a Catarina] deixou mesmo de trabalhar, mas conta que teve de retomar, porque não podia ficar parada: tem uma casa para manter, contas para pagar e uma filha para ajudar, apesar desta ter feito uma pausa nos estudos para juntar dinheiro para um mestrado. Questionei se, durante a pandemia, chegou alguma vez a fazer videochamadas

ou vídeos de trabalho com clientes e afirma que “não, nada disso, nada de câmaras nem fotografias nem nada dessas coisas”. Assim, quando iniciou novamente o seu trabalho, em contexto pandémico, afirma que «os clientes chegam cá a casa e eu dou-lhes logo desinfetante e a primeira pergunta é logo: “como é, usa você máscara ou uso eu?”», mas que estes normalmente aceitam que uma das partes ou até os dois usem (Caderno de Campo, 17 de março de 2021).

Em segundo lugar, verificou-se uma diminuição quer no número de novos clientes, quer na frequência com que estes contactavam estas profissionais, uma vez que a incerteza e o medo relativamente à contração do vírus aumentava cada vez mais, no início da pandemia. Mais ainda, aquelas que retomaram a oferta destes serviços deparavam-se com clientes que, mesmo sendo habituais, queriam agora pagar um valor mais baixo ou negociar preços, numa tentativa de obter os mesmos serviços pré-pandemia, mas com um valor monetário inferior. Como observado por Machado (2021) relativamente ao trabalho sexual *on-line*, também no trabalho sexual direto se verificou que a incerteza financeira causada pela pandemia levou a que muitos clientes procurassem menos estes serviços, dado que não queriam despende dos seus rendimentos, trazendo como consequência a diminuição dos rendimentos dos trabalhadores sexuais.

Refere que setembro é sempre um mês fraco, mas este ano está pior. Perguntei o motivo pelo qual de setembro ser um mês de trabalho fraco, pelo que me respondeu que muitos dos seus clientes são casados e com filhos, então têm muitas despesas com os filhos, visto que começa a escola nesse mês. Por isto também é que ultimamente o facto de serem os clientes a quererem fazer os preços tem sido uma constante. Conta que num dos dias da última semana lhe ligou um cliente com quem já esteve. Este disse-lhe: “eu já estive contigo, gostei muito e gostava de estar outra vez, só que eu tenho pouco dinheiro”, ao que Catarina perguntou quanto era pouco dinheiro. A isto, este responde que tinha 10 euros. Catarina recusou e afirmou que quando isto acontece, estes clientes ligam a todas para ver onde pega. Dado este valor, eu perguntei-lhe se existia quem aceitasse, ao que me respondeu: “se aceitam dar por 10 euros? Claro que há quem aceite, então se há quem ande aí a dar de graça até”. (Caderno de Campo, 16 de setembro de 2021).

Afirmando que se sente desrespeitada, em várias vezes, por atitudes e comentários de clientes, eis que toca um dos seus três telemóveis de trabalho. Atende e pergunta quem fala. Reparei de imediato que altera o seu tom de voz, tentando parecer o mais feminina possível, falando suavemente. Do outro lado, respondem: “É o Gil que te monta”. Catarina regressa de imediato ao seu tom de voz habitual, respondendo: “O Gil que me monta? Olha que eu não sou nenhuma égua, ó seu filho da puta”. O possível cliente, do outro lado, afirma que requer os seus serviços, que já a conhece de a ter “comido atrás da pastelaria”. Catarina continua sem saber de quem se trata, pelo que o afirma ao cliente e o informa que o valor é 30 euros. Desagradado, o cliente reclama do preço, afirmando que arranja serviços por 15 euros. Catarina, enervada, responde que “quem quer foder e pode pagar, paga, quem não pode arreja”, desligando a chamada de seguida. De imediato, pergunto se esta situação tem sido comum: o facto de os clientes tentarem baixar os preços dos seus serviços, pelo que Catarina afirma que desde que começou a pandemia, isto tem-se tornado mais comum, considerando que isto acontece porque muita gente está desempregada, sem dinheiro e com menos paciência (Caderno de Campo, 26 de março de 2021).

Em terceiro lugar, apesar de se viver em tempos de pandemia, onde nunca se ouviu tanto falar de saúde pública, os pedidos de relações sexuais desprotegidas (uso de preservativo ou, como é comum na linguagem entre as participantes, “*sem camisinha*”) teve um aumento. Se os pedidos por relações sexuais sem uso de preservativo eram frequentes (Oliveira e Fernandes, 2017) em tempos pré-pandemia parece dicotómico um aumento destes pedidos num momento em que tanto se tenta proteger a saúde de todos contra um vírus que causou uma pandemia e é de tão fácil propagação.

Acerca da pandemia, Ana afirma ter investido muito no trabalho virtual. Vende vídeos e faz videochamadas, não trabalhando com anúncios. Contudo, diz ter feito uma pausa no trabalho por causa do vírus. Conta, ainda, que “o trabalho não está como antes, há muitos clientes desempregados”. Diz ter algum dinheiro de parte e que se vai organizando com esse dinheiro. Trabalha em Portugal e em França, dizendo existir “clientes que usam máscara, mas que sentido isso faz se depois vai estar grudado comigo? Não entendo (risos)! Tenho sempre álcool-gel, troco e desinfeto lençóis, tudo, mas isso eu já fazia antes da pandemia porque eu tenho nojo deles, era já um toque meu. Mas, mais que o COVID, eles deviam era

se preocupar com outras coisas que são piores. Chegam aqui de máscara e outro até já com vacina e depois querem transar sem camisinha”. (Caderno de Campo, 20 de abril de 2021).

Apesar da falta de apoio do Estado português relativamente aos trabalhadores sexuais já em tempo pré-pandemia, as dificuldades e situações de vulnerabilidade social mostraram-se ainda mais evidentes com a pandemia de COVID-19. No início do ano de 2020, foi dirigida à Ministra do Trabalho uma carta aberta, assinada pela Rede sobre Trabalho Sexual e subscrita pela Colectiva, o Movimento de Trabalhadores do Sexo (MTS) e o Grupo de Partilha d’ A Vida, organizações que defendem os direitos dos trabalhadores do sexo. Nesta carta alertavam para a situação de desproteção dos trabalhadores sexuais por parte do Estado e requeriam medidas de apoio financeiro e de saúde para esta classe trabalhadora (Pereira, 2020, 26 de março) no início da pandemia de COVID-19 e, por isso, num momento de grande incerteza. Depois de dois anos desde o primeiro caso positivo de COVID-19 em Portugal, através de uma rápida pesquisa no *Google*, não foi encontrada qualquer notícia sobre algum apoio financeiro ou de saúde disponibilizado pelo Estado português, dirigido aos trabalhadores sexuais, para fazerem face às dificuldades com que se têm vindo a defrontar.

3.4. TRABALHO SEXUAL CISGÉNERO E TRABALHO SEXUAL TRANS: QUAL O MAIS VALORIZADO?

Este capítulo surge após terem sido analisados os discursos das participantes, trabalhadoras sexuais trans, uma comparação, feita pelas próprias, entre o seu trabalho e o trabalho sexual cisgénero, mais concretamente o trabalho sexual cisgénero feminino. Se foi verificado ao longo do trabalho de campo que comparavam os seus corpos, maneiras de estar, vestir, falar, gesticular, entre outros, relativamente a mulheres cisgénero, numa tentativa de se aproximarem á imagem destas (Kulick, 2008), tentado aparentar serem *transpassáveis*, também no campo do trabalho sexual o mesmo foi verificado. Deste modo, o que se propõe discutir neste capítulo são o tipo de comparação feita, bem como as motivações e representações que estão inerentes à mesma, no tema do trabalho sexual.

Embora não existam estimativas credíveis sobre o número de profissionais do sexo em Portugal, o trabalho sexual cisgénero feminino é, em Portugal e no contexto europeu, aquele que apresenta maior expressão (Oliveira, 2017). Contudo, o trabalho sexual trans tem vindo a mostrar-se cada vez mais significativo (*ibid.*). Uma questão de partida que pode auxiliar o início desta reflexão é: por que motivo os clientes do sexo mercantil procuram serviços com trabalhadores sexuais trans ou cisgénero? O que os

leva a procurar por um e não pelo outro? Ou será que os mesmos clientes procuram por ambos? Os estudos acerca dos clientes do sexo mercantil, que nos poderiam ajudar, em parte, nesta discussão, são escassos (Oliveira, 2008; Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro e Sacramento, 2007). Ainda assim, Oliveira (2008) numa investigação etnográfica acerca da do trabalho sexual de rua, faz uma caracterização dos clientes das trabalhadoras sexuais cisgénero femininas e transgénero. Entre outras características, relata que os clientes das profissionais do sexo transgénero são mais jovens do que aqueles que procuram trabalhadoras sexuais cisgénero. Também Ribeiro *et al.* (2007), numa investigação sobre trabalho sexual em clubes no norte de Portugal, fazem uma caracterização dos clientes que procuram serviços sexuais prestados por mulheres cisgénero, chegando a fazer até uma tipologia de clientes deste serviço e analisando quais as motivações para esta procura. Assim sendo, os três tipos de clientes apontados pelos autores são “o sexualmente indigente” (*ibid.*, p.378), referindo-se aqueles que procuram serviços sexuais numa perspetiva funcionalista, objetivando assim satisfazer as suas necessidades sexuais; “o emocionalmente implicado” (*ibid.*, p.380), que classifica os clientes que, para além de relações sexuais, procuram também uma ligação emocional, sendo que a fronteira que delimita o sexual do emocional é muito ténue; e, por último, “o sexualmente expansivo”, aquele cliente que procura novas experiências sexuais. Este último caracteriza-se por procurar vivências sexuais pautadas pela novidade, realização de fantasias eróticas que não realiza com a esposa/ namorada/companheira, sem ligação emocional, numa busca constante pela maximização do prazer sexual. Através da realização destas vivências sexuais com trabalhadoras sexuais, experimentam posteriormente um reforço dos seus sentimentos de masculinidade exibindo-os na sua vida social (*ibid.*).

De acordo com o observado e escutado em trabalho de campo, no que concerne às participantes desta investigação, verificou-se que os dois primeiros tipos de clientes enunciados, caracterizados por Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro e Sacramento (2007), procuram, de facto, trabalhadoras sexuais trans.

Catarina conta-me uma história sua: «olhe menina Diana, uma vez um homem que não me conhecia disse-me que queria ir para a cama comigo e eu disse-lhe que tinha uma pila. Sabe o que ele me respondeu? “Eu não quero saber o que tens no meio das pernas, eu quero é despejar os colhões”. (Caderno de Campo, 14 de Abril de 2021).

[...] a educação conta muito. Tantos que me pagam só para falarem meia hora comigo, mais nada, só falar (Caderno de Campo, 11 de Dezembro de 2021).

Contudo, vários foram os relatos que mostravam que com estas trabalhadoras sexuais a maior parte dos seus clientes procurava satisfazer fantasias. Assim, verifica-se que o tipo de cliente *sexualmente expansivo (ibid.)* é aquele que predomina e é onde reside a grande diferença entre aqueles que procuram sexo mercantil cisgénero e os que procuram sexo mercantil trans.

Deste modo, pode-se afirmar que a presença do pénis numa figura feminina é, para estas trabalhadoras sexuais, uma mais-valia, dado que este é valorizado pelos seus clientes (Kulick, 2008). Permite-lhes penetrar e serem penetrados pela mesma pessoa e com uma aparência feminina, não se considerando, assim, homossexuais, uma vez que procuraram serviços sexuais com um indivíduo que possui uma identidade e expressão de género feminina (Saleiro, 2013). De acordo com o ponto de vista das participantes, o facto destes clientes procurarem ter relações sexuais com uma mulher, enquanto são penetrados por um pénis, é algo que as suas esposas/namoradas/companheiras nunca lhes poderão dar, ou até terem conhecimento desta fantasia.

[...] relatou uma história recente que se passou com a sua amiga Denise “ há coisa de 15 dias a Denise também esteve aí com problemas com um cliente. O pau dela não levantou, o cliente enervou-se, queria-lhe bater e dizia que para cona ele já tinha em casa”. (Caderno de Campo, 26 de Março de 2021).

A Catarina mostrou à Denise a fotografia do cliente que atendeu sábado, o militar de 23 anos. Costumam fazer este tipo de partilha de informação. “Ai amiga, mas que gato!”, foi o comentário da Denise à fotografia do rapaz, que também já me tinha mostrado. Sem ainda entender o motivo que levaria os jovens (que se podem dizer muito bem-parecidos) a procurar este serviço com mulheres *travestis* quando, como se costuma dizer, poderiam ter a mulher que quisessem, perguntei, então, porque estes jovens as procuravam. Ambas tinham a resposta na ponta da língua. Quer os jovens, quer os homens, “se têm em casa, não precisam de procurar fora. Eles procuram o que é diferente. A grande parte dos nossos clientes são jovens e homens casados. Se as mulheres e namoradas não lhes realizam as fantasias, eles vêm à procura disso. Com o teu namorado, tu tens relação oral, anal ou fazes tudo o que ele te diz que gostava de fazer? Percebes? Eles vêm satisfazer as fantasias deles”, respondeu a Denise. “E eles em casa não tem pau para chupar nem meter no cu, com as mulheres. Por isso é que muitas vezes elas tem inveja de nós, porque eles gostam disto.”, acrescentou a Catarina (Caderno de Campo, 16 de Setembro de 2021).

Para além da valorização do pénis numa figura feminina durante relações sexuais, são diversas as fantasias que os clientes procuram realizar com trabalhadoras sexuais trans. De seguida serão ilustrados alguns pedidos de realização destas fantasias eróticas às participantes desta investigação, procuradas pelos seus clientes:

Quanto ao cliente que atendeu no dia de Páscoa, conta que o cliente “queria chupar-me o cú e eu disse-lhe que me ia lavar porque tinha cagado antes dele chegar e ele disse que não queria. Chupou-me assim o cú assim, sem eu me levar”. (Caderno de Campo, 26 de Março de 2021)

Jéssica: isto aqui não vale a pena dizer que é isto da pandemia, e estar aqui com desculpas, o que conta é um bom atendimento!

Catarina: É verdade, sim senhora. Isto aqui não vale a pena tu teres uma carinha laroca toda pintada, cheia de botox, umas boas mamas, nada disso. Eu pus mamas e pus cú e eles não ligam nenhum, nem a mão nas mamas eles põe, a Denise está aqui, já trabalhamos juntas e ela que diga! Eles querem é: ter força no pau e ter leite! É chegar ali, sacas a marmota de fora e é o que eles querem!

[...]

Jéssica: [...] É que isto às vezes depois há bichas que ligam para mim e é: “olha, tu já cagaste hoje?”- badalhocos do caralho, já viste? Querem que lhes cague em cima [risos de todas].

Catarina: é, é! É verdade! Ainda na semana passada um ligou-me, queria que lhe mijasse. Ele lá veio, pu-lo na banheira, ele deitou-se e eu mijei-lhe para cima. Depois, diz ele que queria uma toalha. Eu disse-lhe que pela toalha eram mais 5 euros, e não é que o filho da puta se vestiu todo mijado do meu mijo? E de certeza que saiu de lá e foi ter com outra para lhe mijar mais em cima.

Jéssica: é, uma altura um também quis que eu lhe cagasse no Sheraton. Eu disse-lhe: eu chego, cago-te em cima e não há mais nada, dinheirinho em cima da mesa e venho-me embora. Cheguei lá, baixei a calcinha, fiz o meu servicinho e limpei-lhe ali 300 euros para estar a cagar [risos]. E depois há aqueles que ligam de manhã e é: “olha, posso ser o primeiro do dia? Para teres mais leite”. Ô meu filho, leite aqui é o que não falta, não estejas preocupado! (Caderno de Campo, 11 de dezembro de 2021).

Se, por um lado, o tipo de cliente “sexualmente expansivo” (Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro e Sacramento, 2007) usa a revelação dos acontecimentos da sua vida sexual como uma forma de afirmação da sua masculinidade perante o seu círculo de relações sociais, o que foi verificado foi que o facto de se relacionarem sexualmente com mulheres trans trabalhadoras do sexo para satisfazerem as suas fantasias e desejos sexuais e, posteriormente, na sua vida social, as insultarem, desprezarem e estigmatizarem, constitui uma realidade. Esta atitude de «gratuidade da agressão verbal transformava-se numa espécie de “divertimento grupal”» (Ramalho, 2020, p.245), entre os clientes do trabalho sexual trans e o seu círculo social, por motivos vários, constituindo assim uma das formas de violência exercida sobre estas mulheres. Apesar destes requererem os seus serviços e durante o encontro não terem qualquer atitude violenta física ou verbal, de modo a enaltecerem a sua masculinidade e negarem o seu desejo por estas mulheres, tendem a ter uma atitude completamente oposta fora do encontro sexual, com o seu círculo social. Esta atitude dos clientes, de negarem ou mentirem acerca do seu desejo sexual por pessoas trans ou de desejarem satisfazer fantasias sexuais com estas, poderá constituir um mecanismo através do qual estas desculpas, na forma de negações, insultos, estigma, entre outros, sejam interiorizados, de certa forma, como razões nas suas mentes. Mais, tentam que esta razão que criam para si mesmos seja também uma realidade na mente dos que os rodeiam, de modo a manterem ou preservarem a sua autoestima e sentimento de masculinidade, bem como manter este mesmo sentimento por parte dos outros em relação a si mesmo (Barnes, 1994). Por outras palavras, os clientes que têm este tipo de atitude podem procurar desculpas ou mentiras que sejam elevadas como razões, quer para si, quer para os outros, de modo a manterem a sua atitude e imagem masculina que os outros têm de si, ao esconderem este seu lado que é apenas revelado a estas mulheres trans trabalhadoras do sexo.

Quis saber o que pensava sobre o motivo pelo qual os homens procuravam transexuais ao invés de mulheres cisgénero. Respondeu-me que “isso é o padrão que eles já encontram lá fora. Se houver um desejo mais oculto, que nem todos podem revelar aos sete ventos que gostam, então fazem-no, mas sempre escondido e pedem sempre sigilo, sempre. E lá está, vêm ter com pessoas trans para isso. E o sigilo pedem sempre, porque eles não querem ter rótulos na sociedade, não querem ser relacionados connosco. E se for preciso depois até falam mal de nós [risos]”. Considera que a sociedade olha para as pessoas trans como um lixo social e que se esquece que, de certo modo, é a própria sociedade que cria este mecanismo (Caderno de Campo, 18 de dezembro de 2021).

3.5. ESTIGMAS E DISCRIMINAÇÕES MULTIPLICADAS: AS DESIGUALDADES SOCIAIS E A VIOLÊNCIA CONTRA AS TRABALHADORAS SEXUAIS TRANS

[...] se sofrem violência, elas a merecem porque são *travestis*; se adoecem, elas buscaram a doença; se passam fome, é porque não são suficientemente trabalhadoras; se sofrem assédio sexual, é a conclusão fatal da prostituição; se são discriminadas no bar, não se comportaram bem; se não conseguem emprego, são vagabundas; e toda uma ordem de enunciações que podem ser explicativas das experiências das *travestis* com o social [...]. (Ferreira, 2014, *apud* p. 110 Ramalho, 2020)

Considera-se frequentemente que a mais básica desigualdade do mundo social é a existente entre homens e mulheres (cisgêneros), uma vez que até ao dia de hoje não foi ainda visível uma real igualdade nas mais diversas esferas da sociedade. Contudo, não podemos deixar de olhar para a desigualdade de género entre as pessoas cisgénero e as transo (Saleiro e Oliveira, 2021). Como tem vindo a ser enfatizado ao longo deste trabalho, as pessoas trans fazem parte de um dos grupos mais discriminados (*ibid.*), incompreendidos e negligenciados (Ramalho, Silva e Santos, 2015; Oliveira, 2017) da vida social, uma vez que desafiam modelos normativos de identidade de género, ou seja, o modelo binário (Saleiro, 2013). Não obstante, se estas pessoas forem, em simultâneo, homens ou pessoas transexuais e homossexuais prostitutas, a estigmatização e mecanismos de exclusão são mais acentuados. Sabe-se que o estigma e discriminação que recaem sobre os trabalhadores sexuais implicam uma relação de poder que faz com que sejam excluídos socialmente (Oliveira, 2004). Com efeito, ficam colocados à margem do sistema social e invalidados enquanto atores sociais, uma vez que assumem uma identidade de género fora da matriz cis-heteronormativa (Costa, 2020) e realizam trabalho sexual. Nas palavras de Oliveira (2004, p.1) a “prostituição, violência e exclusão social são fenómenos dificilmente indissociáveis”. Com efeito, as pessoas trans que desempenham trabalho sexual veem-se duplamente estigmatizadas, dado que poderão passar por situações de exclusão social e estigma tanto devido ao seu trabalho, por este ser visto negativamente do ponto de vista social, bem como quanto à sua identidade de género que, por muitas vezes ser incompreendida ou estranha à sociedade, é alvo de crítica e preconceito, sendo estes indivíduos, por isto, discriminados e excluídos socialmente.

Esta incompreensão e “diferença” que vivem e sentem diariamente, reflete-se tanto na vida social como profissional e pessoal das pessoas trans. Podemos, de facto, afirmar que as pessoas trans trabalhadoras do sexo enfrentam situações discriminatórias no acesso a serviços de saúde, educação, emprego, vivência do espaço público e até de segurança (Saleiro, 2013; Oliveira, 2021). No caso

concreto desta investigação, os relatos obtidos através das participantes não mostram qualquer desagrado ou dificuldade no acesso a serviços de saúde. Acerca da sua transformação física e avaliações médicas necessárias, obteve-se um relato em que uma das participantes afirma que, há cerca de 10 anos, o pessoal médico que as acompanhava considerava estes utentes como tendo problemas psicológicos, «*dado que afirma que “nós eramos consideradas loucas, nós no Magalhães Lemos eramos consideradas com perturbações»* (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

Por outro lado, no que toca à educação, é perceptível que é na escola onde as primeiras experiências de transfobia são vividas (*ibid.*), tornando esta num local de abuso verbal ou físico, ou até mesmo num local onde são vítimas de *bullying* (Fedorko e Berredo, 2017 *apud* Costa, 2020; Gomes, 2014). O facto de serem ainda crianças ou adolescentes, quando as participantes desta investigação revelam algumas das situações pelas quais passaram nos seus tempos de escola, faz com que seja também para estas um período de descoberta e, daí, de algumas dúvidas sobre a sua própria identidade de género. Como indicam Saleiro e Oliveira (2021), numa auscultação a pessoas trans, estas revelam que viveram na escola experiências de violência de (trans)género. Apesar das participantes desta investigação não afirmarem terem desistido dos seus estudos devido a situações de violência de género ou discriminação ou *bullying*, sabe-se que estas experiências são a realidade que pessoas trans experienciam, levando ao abandono escolar, traduzindo-se assim numa posição que as deixa ainda mais fragilizadas para viverem a sua vida adulta (*ibid.*).

Ainda tem a roupa do André em casa, num saco. Não a dá ninguém, diz ser uma recordação do seu passado. Quando era mais nova, nunca lhe bateram na escola, mas chamavam-lhe nomes como gay ou bicha. Em 2018 ia muito à praia com amigas. Foi nesse ano que começou a vestir roupas femininas e as amigas deixaram de a convidar para sair com elas, mantendo apenas uma relação virtual com a Alice. Conversavam apenas por mensagens. “Por isto é que eu gostava de conhecer mais pessoas trans, porque elas compreendem-me, já passaram por isto” (Caderno de Campo, 24 de outubro de 2021).

Disse-me que durante a sua adolescência, viveu uma fase que, para si, foi muito confusa, dizendo que não sabia quem era, não sabia com o que se identificava: se era gay, se era homem, se era mulher, se era bissexual. Conta que costumava ver a sua mãe a maquilhar-se, a usar vestidos e saltos altos e começou a mexer nas suas coisas e experimentá-las. Na escola, saía mais com raparigas do que rapazes, apesar de ainda ser o Ricardo António. Contudo, estas começaram a notar mudanças na Denise e começaram a colocá-la de parte.

Contou-me que sofreu muito nessa altura, dizia à sua mãe que não entendia porque as amigas iam sair ou jantar juntas e ela nunca era convidada. Diz que estava muito deprimida, pensou no suicídio. A sua mãe, ao vê-la assim, levou-a a uma psicóloga quando a Denise frequentava o 12º ano (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

O emprego foi considerado o campo em que maiores dificuldades foram reveladas e vários foram os relatos de situações em que a discriminação, e onde estigma e até a violência verbal estiveram mais presentes. A aparência física é um dos principais fatores que impede ou limita que as pessoas trans consigam emprego no mercado formal (Ramalho, 2020; Ramalho, Silva, Santos, 2015), uma vez que as organizações tendem a recusar a entrada de pessoas trans devido à sua aparência de género, dificultando assim o acesso a um emprego legal e, com isso, conseguirem uma certa estabilidade económica (Ramalho, 2020), bem como social e psicológica.

Assim sendo, é no emprego que se encontram os maiores índices de discriminação (Saleiro e Oliveira, 2021), quer no ato da procura, quer na realização da sua atividade laboral legal.

Quanto ao trabalho, conta que mesmo procurando bastante e estando inscrita no centro de emprego, não lhe dão trabalho por ser *travesti*. No próprio Instituto do Centro de Emprego explicaram-lhe que essa seria a razão. Não seria por lhe faltar experiência, visto que já trabalhou em fábricas, limpezas e hotelaria (Caderno de Campo, 17 de março de 2021).

Tendo esta situação nos levado a conversar sobre emprego, Catarina conta mais duas das suas histórias, sendo estas bastante idênticas. Já antes da pandemia, foi chamada ao Centro de Emprego, pois teria uma proposta de emprego. Na altura, no seu Cartão de Cidadão, já não se chamava Fernando António, mas Catarina Larissa, do género feminino, com implantes mamários e no glúteo e vestida como é comum as mulheres se vestirem. Após ter conhecimento da vaga de emprego, dirigiu-se à empresa que estava a contratar. Sendo recebida pelo patrão, é informada que o cargo disponível é apenas para homens. Sentindo-se insultada, não pelo patrão da empresa, mas pelo funcionário do Centro de Emprego, que tinha conhecimento prévio da situação, foi ter com este, insultando-o, uma vez que com a sua atitude, na visão da Catarina, este quis chamá-lo de homem, mesmo sabendo que se sentia mulher e era mulher nos papéis. [...] Afirma que quando fez mamoplastia de aumento,

sabia e amigas *travestis* informaram-na, que “muitas portas se iam fechar” (Caderno de Campo, 26 de março de 2021).

Dada a dificuldade em entrarem para o mercado legal de trabalho ou para um emprego comum, devido ao estigma e discriminação colocados sob esta população, que as remete para situações de exclusão social e económica, marginalização social e clandestinidade, o trabalho sexual mostra-se como uma oportunidade, não só de realização das suas necessidades económicas e de sobrevivência, bem como um lugar onde poderão construir-se a nível identitário de género (Ramalho, 2020; Ramalho, Silva e Santos, 2015; Oliveira, 2004, 2007). Desta forma, a dupla estigmatização de que são vítimas, por um lado, por realizarem trabalho sexual e, por outro, por terem uma identidade trans, culmina num fenómeno que é ele próprio gerador dessa mesma discriminação: são discriminadas pela sua identidade de género, que as leva ao caminho do trabalho sexual, que por sua vez faz com que sejam ainda mais colocadas à margem da sociedade.

Conta que sabe que a operação genital vai demorar e que a recuperação é de um ano, mas quando a fizer, quer deixar de se prostituir. Até lá, sendo que não consegue outro emprego, diz que “assim eu só tenho duas opções: roubar ou fazer o que faço. Eu, roubar não sei, tenho de me prostituir”. Aqui, aborda o tema da legalização do trabalho sexual: “não era bom o Estado nos pôr a fazer descontos? Assim nós gastamos mal gasto, não temos direitos, não temos nada” (Caderno de Campo, 26 de março de 2021).

Esteve a mostrar-me entrevistas de *travestis* que foram à televisão. Diz gastar muito tempo a ver essas entrevistas porque se revê naquelas palavras que são ditas por outras *travestis*. Depois de me mostrar três entrevistas de pessoas diferentes, refere que o que todas elas procuram é a felicidade e ela também: “eu só quero é ser feliz, mas a sociedade julga muito. Eu já levei centenas de currículos, eu tenho estudos, eu sou auxiliar de saúde e nunca ninguém me chamou para nada. Onde está o mal? O mal está na sociedade. Eu só me quero sentir normal, percebes?”. Daqui, fiquei a pensar que o que me quis transmitir foi que se tivesse uma oportunidade de emprego diferente da atual, onde mostrasse o seu valor, se sentiria feliz e normal, sentir-se-ia como um indivíduo comum, que tem um emprego comum. Assim, este seria, para si, um primeiro passo para a felicidade, o que por

consequência a levaria, supostamente, a deixar o mundo da prostituição (Caderno de Campo, 16 de setembro de 2021).

Para além das situações de discriminação que o trabalho sexual trans acarreta para quem o realiza, a violência física ou verbal também é uma realidade existente. Como entende Kulick (2008, p.47), “[...] em nenhum outro lugar a violência é tão ubíqua quanto no cotidiano das *travestis*. A violência é o eterno pano de fundo de suas vidas”. Esta pode ser um tipo de violência mais subtil, compreendendo aqui o menosprezo e desrespeito, ou um tipo de violência mais intensa, que acarreta repercussões psicológicas e/ou físicas nas vítimas da mesma (Oliveira, 2007). Insultos, agressões físicas, arremesso de objetos, raptos são alguns exemplos de violência que trabalhadores do sexo experienciam (*ibid.*), e, em caso mais extremos, o homicídio destas pessoas também constitui uma realidade (Ramalho, 2020), apenas pelo facto de realizarem trabalho sexual e por apresentarem uma representação da sua identidade de género que é socialmente considerada não conforme (Ramalho, 2020; Kulick, 2008), vendo assim os seus direitos humanos básicos violados (Ramalho, Silva e Santos, 2015). Através das participantes desta investigação foi possível compreender que as mesmas já passaram por situações de violência física e verbal e que o medo está presente em algumas das vezes, quando abrem as portas a clientes.

Relativamente à sociedade, conta que a sociedade em que vive é “preconceituosa, só gente mal-amada”. Mas que em Guimarães, no início, foi muito complicado porque era das primeiras, senão a primeira *travesti* na cidade- uma cidade pequena. De início, conta que a olhavam de lado, que comentavam, mas que passados tantos anos já se acostumaram e tem bastantes amigos. Conta que devido ao preconceito já se viu em situações em que temeu pela vida. Deu-me um exemplo: há uns anos, “três ciganos” entraram dentro de sua casa, e sem que a Catarina abrisse a boca, começaram a bater-lhe. Conseguiu livrar-se deles pois conta que foi até à cozinha e conseguiu pegar numa faca, mas que foi ela própria também esfaqueada, e que lhe partiram vidros das janelas e vários objetos em casa (Caderno de Campo, 17 de março de 2021).

Conta que ser “trans” não é fácil, visto que considera existir muito preconceito. Refere que tinha uma vizinha que a criticava imenso, a olhava de lado quando estava a meio do processo. Anos mais tarde, esta vizinha agarrou-se a ela a chorar e a pedir perdão pelo que lhe disse e fez, afirmando que o filho também tinha “saído do armário” e também se sentia

mulher. Pediu desculpa, pois referia sentir na pele o sofrimento pelo qual Denise passou anos antes. Refere que em Portugal é relativamente seguro viver sendo trans, comparativamente com o Brasil e Venezuela, onde afirma que há pais que colocam os seus filhos fora de casa e estes são mortos apenas pelo preconceito de serem quem são (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

Questionada sobre a violência que se tem vindo a assistir para com os trabalhadores do sexo, Ana diz "a fé é um alicerce. Eu acredito em Deus e já tive situações de tentativa de agressão, acontece mais em França. Eu atendo sempre apreensiva, eu não sei as reais intenções de uma pessoa quando abro a porta" (Caderno de Campo, 20 de abril de 2021).

CAPÍTULO 4. PORQUE HÁ VIDA PARA LÁ DO TRABALHO: CONTEXTOS E PRÁTICAS DE LAZER NA FAMÍLIA, AMIGOS E O AMOR

Neste capítulo pretende-se dar conta das vivências do cotidiano das mulheres trans trabalhadoras do sexo que participaram nesta investigação, colocando ênfase nas suas práticas diárias, espaços de convivência, temas de conversas entre as participantes e os locais onde habitam, bem como nas suas relações interpessoais familiares, amorosas e de amizade, mas também de conflito e rivalidade. Embora o trabalho sexual faça parte das suas práticas quotidianas, neste capítulo esse não será o foco. Através das conversas e desabafos de algumas participantes e da sua coragem para partilharem com a investigadora alguns momentos das suas vidas e acontecimentos mais íntimos ou difíceis, foi possível captar os relatos e as temáticas que se seguem.

No que toca aos espaços de convivência, consegui observar duas formas de estar distintas, dependendo do local e do público que o frequenta. Se por um lado, num café comum, existe uma forma de estar mais discreta, por parte das participantes, em locais frequentados por outras pessoas trans ou em locais que são frequentados por outros cidadãos e pelas participantes com frequência (cafés ou restaurantes muito próximos de suas casas, onde há até uma relação de confiança e amizade com funcionários, por exemplo), existe um maior à-vontade para serem quem realmente são. Se para estarem em espaços públicos perto de suas casas, como cafés ou restaurantes onde não vão frequentemente, ou a passear num *shopping* ou pelas ruas da cidade tendem a ter uma atitude mais calma, falar mais baixo, sem grandes gestos, com roupas simples e discretas, sem maquilhagem, penteados ou saltos altos, o mesmo já não se verifica em espaços onde se sentem que podem ser elas próprias. Nestes espaços, já tendem a falar com um tom de voz mais alto, inclusive fazer comentários de cariz sexual, em tom de brincadeira, a certos funcionários ou aos funcionários sobre clientes que frequentam o espaço. Em locais de convivência maioritariamente frequentados por pessoas trans trabalhadoras sexuais e seus possíveis clientes, já se “montam num *look*” (expressão utilizada por algumas participantes), com roupas um pouco mais extravagantes, vestidos curtos e justos, maquilhagens, penteados e saltos altos. Têm também outro tipo de tema de conversas com amigas.

Logo após termos chegado e nos sentado, pude observar que um homem, na casa dos 55 anos, se sentou na mesa atrás da Catarina e pelo reflexo do vidro da montra do café, que estava ao nosso lado, passou cerca de meia hora a tentar escutar a nossa conversa e olhando-nos através do reflexo, fazendo, por vezes, expressões faciais como franzir as sobrancelhas ou mostrando mesmo que se estaria a esforçar por ouvir o que seria dito.

Sobre ele, a Catarina não fez qualquer comentário, pelo que não consegui entender se o conhecia ou não, ou se a curiosidade do homem seria pela aparência da Catarina ou apenas pelos assuntos que por nós eram discutidos. [...] conta que também frequenta casas de *Swing*, tanto para se divertir como para trabalhar. Deu-me a entender que nestes locais se sente valorizada como *travesti*: “aquilo nessas casas é que é a verdadeira putaria. Eles lá procuram-me, os *travestis* são o chama[mento] dessas casas” relatando que se envolve com casais de homem-mulher, casais de homens ou com 3 homens (Caderno de Campo, 26 de março de 2021).

Ficou combinado jantarmos as três juntas. Apareci à casa da Catarina, que fica no centro da cidade de Guimarães, onde já lá estava a Denise. Daí, fomos as três jantar, juntamente com a cadela da Catarina, que a acompanha para todo o lado. Nunca tinha perguntado onde seria o jantar. Fomos à Celeste, todas comemos uma pizza. Como sempre, queriam pagar o meu jantar, mas não deixei. Já é habitual lá irem, dado que são conhecidas dos funcionários que lá estavam. Inclusive, a Catarina levou a sua cadela para dentro do restaurante, que até se sentou connosco à mesa. Não demorou a surgirem comentários e olhares sobre um homem que lá se encontrava ao balcão com uma bebida. A Catarina disse à Denise que seria irmão de um cliente seu, “cheio de gaita, o velho! Aproveita!”. Notavelmente, a Denise começa a falar bem alto, de modo que ele conseguisse ouvir, dizendo que ia para um clube de *swing* na Maia, “cheio de homens gostosos, para dar a piriquita”. O seu esforço não surtiu efeito: o homem acabou a bebida e saiu, sem qualquer abordagem à Catarina ou à Denise. Não sei se poderia ter sido por eu estar com elas ou por ser um local público. [...] Os comentários sobre o que se podia esperar no clube de *swing* continuavam. A Catarina notava que lá dentro havia de tudo um pouco: mulheres com roupas exageradas ou *lingerie*, “mamas até ao queixo, todas de fora”, homens vestidos de mulheres [*crossdressers*], zonas mais privadas, *strippers* que levam pessoas para o palco. Dizem ser bem diferente de uma discoteca comum, ou, como elas chamam, “uma discoteca de *héteros*”. Sobre isto, referem que acontece muitas vezes que a entrada seja barrada, pelos seguranças, em discotecas comuns, a *travestis* porque “elas querem ser mais que as mulheres, vão ali todas descascadas, de mamas à mostra e o cú de fora”. A Catarina contou uma situação para exemplificar: à sua frente numa fila para uma discoteca, estava uma mulher *trans*, vestida de forma exuberante, no Porto. Já teria sido barrada em vezes

anteriores, dado que o porteiro lhe disse que já a tinha avisado que ali não entrava. De seguida, vai a Catarina falar com ele. Diz que vai com uns amigos, falando com educação e indo vestida “em condições”. Assim, o porteiro deixou-a entrar de imediato.

A Catarina, como de costume, comenta os homens que por ali passam. No final de jantarmos fomos para a casa da Catarina. Ainda não se tinham vestido e maquilhado e arranjado os cabelos a rigor. Afinal, a Denise ia também em trabalho: o seu nome constava no cartaz da festa e, no clube, iria fazer um show e marcar a sua presença. Enquanto a Catarina foi tomar banho, fiquei na sala com a Denise. [...] Entretanto, aparece a Catarina, em toalha. Depois de fumar um cigarro, foi com a Denise para o seu quarto, no piso superior, para se arranjarem. Pediu-me se não me importava de aguardar na sala, para estar nua e se vestir mais à vontade. Assim o fiz, durante mais de uma hora. Quando finalmente desceram, muito arranjadas, com perucas (no valor de 2500 euros, como fez questão me dizer a Catarina) e extensões de cabelo, à maquilhagem bem carregada, vestidos justos e saltos altos, pedi para lhes tirar uma fotografia, sem captar o seu rosto, pelo que autorizaram. As fotografias tiradas são as que se seguem:

Fotografia 8. Catarina vestida para ir para um clube de Swing



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 9. Denise vestida para ir para um clube de *Swing*



Fonte: Arquivo pessoal

Estavam muito diferentes daquilo que costumavam vestir no seu dia a dia: leggings, chinelos, vestidos largos e compridos, sem maquilhagem, cabelos apanhados e por arranjar. Pareciam muito animadas e orgulhosas da sua apresentação para aquela noite (Caderno de Campo, 9 de Outubro de 2021).

Durante o trabalho de campo, procurei junto de colegas minhas e através das próprias participantes desta investigação, um café ou bar que estas frequentassem habitualmente. Quer com umas, quer com outras, não tive acesso a qualquer indicação. Não me pareceu haver, de facto, um espaço destes que fosse local de convívio habitual e quase diário. Talvez devido à pandemia, que levou ao fecho de muitos estabelecimentos e levou à mudança de alguns hábitos por parte da população, ou talvez por de facto não ser hábito das participantes. Contudo, encontrei um *clube de swing*, numa cidade do distrito do Porto, que me parece ser então o local onde estas convivem mais assiduamente. Lá, há festas com o tema trans, que se realizam às sextas-feiras (embora não seja todas as semanas). Essa festa em particular, é frequentada por pessoas trans, bem como amigos e amigas, seus/suas companheiros/as, e pessoas, *singles* como no *clube* chamam (em português, *solteiras*), mulheres ou homens cisgénero, sendo que alguns são clientes das pessoas trans que realizam trabalho sexual ou seus possíveis clientes. É também comum nestas festas participarem casais. Esta festa tem como objetivo principal a troca de experiências sexuais entre os mencionados, se estes assim o desejarem, ou

apenas frequentar o espaço sem qualquer envolvimento com ninguém. No Caderno de Campo, faço uma descrição deste espaço:

Em 5 minutos chegamos à entrada do clube. Tinha um parque privativo, no qual, depois de tocar à campainha, nos abriram o portão para que pudesse estacionar lá dentro, no sítio onde porteiro pediu que o fizesse. De seguida, entramos no tão esperado clube de *swing*. À entrada, deram a cada uma de nós um cartão, sendo que estaríamos na *quest list* da Jéssica, a organizadora do evento da noite e amiga da Denise. A Catarina, alertou-me para que se me fizessem perguntas, dizer que sou sobrinha dela. Considerava que, dessa forma, por ser já conhecida no local, eu estaria mais protegida. De seguida, entramos para a sala principal, imagem da qual se encontra na Figura 8. Ainda estava muito pouca gente, mas pude desde logo ver mulheres vestidas apenas com *lingerie* transparente, uma delas sem qualquer roupa interior, homens com o tronco desnudado e calças desapertadas. *Travestis*, não vi nenhum. Nesta sala, podemos ver a pista de dança, onde, rodeado com luzes vermelhas se encontra o palco, com dois varões verticais e um em forma de arco. Ao fundo, encontra-se o bar, sendo que do lado esquerdo estão os sofás com mesas. Do lado direito, fica a porta da saída ao fundo e, de seguida, fica uma das salas que contém *cacifos* para que as pessoas guardem os seus pertences. Depois, ainda do lado direito, podemos ver na fotografia duas entradas em forma de arco, fechadas com uma corrente. Aí, são duas salas com sofás em formato de U, que são um pouco mais resguardadas, apesar de não serem totalmente tapadas, como podemos ver na Figura 9. Tem também a cabine onde está um DJ, uma outra sala com *cacifos* e *wc* e uma entrada para quartos. A Catarina, assim que chegamos, mostrou-me todo o clube. Aproveitei que estava tudo vazio, para tirar algumas fotografias.

Existem três quartos particulares com porta ou cortina (Figuras 10 e 11) , duas camas mais escondidas mas sem porta e uma cama numa sala ampla e em local de passagem (Figura 12). À disposição dos clientes está, em cada quarto, toalhitas e cestos de lixo. Existe ainda um armário com toalhas e várias casas de banho. Numa das camas mais escondidas mas sem porta, tem ao lado um painel com umas aberturas, para quem quiser estar do outro lado a ver e também a ter práticas sexuais (Figura 13). Do lado oposto ao bar, existe uma outra zona destinada a práticas sexuais. Bom, na realidade, todo o clube é destinado a esse efeito, se assim o desejado, mas considerarei especialmente curioso esta sala

que descreverei agora: uma sala muito escura, com cortinas a tapar umas pequenas salas que tem um sofá e, na parede, existem dois buracos: um, para colocar o pênis (onde a Catarina tem a mão), e outro, como me explicou, para colocar seios ou o rosto (onde aparece o cabelo loiro da peruca da Catarina), como mostro na figura 14. A Catarina chama-lhe “a sala de chupar o pau”.

Fotografia 10. Sala principal do clube de swing



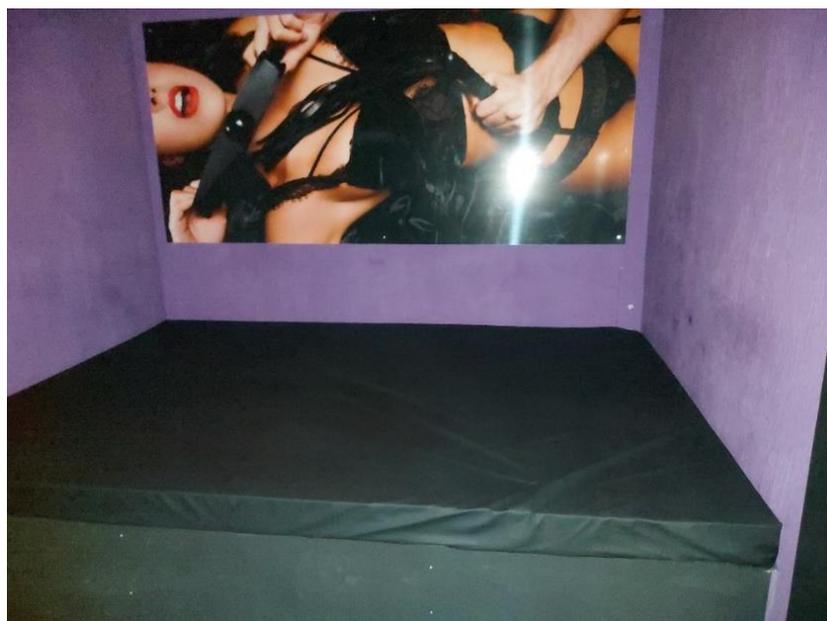
Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 11. Salas mais escondidas em formato de U, no clube de Swing



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 12. Quarto particular com porta



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 13. Exemplo de uma das entradas dos quartos particulares



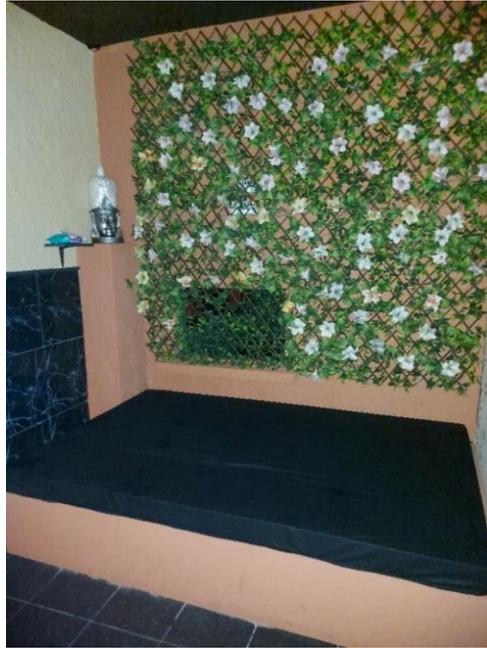
Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 14. Cama para práticas sexuais em local de acesso geral



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 15. Quarto com cama e painel com aberturas



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 16. Espaços para introdução de órgãos sexuais e de interação sexual através de uma parede



Fonte: Arquivo pessoal

(Caderno de Campo, 9 de outubro de 2021).

Considero este um espaço relevante nas vidas das participantes, dado que é neste espaço que convivem com outras mulheres trans, mas não só. É um espaço onde convivem também com homens e mulheres cisgênero que não as estigmatizam, não as olham de lado, mas, pelo contrário, admiram-nas, respeitam-nas, compreendem-nas e as aplaudem aquando das suas atuações no *clube*. O convívio

com outras mulheres trans permite também a partilha de experiências, quer no campo do trabalho sexual, quer no campo de tratamentos ou cuidados com a sua aparência física, nomeadamente tratamentos estéticos e roupas, dado que tal não o é possível fazerem com grande parte da sociedade em geral. Para Ramalho, Silva e Santos (2015), ao contrário do que se verifica no campo do trabalho sexual, onde os trabalhadores sexuais trans sofrem agressões físicas e verbais, outros espaços de diversão noturna frequentados por estes grupos para socialização, como bares e discotecas, onde acontecem até espetáculos de transformismo, são locais onde estes atores são realmente valorizados e sentem alguma normalidade. Estes autores, em trabalho de observação num bar frequentado por pessoas trans e cisgénero, escrevem o seguinte no seu Caderno de Campo:

o ambiente deste contexto social é de plena aceitação, proteção e valorização pessoal. Aqui elas são aplaudidas e não ofendidas. Elas experimentam, mesmo que momentaneamente, ensejos de integração. Aqui elas são, de facto, como diz o site do bar estrelas que brilham. Pelo menos, elas sentem-no dessa forma. Não é, pois, de estranhar que desejem que o seu dia de “folga” seja aqui vivenciado porque sabem que este é um espaço onde podem esquecer as experiências diárias de rejeição e sofrimento (*ibid.*, p.220).

É perceptível a dicotomia na maneira como são tratados estas trabalhadoras sexuais, por um lado, na sociedade em geral e, por outro, no seu trabalho e espaço de socialização. Estes espaços são importantes no que toca à afirmação da identidade de género, constituindo ainda um suporte social e emocional (*ibid.*). De facto, foi perceptível em trabalho de campo a alegria e excitação das participantes quando iam a este *clube*. No Caderno de Campo, deixei algumas descrições daquilo que acontece neste espaço.

Estando sempre atenta ao que se passava à minha volta, e sendo que não chegavam muitas mais pessoas ao clube, vi que estava uma mulher, com pouca roupa, a dançar para um homem que me disseram ser o marido. Começa a tocar uma nova música e vem um outro homem dançar com ela, quanto que o marido fica a assistir. A Catarina diz que “ela vai com tudo, homem, mulher, trans e aquele, o marido, gosta de ser corno”.

A pista de dança parece-me ser o local, eu diria, de promoção ou exposição do corpo. É onde se dança e é onde vão ter uns com os outros onde, dali, poderão ir para os quartos ou outras salas. Ou apenas o local onde se pode ser visto de forma privilegiada. Foram algumas as vezes em que a Catarina, ao longo da noite, me convidou para ir para a pista

com ela dançar. Dado que a discoteca estava muito vazia, é um local onde se fica muito exposto aos olhares de todos e é um local de grande atenção, pelo que preferi não ir e ficar a observar tudo das mesas ou do bar, também para que não fossem retiradas conclusões erradas por parte de quem lá estava, de que eu poderia estar à procura de algo mais, como me pareceu que todos ali estavam.

Está ainda, na sala principal, uma mulher que diz a Luísa ser “o chama da casa” ou a “relações-públicas”: ela controla a sala, dança com várias pessoas, sejam homens, mulheres ou trans, a passo que também arruma copos e esvazia cinzeiros das mesas ou passa a mão no corpo de alguém ou beija pessoas.

Eram cerca de 2 horas da manhã quando começam os shows das pessoas que estavam no cartaz, se bem que uma delas, a Frederica, faltou à festa. A primeira pessoa, que deu início aos shows da noite, foi a Denise. Ela tem a sua própria música para atuar, da cantora Rihanna e durante o seu show, dança, faz movimentos no varão, mostra a roupa interior e até tira a roupa que traz vestida. Na figura 16 podemos ver a Denise a atuar.

Fotografia 17. Denise a atuar 1



Fonte: Arquivo pessoal

De seguida, um show de uma mulher que se autoidentificou como drag queen, de 60 anos, que apesar de estar muito bem apresentada, como podemos ver na figura 17, não teve grande atenção. Talvez porque o que fez foi apenas um playback de uma música e não

dançou de forma sensual ou tirou qualquer peça de roupa. Ou porque não gostaram da música, ou da sua personagem, ou até da sua idade.

Fotografia 18. Drag queen em atuação



Fonte: Arquivo pessoal

Depois, vimos o show da Jéssica, a organizadora do evento e crossdresser. Fez também playback de uma música e a sua presença foi bastante apreciada, bem como o seu fato exuberante, como nos mostra a figura 18. Talvez o facto de ser já bastante conhecida naquele bar e a sua atuação ter sido mais animada, embora também não tenha tirado roupa, fizesse com que conseguisse mais atenção e aplausos dos que a assistiam. A Jéssica, sendo crossdresser, facilmente passaria como mulher cisgénero ou travesti. Tive de perguntar à Denise, na primeira vez que a vi, se a Denise era travesti, e só aí soube que nem uma coisa, nem outra. Era crossdresser. Tem um namorado que, como ela, também se veste de mulher neste tipo de local ou festas. Quanto a este, percebia-se desde logo que não era mulher cisgénero ou travesti, dado que tinha o rosto bastante escuro devido à barba e pela sua postura, roupa e maquilhagem que dava bastante nas vistas, acompanhadas de uma peruca com cabelo muito despenteado.

Fotografia 19. Jéssica com o seu fato de atuação



Fonte: Arquivo pessoal

Ainda sobre as atuações, por último, vimos a atuação de um homem, stripper, que chamou a atenção de todos os que lá estavam: mulheres, homens, crossdressers e travestis, nos mais variados sentidos. No seu show, chamou uma mulher para o palco, a Maya, para quem dançou e que no final, quando o stripper saiu do palco, começou a dançar nos varões. A esta juntou-se a mulher casada que dançava quase sem roupa e uma outra mulher. Acabaram as duas primeiras completamente nuas, a terceira em roupa interior e com imensa atenção e comentários por parte de homens: “Ó Maya, não metas mais nojo!”; “Ó Maya, se não aguentas com essas duas sozinha, pede-me ajuda!”; “Ai Maya, o que tu estás aí a fazer!”. Ainda, acabaram as três por se envolver em práticas sexuais, em cima do palco: apalpavam-se entre elas nos seios, glúteo e todo o corpo em geral, tendo até praticado sexo oral, no palco.

Depois das atuações, a música continua e os vai e vem para os quartos e salas fechadas continuam. A certo momento, vejo que a Catarina saiu da sala “de chupar o pau” e dirigiu-se a mim. Perguntou-me: “Olha, estão ali a chupar pau, queres ir ver?”. Eu fui,

afinal de contas, eu estava lá para assistir a todas as práticas que ali pudessem existir. A Catarina, como sempre fez ao longo da noite, sempre que eu me levantava, ia comigo. Colocava-se sempre atrás de mim, para que ninguém me pudesse tocar. Senti-me, durante o tempo todo, muito protegida, como se até um segurança privado tivesse! Abri as cortinas da sala e entrei. A Catarina, aproximou-se ainda mais de mim, atrás, com os braços dela à minha volta. O corredor era bastante apertado, só passava apenas uma pessoa de cada vez. Abriu-me a cortina do quarto onde estava um homem a penetrar uma mulher por trás e a mulher, dobrada em cima do sofá, praticava sexo oral a um homem que estava do outro lado da parede, com o pénis introduzido num buraco da parede, tal como está representado na figura 14. Ao meu lado direito, estava também um homem a observar o que ali se passava. Quando me viu chegar, aproximou-se e colocou a mão no meu rabo e queria aproximar-se cada vez mais. Disse-lhe de imediato que não queria nada, que só estava a ver, pelo que se afastou e pediu-me desculpa. A Catarina, ao mesmo tempo, também reforçou que eu não queria nada e saímos dali. Fiquei bastante surpreendida com este pedido de desculpa, já que, em primeiro lugar, sendo um local propício a trocas de práticas sexuais como toques, beijos, e tudo o que possa daí advir, este homem soube parar assim que lhe disse que não queria nada, sem qualquer insistência e soube desculpar-se pela sua ação. Em segundo lugar, por experiências anteriores, numa discoteca dita normal, este pedido de desculpa não aconteceria, ou, pelo menos, tão fácil e rapidamente e sem qualquer insistência.

Em toda a noite, fui abordada algumas vezes, quer fosse pelos próprios interessados, quer pela “relações-públicas”, a quem os homens lhe pediam que me perguntasse se tinha interesse em os conhecer. Um deles, perguntou-me o nome, se estava a gostar da noite, a conversa habitual. Perguntou-me se só estaria lá mesmo para ver, pelo que disse que sim, não estava à procura de nada, ao que acrescentou que já tinha sido “avisado pela Catarina, ao início da noite”. Sempre me senti muito protegida e respeitada, apesar dos olhares e piscares de olhos constantes sobre mim. O facto de o clube estar bastante vazio, fazia com que a atenção que recaía sobre mim fosse ainda maior do que eu esperava. Contudo, o facto de estarem poucas pessoas no local, ajudou também a que eu conseguisse observar tudo o que acontecia. Isto, incluindo um casal a ter relações sexuais na mesa atrás de onde me encontrava, onde toda a gente conseguia ver e, alguns, participar nesta.

Chegou a hora de irmos embora. Deixamos a Alice em casa e, aí, a Denise e a Catarina saíram do carro para fumar um cigarro. O tema de conversa durante o cigarro, começou por

ser a Alice. Mais uma vez insistiam que nos mentia, ao dizer que não fazia trabalho sexual. Rapidamente mudaram de tema, falando sobre como tinha corrido a noite. [...] Ainda, a Catarina acrescenta que a Denise esteve muito bem: vestida de forma elegante, teve uma boa postura durante a noite, na sua atuação fez o que tinha a fazer, compareceu ao compromisso e não falhou a ninguém. Entre as duas, não tenho dúvidas sobre a sua amizade e lealdade (Caderno de Campo, 9 de outubro de 2021).

Daqui percebe-se que, se por um lado outras trabalhadoras sexuais trans possam ser um suporte emocional, com as quais são feitas várias partilhas de experiências de trabalho sexual, emoções, opiniões sobre as dúvidas que as inquietam, as suas inseguranças, questões com a sua aparência física, existe também, por outro lado, inimizades, críticas e apontamentos depreciativos entre estas, sobre os mesmos temas. Como apontado por Kulick (2008), que estudou as trabalhadoras sexuais *travestis* brasileiras, embora haja entre estas amigas verdadeiras, existe também no seio destas muita desconfiança e sobretudo competição no que toca aquilo que mais importante é para estas: beleza feminina, dinheiro, trabalho e tudo o que possa trazer estes recursos para as suas vidas. Apesar da entajuda e cooperação entre estas, existe usualmente situações de intriga, como argumenta também Ramalho (2020). No subcapítulo 4.2. abordarei com mais detalhe a questão das amigas e inimizades entre as trabalhadoras sexuais trans.

A noite, o local, as pessoas e as práticas surpreenderam-me pela positiva. Nunca me passaria pela cabeça, pela minha falta de experiência no que toca à comparência a este tipo de discotecas ou convivência com indivíduos que frequentam estes espaços, que houvesse mentalidades tão abertas e práticas que se tornam tão banais dentro de quatro paredes e com o ambiente propício para estas: trocas de casais, *travestis*, *crossdressers*, pessoas casadas com *crossdressers* que realizam trabalho sexual, pessoas mais velhas que se envolvem com homens ou mulheres ou pessoas trans, *crossdressers* que namoram com *crossdressers*, homens que se envolvem com mulheres, homens, casais ou *travestis*, enfim, de tudo um pouco. Ainda, surpreendeu-me a naturalidade e o à-vontade em se conversar e realizar todas as práticas que aqui descrevi. Focando-me agora um pouco no caso das *travestis*, que, neste caso, infelizmente foram só mesmo a Denise e a Catarina, pude reparar que estas pareciam outras pessoas, completamente! Quer no modo de vestir, quer como falavam, como vi que se sentiam “normais”, a felicidade com que estavam, o seu à-vontade. Eu pude realmente ver como ali se sentiam compreendidas, sem vergonha, sem

desviar a cara de ninguém, como iam a todo o lado, como conversavam, dançavam, conviviam. Ali, sentiam-se em casa, podiam ser elas próprias, o que não acontece quando estou com elas, por exemplo, na rua a tomar um café ou a caminhar. Ali há respeito, há interesse, compreensão, valor e muita felicidade e leveza.

Por outro lado, fiquei desiludida pelo facto de a casa estar tão vazia. Não estariam ali muito mais do que 30 pessoas. A Luísa chegou a comentar comigo que a festa estava muito vazia e parada porque as pessoas ainda têm muito medo de sair, devido à pandemia, mesmo quem só iria para ver e também pelo facto de muita gente ter sido despedida ou ter perdido rendimentos, já que, por exemplo, um homem paga de entrada, ali, 40 euros, os casais pagam 30 euros e, no meu caso e da Denise e Catarina, como tínhamos guest list e somos mulheres, pagamos 10 euros (Caderno de Campo, 9 de outubro de 2021).

Em outras idas ao *clube de swing*, tive a oportunidade de recolher mais fotografias, como as que se seguem, que dizem respeito às atuações de uma participante em particular, a Denise. Embora outras participantes do estudo também fizessem atuações, como a Jéssica e a Kiara, a Denise sempre foi aquela que se sentia mais à vontade em realizar atuações mais ousadas, chegando até a despir-se completamente no palco e sendo bastante aplaudida e respeitada. Aqui, mais uma vez, percebe-se a dicotomia entre os espaços de lazer e o ambiente que lá se vive e entre o campo de trabalho sexual e os espaços públicos em geral. Como recordam Ramalho, Silva e Santos (2015) estes espaços são locais onde existem relações sociais que lhes permitem sentirem-se integradas e não julgadas por ninguém, ao contrário do que acontece no seu quotidiano. É, portanto, um espaço público com a característica particular de lhes permitir experimentar sentimentos de alguma aceitabilidade social, onde também pode esta acontecer apenas num determinado período dos seus dias (*ibid*).

Começa a tocar a música da Denise e esta entra, em direção ao palco. Pedi-me que a gravasse, para que depois pudesse usar o vídeo para as redes sociais e anúncios. Pedi-lhe se podia tirar uma fotografia sem mostrar o seu rosto, e fui autorizada a tirar “as fotografias que quiseres mulher, eu quero é aparecer!”. Durante o seu show, teve muitos aplausos e até assobios. Estando em *lingerie*, no final, ficou apenas com o sutiã. Quem a via, apreciava-a.

Fotografia 20. Denise a atuar 2



Fonte: Arquivo pessoal

Fotografia 21. Denise a atuar 3



Fonte: Arquivo pessoal

(Caderno de Campo, 12 de novembro de 2021).

4.1. A FAMÍLIA E O AMOR: CONFLITOS, SOLIDARIEDADE E A LUTA PELA REALIZAÇÃO DOS SONHOS

Ao longo da pesquisa etnográfica foram vários os momentos em que surgiram conversas sobre outros atores sociais de relevo na vida das participantes, ou até momentos observados diretamente com outros atores presentes que não passaram despercebidos.

A família desempenha, desde cedo, na vida das participantes, um papel marcante, uma vez que observa e lida com os primeiros sinais de uma assunção de identidade de género diferente da expectável. O contexto familiar mostrou-se determinante na forma como lidou com esta fase da vida das participantes e pode afirmar-se que, em certa parte, ditou o seu caminho. Assim, como Ramalho (2020), também nesta investigação se pode fazer a diferenciação entre duas figuras familiares pertinentes: a figura feminina das mães; e o papel masculino dos pais.

Por um lado, pode-se afirmar que o maior apoio e compreensão foi encontrado na figura materna das participantes. A maioria destas afirma que as suas mães desde cedo identificavam os sinais de que algo era diferente nas suas filhas (na altura, filhos). Em muitos dos casos das participantes desta investigação, foram as mães que “observaram comportamentos que se desviavam da heteronormatividade e que diferenciava os, ainda meninos, de outros rapazes” (*ibid.*, p.119). Por outras palavras, eram as mães das participantes que começavam a constatar comportamentos que, segundo os constructos sociais, não seriam expectáveis de uma figura masculina como deveria ser a dos seus filhos. Assim, seriam estas mães que detetavam gestos e comportamentos e “apanhavam” os seus filhos com roupas femininas, acessórios ou maquilhagens, em momentos em que estes ainda mantinham estas práticas escondidas de todos.

Depois, conta-me o primeiro momento da sua vida em que alguém soube que tinha algo diferente nela: “Aos 3 anos minha ‘vó me apanhou toda embatomzada, ela aí tirou uma foto, marcou o dia, mês e ano na foto e disse que naquele momento ela soube que eu tinha nascido uma mulher” (Caderno de Campo, 20 de abril de 2021).

[...] foi num Natal com essa parte da família que se vestiu com roupas femininas em frente à família. Desde pequena que usava roupas e maquilhagens da mãe e da irmã. Diz que “a minha mãe sempre soube que eu era assim, que eu era diferente. E eu, quando vestia vestidos e usava os batons delas, por exemplo, eu sentia-me muito bem assim, ficava toda feliz” (Caderno de Campo, 24 de outubro de 2021).

Durante a vídeo chamada, entre a Denise e a Alice, onde esta lhe mostrava e pedia conselhos sobre que vestido e quais saltos usar, aparece a mãe da Alice. Queria ver com quem a filha ia sair. Disse à Denise “Tu olha-me pelo meu André!”, ao que a Alice, imediatamente contradiz “não é André! É Alice!”. Entretanto, a videochamada acaba, e a Denise explica-me que a Alice, tendo começado a transição recentemente, a mãe dela ainda não se habituou a chamá-la pelo nome feminino escolhido. A Catarina, sobre isto, comenta que as mães sempre sabem da orientação e identidade de género dos filhos e a Denise concordou com ela. A seu ver, não é preciso contar às mães, elas sabem desde sempre (Caderno de Campo, 9 de outubro de 2021).

“*As mães sabem sempre*” foi uma frase dita por quase todas as participantes, quando se referiam, no processo de construção da sua identidade de género, às mães ou àquelas que representassem, para si, uma figura materna, como avós e tias, ao facto destas se aperceberem desde muito cedo da “diferença” de género comparativamente com outras crianças/adolescentes. Para além disto, entendem que as suas mães e família começaram a constatar que esta construção de identidade de género não correspondia a práticas expectáveis para cada um dos modelos binários “quando os seus interesses, práticas e comportamentos sociais pareciam não corresponder àquilo que a família, comunidade local, a escola ou a sociedade em geral, esperavam” (Ramalho, 2020, p.120), atravessando, desta forma, por momentos de discordância e conflito.

Num estudo de abordagem qualitativa realizado por Braz, Reis, Horta e Fernandes (2020), os autores procuraram compreender como as famílias vivenciavam o processo de transição de género de um dos seus entes. Para os autores, o processo transexualizador de um indivíduo comporta, para além de alterações físicas no próprio, mudanças e vivências que variam de família para família. Por um lado, verificaram a existência de famílias que aceitaram, apoiaram e zelaram pelo bem-estar dos seus entes em transição e, por outro, famílias que não se mostraram capazes de apoiar o indivíduo trans, através da análise de diversas categorias como a mudança do corpo, estigma e preconceito, os tratamentos físicos e hormonais e as ideias e valores.

Neste estudo, as famílias que demonstraram aceitação e apoio do processo transexualizador do seu familiar consideraram que as alterações corporais eram importantes, uma vez que legitimavam uma maior aceitação social. Estas alterações permitiam adquirir um corpo mais enquadrado na ideologia binária de género, que por sua vez comportava uma maior aceitação social, deixando os seus familiares mais descansados uma vez que receavam o estigma, desrespeito para com o seu familiar (*ibid.*). No trabalho de campo realizado, as participantes relataram momentos da sua vida, numa fase inicial de

transição, de afastamento por parte de algumas pessoas próximas e, por outro lado, o apoio e compreensão da família que, em alguns casos, se mostrou como pilar fundamental nesta transição a nível emocional e prático:

Na escola, saía mais com raparigas do que rapazes, apesar de ainda ser o Ricardo António. Contudo, estas começaram a notar mudanças na Denise e começaram a colocá-la de parte. Contou-me que sofreu muito nessa altura, dizia à sua mãe que não entendia porque as amigas iam sair ou jantar juntas e ela nunca era convidada. Diz que estava muito deprimida, pensou no suicídio. [...] Considera que, neste processo, a família é o pilar essencial, e ela teve-o. Quanto às amigas que a colocavam de parte na adolescência, hoje são suas amigas e diz que estas estão “gordas, descuidadas, dizem-me que eu era homem e agora eu é que faço ver, que estou toda lontra como elas me dizem” (Caderno de Campo, 14 de abril de 2021).

Em 2018 ia muito à praia com amigas. Foi nesse ano que começou a vestir roupas femininas e as amigas deixaram de a convidar para sair com elas, mantendo apenas uma relação virtual com a Alice. Conversavam apenas por mensagens (Caderno de Campo, 24 de Outubro de 2021).

Considera que este tema acerca da sua identidade de género vai surgindo ao mesmo tempo que se começa a pensar sobre si mesmo e sobre quem se quer ser: “o meu processo foi bastante simples. Eu nunca tive problemas a nível familiar sobre isto, sempre foi algo bastante fácil, não me posso queixar nada quanto à minha família (Caderno de Campo, 11 de dezembro de 2021).

A família mostra-se assim como um amparo fundamental para o indivíduo em transição, quer no que respeita às mudanças físicas, quer para lidar com quem as rodeia e não as compreende, mostrando ser na família que busca e encontra força e suporte emocional para superar os diversos desafios com que se depara. “O apoio prestado pela família fortaleceu o indivíduo para enfrentar o processo de transexualização [...] atuando como fonte de conforto e segurança.” (Braz *et al.*, 2020, p.5). Contudo, há casos em que esta incompreensão e discriminação ocorrem no próprio seio familiar do indivíduo em transição. É importante salientar que as famílias destes indivíduos se encontram

inseridas numa sociedade predominantemente heterossexista que tende a veicular rígidos estereótipos de género durante as primeiras fases de vida das crianças e jovens [...] apresentavam discursos, atitudes, comportamentos e expectativas socioculturais sobre o que “os meninos” e “as meninas” deviam “ser” (traços de género) e “fazer” (papéis de género). (Ramalho, 2020, p.121).

Não havendo correspondência entre o que é socialmente expectável e a realidade em termos de identidade de género de um indivíduo, numa sociedade estereotipada, a própria família de indivíduos trans pode mostrar-se incapaz de entender o seu familiar. Assim, ao observarem atitudes, comportamentos de género não esperados socialmente para o género atribuído e assistir à realização de alterações físicas, a família e, nestes casos, maioritariamente a figura parental masculina, demonstra maior dificuldade em aprovar, aceitar e respeitar o indivíduo em transição (Ramalho, 2020). Por este motivo, como entende o autor, os indivíduos em transição sentiam uma maior confiança e segurança em revelarem a sua identidade de género à sua figura materna uma vez que entendiam que estas podiam ter uma maior capacidade de compreensão e apoio, ao contrário daquilo que esperavam das suas figuras paternas.

Esta incompreensão da transgressão das normas de género traz consequências relacionais para todos os envolvidos: problemas psicológicos e emocionais para o indivíduo em questão e laços familiares que são afetados negativamente por períodos mais ou menos longos ou até mesmo quebrados de forma permanente. As famílias ou familiares que não aceitam a não conformidade de género dos seus familiares podem ter reações diversas. Ramalho (2020), identifica quatro tipos de reações: a) famílias que consideravam que inconformidade de género seria só uma fase, desvalorizando a identidade de género que o seu familiar desejava assumir; b) famílias que apesar de tentarem mostrar que aceitavam a nova expressão de género, continuavam a manter o desejo que esta alteração não se realizasse; c) famílias que tentavam corrigir ou eliminar a expressão desta autoidentidade de género através de imposições, regras, limitações ou obrigações (por exemplo, proibir um homem que se identifica com o género feminino de usar maquilhagens); d) famílias com atitudes hostis para com o indivíduo em transição, comportando até diversos tipos de violência e repulsa.

Deste modo, a discriminação e incompreensão pode ocorrer não só no seio da sociedade, mas também no seio familiar, sendo que, neste caso, a falta de apoio por parte da família é aquela que se mostra com um maior peso na vida destas pessoas, uma vez que, no processo de socialização primária o indivíduo aprende que a família é ou deve ser a sua base segura. Nestes casos, o indivíduo em transição experimenta sentimentos de abandono familiar e solidão (Braz *et al.*, 2020), uma vez que entende que, se não pode sentir-se apoiado pela sociedade nem pela família, não tem em quem se apoiar. No caso

das participantes desta investigação, houve quem não tivesse a sorte, à semelhança de outras, de ter desde o primeiro momento o apoio e a família como pilar essencial nesta caminhada.

Os seus pais são do campo e Ana afirma ter passado dificuldades familiares a nível de aceitação de quem ela é, principalmente por parte do pai. [...] “eu já começava a ter aumento das mamas”. Neste ponto, os pais começaram a questionar o que seria aquilo até que, nas férias da faculdade, saía de casa vestida de mulher. Numa tarde dessas férias começou também a tirar todas as suas roupas de homem do roupeiro. A sua mãe viu e perguntou o que estava a fazer. Respondeu que não se sentia um menino e que não usaria mais aquelas roupas. A sua mãe entendeu o que estava a acontecer e comentou com o pai. Com este, a história foi diferente. Ana conta que “ele teve uma reação de vergonha e incómodo. Ele tentou me cortar de todas as formas mesmo: eu tinha carro, moto, ele me tirou tudo e disse que não me deixava trabalhar mais com ele”. Então, Ana viu-se sem dinheiro para a universidade, embora a avó pagasse as propinas, nem para as roupas de mulher que queria comprar. [...] Enfrentou o seu pai, afirmando que “estava mais madura e aí eu briguei muito com ele. Eu estava a brigar todos os dias para ser apenas quem eu sou, eu tenho esse direito, ele não podia me xingar nem me expulsar de casa. Ele tinha de me aceitar como eu era e eu ia continuar a vestir-me de mulher, eu ia continuar a viver naquela casa porque ela também era minha e ele não podia me recriminar. Eu aí me impus”. [...] Entretanto Ana e o seu pai entenderam-se, dado que os próprios clientes da lanchonete pressionaram o seu pai para a aceitar (Caderno de Campo, 20 de abril de 2021).

Quanto à Luísa, conta que o pai nunca a aceitou como filha. Para ele, a Luísa continua a ser o José e sempre o será (Caderno de Campo, 9 de outubro de 2021).

A mãe sempre soube que a filha tinha algo diferente, sempre soube que se identificava com o género feminino. O pai não sabia e quando a Alice começou a vestir roupas femininas, assim como quando mudou o nome, não mostrou muito apoio. No início chegou mesmo a discutir muito com ela. Os sobrinhos, sendo crianças e ainda não tendo um perfeito entendimento da situação, tanto tratam a tia por “tia” ou por “tio” e não fazem qualquer reparo, é natural para eles (Caderno de Campo, 24 de outubro de 2021).

Não só a incompreensão pela vontade em assumir uma identidade de género oposta à expectável leva a que as famílias ou certos familiares em particular, como as figuras paternas masculinas, rejeitem, não compreendam e discriminem o indivíduo em transição. A vontade de assumirem publicamente a sua intenção de se apresentarem no género feminino, neste caso, não depende por isso de uma decisão apenas pessoal, mas é condicionada também pela família, cultura, religião ou outros em que estes indivíduos estão inseridos (Ramalho, 2020). Braz *et al.* (2020) sugerem que a religião é um dos aspetos complicador da aceitação em algumas famílias, uma vez que certas religiões consideram a transexualidade um pecado, não sendo capazes de entenderem “o indivíduo trans além da ideia religiosa” (*ibid.*, p.5). Contudo, acredita-se que não só a religião se coloca como um entrave, mas sobretudo as crenças, as ideologias e as tradições que são diversas e distintas nas mais variadas etnias. Neste estudo participou uma mulher trans de etnia cigana⁵. Os entraves que lhe foram colocados, devido à sua identidade de género, deveram-se às crenças e ideologias conservadoras, tradicionais e preconceituosas presentes na sua família. Na etnia cigana, cabe à família a transmissão dos valores que consideram fundamentais relativos à divisão e classificação de papéis de género (Silva, *et al.*, 2006). À figura masculina são atribuídos os papéis de sustento e proteção da família, enquanto a figura feminina está ligada à figura da esposa e mãe dedicada e cuidadora do lar. As crianças de etnia cigana deparam-se desde muito novas com papéis de género bem vinculados, praticados desde logo na sua socialização primária. Assim, pode dizer-se que quase desde que nascem, a tradição e ideologias da sua etnia têm como que já preparado o caminho que deve idealmente seguir, segundo aquilo que é expectável na sua comunidade. Imagine-se então o que será, para uma família e para a comunidade cigana, um indivíduo pertencente à sua etnia que se autoidentifica com o género oposto ao que lhe foi atribuído à nascença. Todos os ideais construídos e expectáveis não serão, por isso, satisfeitos, e daí resultará vergonha, incompreensão e desprezo. A participante em questão abordou este tema e referiu que esta parte da sua família, principalmente os homens, a desprezam e não a compreendem:

Pedi-lhe que me contasse um pouco sobre as suas origens, dado que o que eu sabia ainda era muito pouco. Vive com os pais e com sobrinhos e é de etnia cigana por parte da mãe. O pai não é cigano. Sobre a família da parte da mãe diz que pouco se dá com ela dado que, em primeiro lugar, vivem longe, em Aveiro e, em segundo lugar, não a aceitam muito bem por estar numa situação de transição a nível sexual e de género. Contudo, apesar da família da parte da mãe não a aceitar, foi num Natal com essa parte da família que se vestiu com

⁵ A participante em questão é filha de mãe de etnia cigana e pai branco ateu.

roupas femininas em frente à família. [...] Apesar de ser de etnia cigana, não vive numa comunidade cigana. Os seus vizinhos são, em geral, pessoas mais velhas e famílias e a Alice conta que nunca se sentiu julgada, antes pelo contrário: quando alterou o seu nome, felicitaram-na pela sua conquista! Relativamente à família da parte da mãe, por ser de etnia cigana, não aceitam que esta vá a festas com outras famílias ciganas, como a casamentos, porque lhe dizem que tem “cisma, diabo no corpo” e que a Alice deveria ir a um culto tratar-se. Outros familiares dizem para ela “não ser mulher”. (Caderno de Campo, 24 de outubro de 2021); A Alice estava ao meu lado e eu quis perguntar-lhe como estava a relação dela com a sua família da parte da mãe, que é de etnia cigana. Disse-me que a relação praticamente não existia, uma vez que faz por nem ir ao acampamento onde a sua avó, tios e primos e outras famílias ciganas vivem, já que estes familiares, nomeadamente os homens da família, “ralham”, porque não aceitam a situação da Alice. Contou-me que há uns tempos estava lá, com a sua tia a dançar e os familiares ficaram incomodados porque a sua tia estava a dançar com a Alice. “Eu nem vou lá muito porque eu sinto-me mal se lá for. Eu sei que eles lá não me aceitam como eu sou e iam sempre falar mal. Eu acabo por nem ver tanto a minha avó e as minhas tias por causa disso, mas nem me importa, deixo só eles falarem.” (Caderno de Campo, 11 de dezembro de 2021).

No caso particular desta participante, devido às crenças da sua etnia e à semelhança de muitas outras pessoas trans, por motivos étnicos, religiosos ou devido ao preconceito e estigma social tão presente numa sociedade cis-heteronormativa, laços sociais e familiares são irreparavelmente cortados e destruídos. A rejeição e reprovação social e familiar mostram-se uma realidade para algumas pessoas trans, uma vez que a sua “diferença” desafia as normas e constructos sociais vigentes.

Se estas pessoas trans são rejeitadas e discriminadas socialmente e/ou pelas suas famílias, como se relacionam no campo afetivo e amoroso? É fácil acreditar e confiar num amor livre de julgamentos? Sendo as participantes desta investigação mulheres trans que são também trabalhadoras do sexo, como agem e entendem as suas relações amorosas?

Quanto mais convivia com as participantes desta investigação, melhor compreendia a importância dada ao corpo e ao esforço colocado em atingir uma aparência o mais feminina possível. Como já evidenciado, as roupas, cabelos, maquilhagens e procedimentos estéticos são importantes para as trabalhadoras sexuais trans, mas há um elemento que se considera que possa ser “a cereja no topo do bolo”, aquele elemento que sustenta melhor este sentimento de pertença a um mundo feminino: a

relação com os homens, ou, se quisermos, captar a atenção dos homens do ponto de vista sexual, quer em situação profissional, quer pessoal⁶.

Apesar de uma parte das mulheres trans praticarem trabalho sexual, a expressão da sua feminilidade não se limita a esse campo, mas está presente noutros contextos da vida. Com efeito, compreender que estas mulheres despendem muito tempo a planear e cuidar do seu corpo apenas para este funcionar como instrumento de trabalho é improvável, dado que estas afirmam que o fazem para se sentirem femininas e, como consequente, se sentirem desejadas por homens (Kulick, 2008). E se é verdade que o pénis numa figura feminina é valorizado no trabalho sexual, a construção da identidade de género destas mulheres não se circunscreve exclusivamente a este órgão. Dado que a construção de identidade de género depende das intenções de cada indivíduo, podendo no caso das mulheres trans ocorrer de diversas formas, esta questão merece ser objeto de análise.

No desenvolver de uma relação amorosa entre mulheres trans e indivíduos cisgénero, qual a importância e significado atribuídos à aparência física das mulheres trans e ao seu órgão sexual? Como é vivida a sua sexualidade na vida privada e como se desenvolvem as suas relações amorosas?

Quando falamos nas relações amorosas de pessoas trans, importa também perceber como estas foram construindo a sua orientação sexual ao passo que construíam a sua identidade de género. Ramalho (2020), ressalta que na adolescência e na fase das descobertas e primeiras experiências sexuais, as mulheres trans começavam por se sentirem sexualmente atraídas por indivíduos do género masculino, facto esse que não compreendiam. Para além disso, relacionavam esta atração e desejo sexual pelo género masculino aos seus comportamentos femininos que, em muitos casos, seriam apenas expressos dentro de suas casas ou quartos, quando se vestiam com roupas femininas, saltos altos e utilizavam maquilhagens. Deste modo, como entende o autor, se se sentiam atraídas por homens e tinham estes comportamentos femininos, consideravam-se por isso dentro da “regra da heteronormatividade” (*ibid.* p.131). Também Saleiro (2013) defende que antes de existir uma consciência de uma identidade de género trans é frequente que a atração por pessoas do mesmo género (nesta altura) seja entendida como uma orientação homossexual. Para Kulick (2008), esta autodenominação e suposição em ser-se homossexual devido à atração pelo mesmo sexo é um dos primeiros e principais passos que contribui para o início da construção de uma identidade *travesti*. Assim, numa fase inicial da sua descoberta e construção identitária de género, consideravam-se homossexuais para dar conta da sua diferença, uma vez que a fase em que se considerariam *travesti* ou *trans* surgiria posteriormente, numa fase mais

⁶ Apenas uma mulher trans trabalhadora do sexo participante desta investigação tem uma companheira do género feminino, embora se relacione sexualmente com pessoas do género masculino e feminino no desempenho da sua atividade sexual. Todas as restantes participantes se relacionam sexualmente (na sua vida pessoal e profissional) com indivíduos do género masculino.

avançada da sua construção identitária de gênero (Fernández, 2004 *apud*. Ramalho, 2020), ou seja, num período de pré-transição (Saleiro, 2013).

Participantes desta investigação indicaram que numa fase em que não se tinham ainda descoberto completamente a nível identitário de gênero e de orientação sexual, chegaram a namorar com mulheres cisgênero heterossexuais, mas que não sentiam qualquer tipo ou tanto desejo ou atração física, considerando por isso que algo de errado se passaria, uma vez que não se sentiam incluídas num modelo cis-heteronormativo nem tinham ainda uma explicação clara para estes sentimentos. Pelo contrário, ao se relacionarem com homens cisgênero heterossexuais, já se sentiam atraídas por estes, sendo por isso este sentimento o despertar e levantamento de alguns questionamentos.

Aos 13 anos, começou com os seus namoros, que diz serem os namoros típicos daquela idade inicial da adolescência. Aos 16 anos, começou a namorar com uma rapariga e a relação durou dois anos, até aos seus 18 anos. Diz que gostava muito dela e se davam muito bem, mas não estava satisfeita com a relação. «Faltava-me ali alguma coisa, eu não sabia o que era, porque eu até gostava da moça, e até sexualmente me satisfazia, mas era assim uma coisa que não era a 100%. Então, eu fiquei a achar que se eu com ela não me satisfazia, é porque era homossexual. A partir dali comecei a ter experiências com homens e eu pensei para mim “opá, é mesmo isto, mas continua a faltar aqui alguma coisa”». Por isto, começou a frequentar bares gays, onde começou a conhecer pessoas trans. A partir daí, deu-se uma nova descoberta: a Vânia não era apenas uma homossexual; ela sentia-se no corpo errado, ela queria expressar ser outra pessoa- a Vânia que vi hoje (Caderno de Campo, 12 de novembro de 2021).

Porém, uma relação amorosa ou sexual com homens cisgênero homossexuais já não ia de acordo com os seus desejos, uma vez que dessa forma não se sentiam desejadas como mulheres. Como entende Kulick (2008), para se sentirem realmente mulheres não basta aparentarem sê-lo, mas precisam de o sentir, através, nomeadamente, de relacionamentos com homens que possam fazê-las sentirem-se completamente mulheres, ou seja, homens cisgênero heterossexuais.

Contudo, antes da autodescoberta de uma identidade trans, as pessoas trans que se julgam homossexuais começam a aperceber-se “que ‘não se era isso’ e que se tratava de uma questão de identidade de gênero e não de orientação sexual, uma vez que o ‘desconforto identitário’ não cessava, antes, por vezes, se intensificava” (Saleiro, 2013, p.257). É através deste desconforto e das questões que levantam este relacionamento homossexual que não as satisfaz completamente que as faz

questionar e repensar, agora em relação à sua identidade de gênero e não mais no que toca à sua orientação sexual (Kulick, 2008; Saleiro, 2013). Assim, procuram que a sua identidade de gênero e identidade sexual venham a coincidir (Saleiro, 2013).

Assim sendo, será que o pênis que é valorizado no trabalho sexual trans também o é nas relações amorosas e sexuais da vida privada destas pessoas? Ou será que constitui alguma implicação nos seus relacionamentos e intimidade física? Na visão do autor, não só a aparência física é necessária para que uma mulher trans se sinta uma mulher, mas também para que isto aconteça é necessário a existência de relações sociais e amorosas que as faça sentir desejadas como mulheres, de modo a reforçar a sua feminidade. Saleiro (2013) dá conta das novas formas de entendimento da relação entre identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico. Entende que a forma como o indivíduo trans percebe o seu próprio corpo tem implicações na sua sexualidade, uma vez que o sexo biológico condiciona o “corpo sexual”, já que se o indivíduo rejeita o seu corpo ou partes dele que simbolizam sexo/gênero, condicionará as suas relações e o prazer. A aceitação do corpo do parceiro poderá contribuir para uma maior aceitação e afirmação da sua identidade de gênero e da sua orientação sexual, mesmo não estando perante casos de genitália alterada. Para além disso, como foi testemunhado através das participantes desta investigação, esta não alteração da genitália pode até ser percebida como uma mais-valia, uma vez que os parceiros sexuais valorizam sexualmente uma “feminilidade com pênis” (Saleiro, 2013, p.259), referindo que, desta forma, conseguem obter “*o melhor de dois mundos*”: uma figura feminina e um pênis que permite penetrar e ser penetrado/a (através da utilização de acessórios sexuais pelo parceiro). Uma das participantes desta investigação que tem uma parceira do gênero feminino cisgênero dá conta disso mesmo:

Sabe, Diana, sabe que nós, os crosses e as trans temos dois em um e realizamos mais coisas que a mulher comum não realiza com tanta facilidade, como o anal. A mim, para ser uma mulher, só me faltava os seios, mas, para além disso, nós tanto podemos penetrar como ser penetrados. Eu tanto sou ativa como passiva e é isso que eles procuram, porque eles nas mulheres não tem isso. Mesmo com a Maya, eu sou penetrada porque nós usamos uns brinquedos em que ela coloca aquilo e consegue-me penetrar com um pênis ao mesmo tempo que tem também prazer com o outro lado desse brinquedo”. A Maya, acrescenta que assim tem “o melhor dos dois mundos: um homem e uma mulher numa só pessoa” (Caderno de Campo, 9 de outubro de 2021).

Saleiro (2013) salienta que se a relação sexual assentar na identidade sexual da pessoa trans, este pode ser um elemento de reforço da identidade de (trans)género. No fundo, o corpo biológico pode ser, como indica a autora, moldado de acordo com a significação que o indivíduo atribui à sua identidade de género e identidade sexual. Por isso, as relações amorosas e sexuais são hoje assentes na base das características da identidade de género e orientação sexual do indivíduo trans e não tanto no sexo biológico. Assim, é o género e o modo como as pessoas trans se reconhecem e querem ser reconhecidas que define as categorias de orientação sexual e não o sexo biológico:

A possibilidade de relações heterossexuais entre duas pessoas com o mesmo tipo de características biológicas (“sexo”) ou de relações homossexuais entre pessoas com características biológicas distintas, leva-nos à proposta de redefinição do conteúdo das categorias de orientação sexual “convencionais”, no sentido de se tornarem mais inclusivas da população trans(exual). Isso far-se-á a partir de uma referência ao “género” e não ao “sexo” (Saleiro, 2013, p.260).

Os casais formados por um indivíduo trans e por um indivíduo cisgénero experienciam desafios e barreiras pautadas pela cis-heteronormatividade instituída socialmente, uma vez que existem normas, códigos e preconceitos impostos por essa mesma cultura (Alexandre e Santos, 2021). Por isso é que um dos elementos-chave na relação amorosa cis-trans é precisamente a assunção do relacionamento publicamente, uma vez que essa assunção é entendida “como uma prova inequívoca de amor por parte do parceiro” (*ibid.*, p.4) e contribui para o sucesso da relação. Para além disto, a aceitação de um parceiro trans que também é trabalhador do sexo contribui para a questão da validação social (*ibid.*) e, igualmente, para a demonstração de apoio total, nomeadamente do indivíduo cis para com o indivíduo trans, quer no que respeita à sua identidade de género/orientação sexual, quer do trabalho sexual que desempenha, conseguindo assim obter uma relação amorosa com base no apoio e compreensão.

“Eu não me importava que o meu amor mudasse de sexo”, diz a Maya (Caderno de Campo, 6 de novembro de 2021).

Uma das participantes desta investigação e a sua companheira representam exatamente o descrito. Uma mulher que começou por se apresentar à investigadora como *crossdresser* e, mais tarde, como *travesti*, uma vez que passou a adotar comportamentos e aparência física femininas em todas as esferas da sua vida e todos os dias, tem uma companheira cisgénero heterossexual que a aceitou e compreendeu, no que toca à sua identidade de género e desempenho de trabalho sexual. Para além

disso, a frase acima referida foi proferida por esta companheira, durante conversas entre a investigadora e as duas mulheres. Mostrou um apoio incondicional relativamente à sua companheira, aceitando-a de que forma fosse, com o corpo que tivesse, corroborando a teoria que entende que a existência de mecanismos de poder que se socorrem da heteronormatividade e a impõem como o caminho a seguir para a aceitação social, de modo a alinhar o desejo sexual, o corpo e a identidade de género, ou seja, que deve ser seguido o padrão cis-heteronormativo mesmo em casais constituídos por uma pessoa cis e por uma pessoa trans. No fundo, a relação amorosa construída por estas duas mulheres desafia os constructos sociais e a cis-heteronormatividade como norma social, mostrando assim que esta assunção da relação entre indivíduo trans e indivíduo cis perante a sociedade contribui quer para desafiar as normas, quer para construir uma base forte no seio desta relação. Tal como salienta Saleiro (2013), os casos de aceitação da expressão da feminilidade do elemento masculino do casal (uma vez que quando iniciaram a relação a participante tinha comportamentos de *crossdresser* e não de *travesti*) mostram-se atualmente um palco onde existem já mudanças no sistema binário de género e sexualidade, numa sociedade que se rege maioritariamente por relações estabelecidas na base do modelo cisheteronormativo.

Contudo, nem todas as relações amorosas ou afetivas da vida privada se pautam por esta aceitação mútua. Existem casos em que o indivíduo trans é colocado em posições de violência no campo das relações amorosas, afetivas ou sexuais da sua vida privada. Essa violência, segundo o observado em trabalho de campo, está ligada à preocupação social com os modos de agir e com o parecer ser da pessoa trans relativamente ao seu género. Como entende Buttler (2003), existe o desejo de uma ordem compulsória entre sexo, género e desejo. Deste modo, existe um anseio para a uniformidade entre estes fatores, que leva a que se entenda que existe como que uma obrigatoriedade em seguir os padrões e a manutenção do binarismo de género. Caso tal não se verifique, poderão existir situações de violência, mesmo que mascarada: por exemplo, quando se exige ao indivíduo trans que tenha ou contenha determinadas atitudes e comportamentos em público. E estas situações podem acontecer tanto no seio da vida familiar, como socialmente ou até mesmo em relações afetivo-amorosas, uma vez que se deseja que na matriz entre corpo, género e sexo não existam discrepâncias que possam comprometer um alinhamento perfeito entre aquilo que é socialmente desejável (Alexandre e Santos, 2021), tal como foi percebido no trabalho de campo:

A Maya afirma que «as pessoas hétero julgam. Para elas, se vissem a Luísa, era “olha, vai ali um paneleiro”», ao que a Luísa acrescenta: “as pessoas acham que somos um brinquedo, um boneco e até uma ameaça, se calhar acham que somos perigosos ou que somos doentes

mentais. E mais, eu posso dizer que cerca de 80% dos homens vê os trans e os crosses, como eu, como brinquedos sexuais. Tu viste aquele velho que me estava a chatear no club? Eles acham que somos mesmo um brinquedo. Os homens não conseguem ter prazer a nível psicológico mas só a nível físico. Eu, por exemplo, não olho para uma mulher como uma tentação. Eu penso que uma mulher tem é de ser sempre tratada com respeito, acima de tudo!", ao que Maya acrescenta: "já viu a sorte que me saiu?" (Caderno de Campo, 6 de novembro de 2021).

A sua relação com homens, a nível amoroso ou de amizade, diz não ser fácil. Utiliza uma aplicação de encontros gays e trans chamada Grindr. Aqui, é abordada por muitos homens, novos e mais velhos, incluindo também homens casados e, das suas experiências, diz que "os homens são malucos!". Conheceu na aplicação um rapaz na casa dos 20 anos. Depois de algumas mensagens trocadas, estavam a combinar encontrar-se. Daqui, mostrou-me a seguinte conversa entre eles, que se passou depois de terem marcado um primeiro encontro:

Rapaz: "Mas tu não vais ter muitos tiques, pois não?"

Alice: "Ahaha, como assim?"

Rapaz: "Se os rapazes e as raparigas que passam por ti na rua notam que és trans? Não vais fazer espetáculos pois não?"

A Alice não quis falar mais com ele. Diz que "isto deixa mesmo mal uma pessoa". No dia seguinte, o rapaz voltou a insistir para se encontrarem, dizendo-lhe: "Adoro os teus lábios linda, vens fazer sexo oral?". A Alice considera que a forma como os homens lidam com ela antes e depois de saberem que é trans é totalmente diferente. Alguns, quando ela lhes conta que é trans, bloqueiam-na e deixam de lhe falar. «Isto é um horror, é muito triste, deixam de falar comigo, ignoram-me logo. Outros, pelo contrário, ao saberem que sou trans, só me querem usar para sexo. Às vezes sinto que para eles só sou como um objeto sexual. Alguns dizem-me tipo "fodes e bazas"». Num dos encontros que teve, com um outro rapaz, este "forçou-me a chupar e eu não queria, mas fiz... Ele levou-me para um sítio escondido sem me perguntar. Eles querem que eu dê o rabo, mas eu não quero. Ainda não tenho a pessoa ideal". A Alice acredita que têm vergonha de sair com ela por causa do que os outros vão pensar, do julgamento que diz que a sociedade faz. Diz que "é muito difícil ser trans. Eu

antes queria ter nascido mulher mas pronto. Eu também gosto de ser diferente”. Disse-me que estas aplicações de encontros lhe estão a abrir os olhos porque consegue entender que os homens só a querem usar, sendo difícil encontrar alguém para uma relação séria. Já chorou muito devido a estas situações e sente-se rejeitada (Caderno de Campo, 24 de outubro de 2021).

A reação deste e de outros jovens em conversação com esta participante, ou até noutros casos não exclusivamente relacionados com relações afetivo-amorosas, mas também ligados ao trabalho sexual, ilustra precisamente situações em que na vida e em conversa privada uma identidade de (trans)género que não é desvalorizada ou estigmatizada, pública e socialmente, por estar perante os olhares da sociedade, torna-se precisamente no oposto. Por outras palavras, uma relação entre indivíduo trans e cis, em modo privado, não representa qualquer tipo de estigma, mas a assunção ou visualização desta relação publicamente constitui receios, vergonha ou até mesmo aquilo que Cohen (2002) designou por *pânico moral*. O autor indica a existência de demónios populares, que são “visible reminders of what we should not be” (*ibid.*, p.10), referindo-se a tipos sociais distintos que estão normalmente ligados à violência, a comportamentos desviantes e delinquentes, ou seja, comportamentos socialmente reprovados. Deste modo, estes “demónios populares” causam um *pânico moral* na sociedade: uma reação social exagerada e baseada numa perceção falsa dos comportamentos ou identidades de determinados grupos sociais marginalizados, levando a que a sociedade considere que estes comportamentos são de risco e poderão afetar a ordem social, no que toca aos valores e interesses societários. Isto tem como consequências, como já discutido, exclusão e estigma social. Segundo Miskolci (2007) este conceito demonstra o que é tolerado socialmente e o grau em que a diversidade pode ser tolerada, estando estes limites em constante reavaliação social, podendo, posteriormente, levar a mudanças sociais. Por isto, quer a assunção de uma identidade trans assim como trabalho sexual de pessoas trans poderá levar a situações de *pânico moral*, uma vez que é um comportamento considerado fora da norma, do ponto de vista social, que causa confusão e perturba, já que a sociedade é obrigada a deparar-se com a diferença.

A forma como alguns pretendentes abordam e lidam com pessoas trans e através do caso acima ilustrado, torna perceptível que o género é composto pelos significados culturais que o corpo trata de assumir (Buttler, 2003) e que existe de facto uma imposição social pela cisheteronormatividade e pela ordem binária do sexo e género. Como salienta a própria autora, “a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do género” (*ibid.*, p.28). Por isto, o estigma e a violência, nas suas mais diversas formas, a que as pessoas trans estão sujeitas devido à sua autoidentidade de

(trans)gênero remetem para a discrepância entre aquilo que Goffman [1988 (1963)] entende por identidade social virtual e identidade social real: a não conformidade entre o expectável e o real, no que toca, neste caso, às normas sociais impostas acerca do sexo e género. Assim, a *gestão de impressão*, ou seja, a resposta do indivíduo perante uma situação estigmatizante tende a ser de disfarce, ocultação (*ibid.*), daí que, como referido pelas participantes, se sintam mal com comentários depreciativos vindos de pessoas próximas e desenvolvam, por isso, sentimentos negativos sobre elas próprias como falta de autoestima, de autoconfiança ou sentimentos de inutilidade.

Apesar de todas as adversidades com que se deparam ao longo da vida, devido à sua identidade de género, orientação sexual ou desempenho de trabalho sexual, percebe-se que os indivíduos trans, como acontece, a bem dizer, com todos nós, têm o desejo comum de cumprirem com aquele que é, para si, um grande objetivo: a aceitação. Embora se tenha percebido, ao longo da investigação, a importância dada ao corpo e às transformações conseguidas hormonal, física e esteticamente nas pessoas trans e um imenso desejo por atingirem uma determinada aparência até conseguirem, na sua linguagem, serem *transpassáveis*, todo este esforço não é apenas motivado por esta busca da perfeição, pela sexualidade ou pela realização de trabalho sexual, mas principalmente pela inteligibilidade social (Bento, 2006), isto é, o reconhecimento. Portanto, todas as mudanças físicas e hormonais realizadas, se no início da perceção de uma autoidentidade de género oposta à atribuída à nascença servem como afirmação pessoal e social dessa mesma identidade, a continuidade e objetivo último será fazer com que essa transformação contribua para a aceitação social (Braz *et al.*, 2020) plena e em todos os campos. Podemos salientar que é ainda através de uma construção de identidade de género baseada no sistema binário que irá assentar essa aceitação social. O indivíduo que nasce com um pénis e se quer construir como pertencente ao género feminino (ou, se quisermos, como *mulher*) entende e é entendido que será tão mais mulher quanto mais *transpassável*/conseguir ser. Ou, melhor dito, que nunca desconfiem que já pertenceu ao género oposto aquele que assumiu.

[...] ser transpassável “é bom porque é certo que isso é a busca de uma perfeição, é tentar passar pelo mais cisgénero possível e há mulheres que estão muito perto disso. No fundo, nós queremos isso para sermos aceites na sociedade e é claro que, lá está, em entrevistas de trabalho dá muito jeito ser transpassável, estar dentro dos padrões. Ninguém acha normal nem bonito uma mulher muito alta, de ombros largos” (Caderno de Campo, 20 de abril de 2021).

Socialmente, a aceitação de um indivíduo trans não irá acontecer desde logo no processo de construção de si, mas apenas quando for socialmente reconhecido como pertencente a uma identidade de género feminina ou masculina (e não como ele próprio possa entender-se a si próprio antes e durante deste processo). Por este motivo, a construção de uma identidade de género assente no sistema binário possibilita uma maior aceitação social (Ramalho, 2020; Costa, 2020). Saleiro (2013, p.70) salienta precisamente este facto, quando afirma que

o objectivo último das pessoas transexuais é apagar-se, para se desvanecer na população “normal”. O que se ganha é aceitação na sociedade, mas o que se perde é a capacidade para representar *autenticamente* as complexidades e ambiguidades da experiência vivida.

Desta forma, a motivação para a realização de alterações físicas é precisamente o reconhecimento social da identidade de género assumida (Bento, 2006) e, assim, obter a aceitação social que tanto desejam. A harmonia entre o corpo sexualizado e o género será uma pré-condição para a aceitação social do indivíduo trans, uma vez que o modelo binário instituído socialmente pressupõe ser-se do género feminino ou masculino, não deixando espaço para outras construções identitárias, ou para uma vivência de “masculinidades femininas” (Saleiro, 2013). É então a pressão exercida socialmente que funciona como alavanca para todas as alterações físicas de modo a atingir o sonho: o sonho da harmonia entre o corpo e o género; o sonho de uma transformação corporal de acordo com o desejado socialmente e incorporado pelo indivíduo; o sonho da aceitação familiar e amorosa; o sonho da aceitação social, como indivíduo pertencente a uma sociedade, como pertencente aos “normais”, que abrirá muitas mais portas. A transformação física pode, por isto, ser entendida como uma realização pessoal de um sonho que, consciente ou inconscientemente, é imposto pelas normas sociais.

4.2. AMIZADES E RIVALIDADES: OS LAÇOS E OS CONFLITOS COM OS PRÓXIMOS

A realidade encontrada no trabalho de campo revelou a existência de uma indispensável entajada, amizade e apoio de pares entre as participantes. Esta foi visível no que toca, por um lado, à questão da identidade trans e, por outro, relativamente ao trabalho sexual. Consideram natural que quem está na mesma situação que a sua irá ter uma maior e real compreensão acerca do tema e será, por isso, capaz de fornecer apoio, desenvolvendo-se assim amizades genuínas. Para Saleiro (2013, p.278), ‘os “outros” com quem se partilha o (trans)género são bastante restritos, em número e variedade’. Portanto, para além de outras pessoas trans e alguns profissionais ligados às questões da

transgeneridade e trabalho sexual, são raras as pessoas com as quais fazem partilhas em busca de apoio moral e, principalmente, orientação. A família e os amigos podem fornecer apoio, como referido nesta investigação. Contudo, acerca de questões mais profundas e específicas, há uma tendência para procurarem uma ajuda de pares.

Não obstante, o facto de partilharem histórias de vida e percursos idênticos, dentro das suas diversas particularidades, reúne igualmente condições para a existência de conflitos, também estes relacionados com questões acerca de identidade de género e trabalho sexual. Desde o início da investigação, foi perceptível a demarcação que as participantes faziam relativamente a outras pessoas trans. Ainda no processo de angariação de participantes para este estudo, num processo de amostragem de bola de neve, questionava as participantes já contactadas sobre X pessoa. Por vezes, a resposta obtida era como a que se apresenta de seguida:

[...] questioneei a Catarina se a conhecia, numa tentativa de chegar mais facilmente a esta travesti e de modo que esta se sentisse mais confortável e com confiança em falar comigo. “[...] Quem? A Ariane? Foda-se, ela é uma bicha, é um gajo autêntico! [...] É um gajo, porco do caralho. Diz ele que gosta de fazer amor à antiga. Gosta, gosta, faz é sem camisa e leva 20 euros o filho da puta, porco!” (Caderno de Campo, 16 de setembro de 2021).

Ora, deste modo, e ao longo da investigação, foi-se assistindo àquilo que Saleiro (2013, p.251) designa como “*hierarquias da autenticidade*”, e que Pelúcio (2004 *apud.* Ramalho, 2020, p.206) denomina como “*hierarquia de género*”. Para que uma pessoa trans faça parte de qualquer um dos níveis pertencentes a esta *hierarquia de género*, deve portanto provar a sua autenticidade como tal. No topo desta hierarquia, aquela que se mostra como a mais regulada de todas as categorias de (trans)género é a transexualidade, por ser aquela que é mais valorizada (Saleiro, 2013). Desse modo, para que se seja reconhecido como transexual, é necessário que se faça prova disso, tal como acontece com as restantes categorias (transgénero, *travesti*, *crossdresser*, etc.). E por isto, como entende a autora, uma vez autorreconhecido como um indivíduo transexual, parece existir uma atitude de ‘*gatekeeper*’ desse “*espaço social de género*”. Por outras palavras, um transexual reconhecido como tal e estando, desse modo, no topo da hierarquia, por esta ser a categoria mais valorizada, uma vez que é também aquela mais complexa de alcançar, parece criar uma demarcação clara entre aqueles que pertencem e os que não pertencem a esta categoria de género. Assim, para que cada uma das pessoas trans seja reconhecida como tal, parece ter de fazer prova da categoria à qual diz pertencer. Para estes, que “atingiram o topo” (embora a busca pela perfeição seja incessante), é de suma importância o mérito e

a notoriedade que atingiram. Desse modo também o é a redução e distinção identitária daqueles que não pertencem à mesma categoria, para não possibilitar “confusão” acerca da identidade de gênero que consideram diferente da sua e, também, para obterem desse modo maior visibilidade (*ibid.*). Esta hierarquia e categorização constituída por identidades distintas permitem salientar a “autenticidade” de uns e a “imitação” de outros, dentro do grupo, no que respeita às idealizações de gênero (Ramalho, 2020).

Sendo a inteligibilidade social tão desejada pelas pessoas trans, qualquer que seja a sua “categoria”, que é sentida como um sonho quando alcançada, estas não admitem ou aceitam que possam ser confundidas com outra categoria diferente da sua. E de que modo é medida esta distância entre as várias categorias? Saleiro (2013) considera que a permanência numa dada categoria de gênero (uma vez que o gênero não permite flutuações entre categorias), a aparência corporal, a sexualidade e também o estilo de vida são as dimensões através das quais se pode medir e classificar uma determinada categoria de (trans)gênero. Como entende, a demarcação entre os indivíduos transexuais e *travestis* parece ser aquela que é mais vincada, caracterizando-se a diferenciação entre ambas as categorias através da “permanência no papel e expressão do gênero desejado” (Saleiro, 2013, p.252), uma vez que se entende que a transexualidade é um estado permanente da expressão de gênero, ao contrário da expressão *travesti*. Ramalho (2020, p.207) relembra que as concepções e definições do que é ser-se *travesti*, segundo alguns autores, apesar de serem válidas, apresentam-se incompletas, uma vez que não são capazes de “captar a pluralidade destas experiências identitárias”, por parecerem querer demonstrar que a identidade *travesti* é estável e uniforme. Acerca da discussão sobre aquilo que se pode entender sobre as várias identidades trans, o autor entende que sendo estas identidades vastas e complexas, elas também não são fixas. Ao invés, através das trajetórias de cada um dos indivíduos e da sua construção de (trans)gênero, se encaixavam naquilo que Saleiro (2013, p.202) designa como “lugares de gênero”, não havendo por isso um “lugar fixo”.

Mesmo durante a presente pesquisa se foi percebendo as diferentes concepções sobre as várias identidades trans dentro do próprio grupo. A categoria com que cada uma das participantes se autoidentificava, em alguns casos não coincidia com a categoria atribuída por outras participantes do grupo. Contudo, mesmo em casos em que as autodesignações e a designação do grupo coincidissem, assistiu-se àquele que se mostrou como o principal motivo de conflito, mesmo que indireto: a luta pela hierarquia de autenticidade. Não tendo visualizado ou ouvido qualquer confronto direto entre as participantes, em conversas entre si e com a investigadora, vários foram os momentos em que algumas participantes desacreditaram outras como pertencentes a determinada categoria trans mostrando o seu desagrado.

Contou-me que ultimamente tem tido menos trabalho e que considera que isso tem um motivo: as pessoas se aproveitarem da sua fama e do seu reconhecimento como mulher para angariarem clientes e fazerem conhecimentos. Isto já tem vindo a ser dito pela Denise desde que a conheci, mas nesta chamada parecia-me particularmente incomodada e decidiu, desta vez, contar-me o verdadeiro motivo: 'Sabes, Diana, é que elas vêm todas cheias de sorrisinhos, a dizer "ai ó Denise tu é que és linda, que maravilhosa!" mas elas no fundo são mas é umas interesseiras! E depois vêm elas para o Instagram e para o clube a dizer que são trans, e os homens, burros acreditam nelas e vai-se a ver e elas são crosses. Elas não tem dois dedos de testa para pensarem? Não sabem que eu tenho família? Andei eu aqui e a Catarina igual, a sermos apontadas na rua, anos e anos, a passar por cirurgias, hormonas, tudo, para chegar onde chegamos e para a sociedade nos reconhecer como mulheres, para virem agora estas fazerem-se passar por mulheres, que não são, e os burros dos homens, que só querem um buraco, vão na cantiga! E ainda dizer "ai conheces a Denise? Eu sou amiga dela!" para ganharem clientes e até me roubarem os meus! A minha sobrinha que viu no Instagram a X a dizer que era mulher veio-me perguntar afinal o que é que eu era e qual era a diferença e eu tive de andar a explicar-lhe. Estou desanimada e revoltada com isto, Diana! Eu sofri para chegar onde cheguei, a Catarina igual e ela que diga!'. De facto nunca tinha visto a Denise tão consumida por uma adversidade, das muitas pelas quais já passou. Considera que passou por um doloroso e longo processo para ser socialmente reconhecida como mulher e diz ver agora o seu nome e identidade manchados devido a outras pessoas, que são crossdressers, a autodenominarem-se como mulheres, o que não lhe agradou. Por isso, diz que pretende afastar-se dessas pessoas, numa tentativa de se acalmar e tentar recuperar a "ótima reputação" que diz ter (Caderno de Campo, 11 de abril de 2022).

Estes lugares e hierarquias de género estão igualmente presentes no trabalho sexual realizado pelas pessoas trans. Dentro do próprio grupo assistiu-se a rivalidades no que toca ao desempenho desta atividade. Angariar clientes é um processo realmente importante, atendendo que se trata de trabalhadoras com uma especificidade: estas são mulheres trans e, por isso, com pénis⁷. Assim como

⁷ Referindo-me aqui apenas as participantes desta investigação, as quais nenhuma destas realizou, durante o trabalho de campo, qualquer cirurgia de redesignação sexual, embora algumas têm essa intenção ou estão já na lista de espera para a referida cirurgia.

as trabalhadoras sexuais cisgénero, estas também colocam anúncios em *sites* e jornais, fazem sessões fotográficas e utilizam as redes sociais para promoverem o seu trabalho (até onde lhes for permitido, de acordo com as regras e políticas de determinada rede social como Onlyfans ou *Instagram*).

Se as trabalhadoras sexuais trans existem em menor número, quando comparadas com trabalhadoras sexuais cisgénero (Oliveira, 2018), os clientes que as procuram vão em busca da sua singularidade, ou seja, de um pénis numa figura feminina. Assim, estas trabalhadoras sexuais acreditam que os seus clientes desejam realizar com mulheres trans fantasias sexuais que não têm a possibilidade de realizar com trabalhadoras sexuais cisgénero ou têm vergonha de realizar com as suas parceiras sexuais ou companheiras. Contudo, dentro deste grupo de trabalhadoras, à semelhança do que acontece nas restantes esferas das suas vidas, existe a vontade e necessidade de sentirem que estão no “topo da hierarquia”. Apesar de representarem um número reduzido de trabalhadoras e por deterem uma certa singularidade, estas mulheres entendem que quanto mais *transpassáveis*, bonitas e sensuais aparentarem estar, mais atrativas serão para os seus potenciais clientes, mais clientes conseguirão angariar e, com isso, conseguirão mais trabalho, reconhecimento como profissional do sexo mas também como mulher (auto-reafirmando também a sua identidade de género, através do trabalho sexual) e mais dinheiro conseguirão obter.

Como discutido no capítulo 3.3., a pandemia mostrou-se como um entrave ao trabalho sexual, uma vez que os contactos físicos eram desaconselhados pelas autoridades de saúde. Contudo, dois anos após os primeiros casos em Portugal, e numa fase em que todas as medidas restritivas foram levantadas, os relatos de escassez de trabalho sexual continuam. Porém, estes vêm acompanhados, muitas vezes, com críticas e desabafos acerca de outros atores sociais, nomeadamente outras trabalhadoras sexuais. Acreditam que a pandemia trouxe impedimentos, principalmente económicos, para o trabalho sexual. O facto de algumas trabalhadoras não conseguirem *praça*, de modo a trabalharem noutras cidades também é algo impeditivo. Não obstante, o motivo que as deixa mais incomodadas é acreditarem no facto de existirem trabalhadoras sexuais que tentam *roubar clientes* às colegas. Admitem que isto acontece por motivos óbvios, como o de obtenção de dinheiro. Contudo, a hierarquia de género mostra-se, neste campo, alvo de extrema importância. Se as mulheres trans (entendendo-se aqui como transexuais) não admitem que socialmente possam ser confundidas com *travestis* e *crossdressers*, no trabalho sexual muito menos, uma vez que entendem que esta assunção pode colocar em causa o seu trabalho, a sua obtenção de renda e, mais uma vez, o seu reconhecimento como *mulher*. O cerne da questão prende-se, mais uma vez, com a inteligibilidade social, que condiciona também o desempenho com sucesso da sua profissão. De igual modo, no trabalho sexual, ser reconhecida como mulher, apesar da busca do cliente por um pénis numa figura feminina, é essencial para estas trabalhadoras. Assim,

aquelas que se situam num estado de hibridez de género (Saleiro, 2013), como as pessoas *crossdresser*, por serem entendidas como não comportando uma permanência na expressão e identidade de género, não devem ser reconhecidas como tal, nem no trabalho sexual, segundo a visão das mulheres transexuais. Portanto, verifica-se que também no campo do trabalho sexual a demarcação de uns e outros existe e é, para estas trabalhadoras, importante, uma vez que acreditam que a autenticidade e o reconhecimento como mulher podem ser valorizados pelos clientes, contribuindo estas características também para a sua autoafirmação de identidade trans, bem como e sobretudo para o seu reconhecimento como mulheres e para a manutenção da sua autoestima. No desenvolver do trabalho etnográfico assistiu-se a uma situação como a que se relata de seguida, onde surgem comentários das participantes que espelham o referido:

A Frederica, que iria atuar e que faltou com a sua presença sem qualquer aviso ou justificação, foi muito criticada: "Ó Catarina, tu já viste se eu fazia igual e também não aparecia? Como é que a Jéssica ficava? Fazia figura de burra, a dizer que as pessoas vem e afinal não aparecem?", diz a Denise. A Catarina concorda e a Denise acrescenta que «amanhã vou por uma fotografia no Insta e vou escrever: "afinal, a verdadeira top(trans) fui eu". Pareceu-me haver aqui uma certa rivalidade entre as duas, sendo que, ainda antes do jantar, a Denise já me tinha avisado que havia entre elas muita falsidade, muitos sorrisos e simpatias falsas, apenas para que se publicasse "uma fotografiazinha no Insta, com o arroba a identificá-las, porque a Denise tem milhares de seguidores e isso convém-lhes, porque com os seguidores vem os clientes e o dinheiro, não é?" (Caderno de Campo, 9 de outubro de 2021).

Para além de considerarem importante estar no topo da "hierarquia de género" (2004 *apud*. Ramalho, 2020, p.206), aquelas que se consideram, dentro do grupo, no topo da mesma, parecem lutar entre si por cada vez mais reconhecimento social, na sua profissão e dentro do próprio grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade social de mulheres trans trabalhadoras do sexo, captada através do estudo etnográfico desenvolvido no âmbito desta dissertação, revelou a existência de vivências e contextos pautados pelo estigma, discriminação e vulnerabilidades nas mais diversas dimensões da vida quotidiana.

Os objetivos que pautaram a realização desta investigação centraram-se em questões e vivências de (trans)género, trabalhando concretamente com e sobre mulheres trans, abrangendo assim mulheres transexuais, transgénero, *travestis* e *crossdressers*. Não obstante, a particularidade deste estudo foi, para além das questões de género, trabalhar com mulheres trans que realizassem trabalho sexual, de modo a compreender e a descrever as suas trajetórias de vida, com recurso à pesquisa etnográfica.

Por isto, em primeiro lugar, importa ressaltar o facto destas mulheres se encontrarem numa situação de múltiplas estigmatizações. Explicitando, começam por desafiar as normas sociais no que toca à ordem social de género, que se rege pelo modelo binário e pela cisheteronormatividade. A sua identidade de género que, por muitas vezes ser incompreendida ou estranha à sociedade, é alvo de crítica e preconceito, sendo estes indivíduos, por isto, discriminados e excluídos socialmente. Deste modo, os constrangimentos causados pela ordem social à vida destas mulheres trazem implicações para a sua vida pessoal, uma vez que condicionam sempre, de alguma forma, os seus relacionamentos. A estigmatização também se faz notar na sua vida profissional, uma vez que várias portas se fecham para a maioria destas mulheres, devido à sua aparência física. Tal impacta severamente no seu bem-estar emocional e psicológico, dado que enfrentam inúmeras situações que as colocam em posições de grande vulnerabilidade, necessitando de um suporte e apoio emocional, físico e psicológico muito forte. Por fim, desempenham uma atividade profissional que carrega uma representação social negativa, que se reflete igualmente na sua vida pessoal e social, bem como na sua inserção no mercado formal de trabalho.

É certo que socialmente existe ainda muita desinformação acerca das definições daquilo que é ser-se trans, acabando por também contribuir para que estas pessoas continuem a ser olhadas com desconfiança, tal como se verificou neste estudo. Mesmo na literatura não existe uma total concordância sobre o que se pode entender acerca das diversas designações referentes às suas situações e lugares de género, dada a sua complexidade, estando por isso em aberto o debate, para além da evidente carência de estudos, em Portugal, sobre identidades trans. Mesmo no próprio grupo, por vezes, as designações utilizadas pelas participantes não coincidem entre si. Ainda assim, nunca é demais chamar a atenção para a necessidade da desconstrução destes conceitos, para a sua abordagem, discussão e

esclarecimento, para que estas pessoas, a sua identidade, vivências e ações sejam cada vez mais compreendidas e acima de tudo socialmente reconhecidas e respeitadas.

Tendo-se tratado de um estudo com vertente etnográfica, as relações estabelecidas entre investigadora-investigadas vieram a mostrar-se determinantes, uma vez que seria necessária a abertura e confiança na investigadora por parte das investigadas e a demonstração de respeito e compreensão por parte da investigadora, para que fosse possível a obtenção dos relatos conseguidos. Aqui foi visível que indivíduos socialmente discriminados e até insultados em diversas ocasiões conseguem, com quem os respeita, abrir o “livro” da sua vida, sem receios e visivelmente com orgulho e alegria nessa partilha.

Analisando a sua trajetória de vida, focando-nos na construção identitária das participantes, percebeu-se que a fase da adolescência é a fase das suas vidas onde começam a repensar alguns comportamentos tidos em criança, nomeadamente o brincar com roupas e maquilhagens femininas, geralmente das suas mães ou familiares diretas. É uma fase de descoberta, onde se sentem algo confusas, mas onde procuram respostas para as suas inquietações em relação ao género, uma vez que se sentem desajustadas em termos comportamentais e emocionais. Para além de ser uma fase de construção identitária, é ainda uma fase onde se inicia a procura pelo esclarecimento da sua orientação sexual. Foram gerais os relatos obtidos que contavam sobre pensamentos de uma suposição de pertença à homossexualidade, dada a confusão sentida, na fase de adolescência. Porém, esse é um dos primeiros pontos que as faz perceberem ainda melhor que, de facto, essa não é a sua questão, mas o facto de desejarem ter comportamentos, atitudes, ações e viverem como o género oposto. Terem relações amorosas com raparigas, na sua fase de autodescoberta, parece, para estas mulheres (na altura, homens), como que um teste à sua própria orientação sexual. Percebendo que algo não está em conformidade com o que as faz sentir confortáveis ou atraídas física e sexualmente, começam a surgir questionamentos sobre a sua própria orientação sexual, uma vez que, num primeiro momento, estas mulheres consideram que poderiam ser “apenas” homossexuais. Sendo que algumas delas iniciam posteriormente relacionamentos homoafetivos e apesar de se sentirem atraídas por homens, o desconforto que sentem não desaparece, levando-as a terem mais um motivo para questionarem a sua autoidentidade de género. Assim, as relações amorosas na adolescência são mais um dos fatores que as impulsionam a realizarem uma autoanálise sobre a sua identidade de género.

Estes pensamentos são, num primeiro momento, guardados para si mesmas, dadas as questões, incertezas e medos que experienciam nesta fase de descoberta de si. Posteriormente, são partilhados com as suas famílias, amigos e/ou pares, numa tentativa de se sentirem libertas do que as preocupa e consome, já que sentem como se guardassem um segredo, mas também na busca de apoio e suporte emocional para lidarem com esta fase de construção identitária. Esta partilha com a família

e/ou amigos dá-se também apenas após verem esclarecidas questões que tinham inicialmente, quando conquistam alguma confiança sobre quem são e quem querem ser. Apesar dos receios sentidos por estas mulheres na assunção de uma identidade de género diferente da expectável à família e/ou amigos, verifica-se que estas têm já percebido a designada *perturbação de identidade de género*, principalmente a figura materna, figura essa que é, no seio familiar, entendida como aquela que maior apoio e compreensão demonstrará, ao contrário da figura paterna/masculina. Assim como na escola, também pode ser na família em que ocorrem as primeiras situações de estigma, discriminação, violência física, verbal ou psicológica ou de negação e tentativa de encaixe do indivíduo em questão nos moldes e ordem social estabelecidos. Por isto, vivem na escola ou até mesmo no seio familiar as primeiras experiências transfóbicas, numa fase em que estão no processo de descoberta e construção de si.

Foram verificadas diversas situações em que, devido ao estigma, vários são os limites colocados à vida destas mulheres. A pressão social para a necessidade e quase obrigatoriedade de pertença a uma “normalidade”, o modelo de género binário, o estigma, a falta de respostas sociais e a nível médico e de saúde estimulam as mulheres trans a iniciarem a realização de trabalho sexual. Introduzidas e incentivadas por pares, buscam na realização de trabalho sexual o caminho para a obtenção de recursos monetários de modo a conseguirem realizar cirurgias e tratamentos estéticos, comprar roupas, maquilhagens, sapatos, acessórios e outros, por forma a construírem a aparência física feminina que desejam. Apesar de existir, no Serviço Nacional de Saúde, um serviço que auxilia estas pessoas no seu processo de transição, a nível psicológico e em tratamentos hormonais e cirúrgicos, estes são frequentemente realizados por profissionais pouco preparados para lidarem com estes indivíduos. Os modelos médicos pelos quais se regem são ainda baseados em valores morais que podem afastar e/ou causar receios nestes indivíduos, uma vez que estes têm de apresentar um discurso de acordo com os moldes estabelecidos, para que sejam considerados “verdadeiros transexuais”, de modo a serem evitados “erros”, “falsos transexuais” ou pessoas trans homossexuais. Para além disso, os relatos das participantes revelaram um descontentamento com a morosidade do processo e avaliações necessárias para obter este acompanhamento médico no Serviço Nacional de Saúde. O facto deste serviço não contemplar outros procedimentos que estas mulheres consideram necessários para a sua transformação física, tendo por isso que recorrer a serviços privados é também motivo de descontentamento. Verem o seu corpo a passar pelas mudanças que desejam tão lentamente, para além de influenciar a sua autoestima, dificulta-lhes a inserção no mercado formal de trabalho, devido à sua aparência física, assim como se sentem menos confiantes na utilização do espaço público, devido aos olhares, comentários e insultos de que são alvo. O campo do emprego é onde se sentem mais discriminadas e estigmatizadas,

passando até por situações de violência verbal, muito devido à sua aparência física, condicionando, por isso, outras dimensões da sua vida.

Na sequência disto encontram no trabalho sexual uma via dita “fácil” e rápida de obterem dinheiro para estes procedimentos. Embora o trabalho sexual não se apresente como o único caminho a seguir pelas mulheres trans, este é, em grande parte, aquele que se mostra como o mais fácil e rápido, uma vez que o seu contexto socioeconómico não lhes permite realizar os procedimentos que desejam, já que são vários e têm custos elevados e viam neste trabalho uma forma mais rápida de os concretizar. O estigma remete estas mulheres para situações de exclusão social e económica, marginalização social e clandestinidade. O trabalho sexual mostra-se como uma oportunidade, não só de realização das suas necessidades económicas e de sobrevivência, mas também como lugar onde poderão construir-se a nível identitário de género e onde vão, paralelamente, se construindo como mulheres. É no desempenho da sua profissão que vão buscar uma reafirmação da sua identidade de (trans)género, uma vez que é um contexto que lhes permite expressar a sua feminilidade, sentindo-se desejadas como mulheres e elevando a sua autoestima. Apesar do corpo ser muito importante na sua identidade pessoal e de género, a genitália não o é, uma vez que consideram que “o que têm no meio das pernas” não as define como homens ou como mulheres, mas sim a forma como se sentem. Para além disso, sentem que um pénis numa figura feminina é valorizado no trabalho sexual, uma vez que lhes é permitido penetrar, serem penetradas e oferecer ao cliente tudo isto num corpo que sentem e é reconhecido como feminino. À exceção de apenas uma participante, as restantes atendem apenas indivíduos do género masculino e acreditam que a sua aparência feminina e o seu órgão sexual masculino é uma mais-valia para a realização das fantasias destes, fantasias estas que desejam realizar com mulheres trans. Estas, por sua vez, entendem que os seus clientes não têm o à-vontade ou a coragem de realizar os seus desejos sexuais, sobretudo os entendidos como mais obscuros, com as suas companheiras e, por isso, procuram-nas para realizarem os seus fetiches sexuais.

Nesta construção de uma identidade de género fora da cisgeneridade, estão presentes fatores como um encaixe no modelo binário de género e o facto de este ser o caminho a seguir para que as pessoas trans se sintam como pertencentes a uma categoria socialmente aceite. A sociedade tem um peso significativo no modo como estas mulheres apresentam os seus corpos, uma vez que o seu objetivo último é serem transpassáveis.

Se socialmente se sentem marginalizadas, discriminadas, insultadas e apontadas, conseguiu-se verificar que se sentem muito bem inseridas em espaços frequentados por pessoas trans e também por pessoas cisgénero, para efeitos de socialização, nomeadamente e maioritariamente espaços de diversão noturna. Nestes espaços, ao contrário do que acontece no espaço público comum, sentem-se admiradas

e, acima de tudo, respeitadas e aceites, tal como acontece no trabalho sexual. A sua inserção nestes territórios permite-lhes distanciarem-se, por momentos, da realidade social que enfrentam todos os dias, funcionando, por isso, como um escape à sua vida quotidiana. Contudo, mesmo quando frequentando espaços de diversão noturna comuns ou, na linguagem das participantes, “normais”, sentem-se muito admiradas por homens e por algumas mulheres, embora nem sempre respeitadas. Fazem questão de referir que nesses espaços de convivência com pessoas cisgénero, os homens as admiram mais do que as mulheres cis e que estas sentem certo ciúme, situação que tem impacto positivo na sua autoestima. Ainda assim, situações de conflito acerca da utilização de espaços como o *wc* ou da identificação destas mulheres como *homem* ou *mulher* é ainda motivo de desacordo entre estas e utilizadores ou trabalhadores destes espaços.

A pandemia de COVID-19 veio evidenciar as vulnerabilidades existentes na vida destas mulheres e a falta de apoios por parte do Estado português. Colocou estas mulheres em situações em que viam o seu volume de trabalho a diminuir de dia para dia, chegando este a ser nulo, dadas as recomendações de distanciamento físico por parte das autoridades de saúde. Se antes se encontravam desamparadas, num sistema governativo que não as esquece, mas nada faz por estas mulheres trabalhadoras do sexo, com a pandemia o cenário manteve-se.

Apesar da falta de apoios, da incompreensão sentida, do trabalho que realizam, elas lamentam sobretudo o estigma que sentem diariamente, uma vez que é este que as limita de irem mais além, de serem felizes e realizadas. Assim, as amizades e apoio de pares que mantêm no interior do grupo são essenciais, uma vez que buscam nestas amizades a compreensão que não conseguem obter com mais ninguém, dado que entendem que só quem passa pelas mesmas vivências que as suas tem uma maior e real compreensão acerca destas. Contudo, é inegável a existência de uma luta pela hierarquia de autenticidade, também visível no campo do trabalho sexual. Apesar da inegável existência de amizades verdadeiras e de suporte e apoio de pares encontrado entre as participantes ao longo do trabalho de campo, estão também presentes as rivalidades e atitudes que refletem expressões de competição entre estas mulheres. O domínio da expressão da feminilidade e da busca pela aparência de mulher perfeita, pelo reconhecimento como mulher (cisgénero), revelaram aquilo que se pode entender como a reprodução do estigma de que socialmente são alvo no próprio interior do grupo, embora não em todas as situações. Se socialmente é exigida a permanência num modelo de género binário, não sendo bem aceite desvios de género, no seio do grupo verificou-se igualmente a importância atribuída à demarcação daquelas que são “aceites” ou entendidas como mulheres e aquelas que, na linguagem utilizada pelas participantes, são “gajos autênticos”. No próprio grupo, numa demarcação clara dos vários níveis que compõem a hierarquia de (trans)género, parece existir a exigência de uma tomada de permanência num

género ou outro, ou seja, a permanência como mulher feminina ou como homem masculino. Esta questão parece dicotómica, uma vez que se assiste, dentro de um grupo de pessoas trans, ou seja, que se distancia das normas sociais regidas pelo modelo binário do género e pela cisheteronormatividade socialmente instituídas, à procura de um encaixe dentro destes modelos, numa tentativa de demarcar, classificar e pertencer a uma identidade de género entendida como feminina ou masculina. No fundo, verifica-se a existência de uma projeção, nos outros próximos, do estigma de que elas próprias são alvo, no que toca à identidade de género, aparência física e práticas.

Apesar de tudo, estas mulheres não lamentam o seu trabalho, uma vez que algumas referem gostar e ter prazer no trabalho que desempenham, mas lamentam o facto de viverem socialmente marginalizadas e estigmatizadas. O seu objetivo último é sentirem-se aceites e reconhecidas socialmente, serem felizes. Por isso, esta investigação revela precisamente a necessidade de agir. E agir principalmente através de uma agenda desestigmatizante das pessoas trans e do trabalho sexual. Estas pessoas precisam de respostas e apoios quer no âmbito da saúde, dos seus processos de transformação, que são morosos e complexos, quer dos próprios profissionais de saúde que muitas das vezes não estão sequer preparados para trabalhar e ajudar estas mulheres. Para além disto e apesar dos esforços já realizados, urge ainda a necessidade de lutar pela regulamentação desestigmatizante e pró-direitos do trabalho sexual. A sua legalização é apoiada por estas mulheres que entendem que seria benéfico para si, para os seus clientes e para a sociedade, uma vez que existiria maior segurança, saúde e lhes traria maior segurança financeira, enquanto cumpririam com as obrigações gerais a que estão submetidos os contribuintes. Enfim, o próprio modelo binário, tão enraizado tanto na sociedade como nestes profissionais, não deixa de ser interpelado exigindo o reconhecimento de outras identidades de género. É necessário conhecer as causas da estigmatização para que esta deixe de existir em todas as esferas da vida social e na vida destas mulheres que só querem ter o direito a ser o que entendem ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, V., Santos, M. (2021). Conjugalidade Cis-Trans: Reinventado laços, desestabilizando certezas. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 41, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003224044>
- Almeida, M. V. (1995). *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Etnográfica Press.
- Associação ILGA Portugal (2008, fevereiro). *Transexualidade*. <https://ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/Transexualidade-ILGA-Portugal-net.pdf>
- Associação para o Planeamento da Família. (2014, julho). *Posição APF: Trabalho Sexual*. <http://www.apf.pt/noticias/posicao-apf-trabalho-sexual>
- Barnes, J. A. (1994) *A pack of lies: towards a sociology of lying*. (1ª Edição). Cambridge University Press.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo. Sexualidade e género na experiência transexual*. (1ª Edição) Garamond.
- Braun, V., Clarke, V. (2013). *Successful Qualitative Research: A Practical Guide for Beginners*. (1ª Edição). SAGE Publications.
- Braz, D., Reis, M., Horta, A., Fernandes, H. (2020). Vivências familiares no processo de transição de género. *Acta Paulista de Enfermagem*, 33, 1–8. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020A00251>.
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do Sexo. Em Louro, G.. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 151-166). 2ª Edição. Autêntica.
- Butler, J. (2003). *Problemas de género: feminismo e subversão da identidade*. (22ª Edição). Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. (1ª Edição). Routledge.
- Callander, D., Meunier, E., DeVeau, R., Grov, C., Donovan, B., Minichiello, V., Goodwin, A., e Duncan, D. (2020). Sex workers are returning to work and require enhanced support in the face of COVID-19: results from a longitudinal analysis of online sex work activity and a content analysis of safer sex work guidelines. *Sexual Health*, 17, 384–386. <https://doi.org/10.1071/SH20128>
- Coelho, B. (2019). *Figurações e Transfigurações: prostitutas acompanhantes e homens clientes em processo de construção de si*. [Dissertação de Doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa]. Lisboa. <https://www.iscte-iul.pt/tese/9852>

- Cohen, S. [2002 (1972)]. *Folk Devils and Moral Panics*. (3ª Edição). Routledge.
- Comércio, M. S., (2018). *A tutela antidiscriminatória dos trabalhadores sexuais e transgéneros*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Coimbra. <https://tinyurl.com/5ac99xfa>
- Costa, F. C., (1990). A Pesquisa de Terreno em Sociologia. In A. S. Silva, J. M. Pinto, (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 129-148). Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, M., (2020). *(Des)Construção das Identidades de Mulheres Trans Trabalhadoras do Sexo em Portugal*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Porto. <https://tinyurl.com/5mvm95vw>
- Cunningham, S., Sanders, T., Scoular, J., Campbell, R., Pitcher, J., Hill, K., Valentine-Chase M., Melissa, C., Aydin, Y., e Hamer, R. (2018). Behind the screen: Commercial sex, digital spaces and working online. *Technology in Society*, 53, 47–54. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2017.11.004>
- Decreto-Lei nº 38/2018 de 7 de Agosto da Assembleia da República. Diário da República: I série, Nº 151 (2018). <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/38-2018-115933863>
- Decreto-Lei nº 7/2011 de 15 de Março da Assembleia da República. Diário da República: I série, Nº 52 (2011). <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/2011-34463375>
- Ferreira, L. M. L. (2018). *Prostituição em Portugal: reflexão acerca de uma possível solução de regulamentação no ordenamento jurídico português*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Coimbra. <https://tinyurl.com/2p9bjs9t>
- Foucault, M. (1998). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. (13ª Edição). Edições Graal.
- Goffman, E. [1988 (1963)]. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. (4ª Edição). Editora LTC.
- Goldenberg, M. (2011). Gênero, “o corpo” e “imitação prestigiosa” na cultura brasileira. *Saúde e Sociedade*, 20(3), 543-553. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000300002>
- Gonçalves, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação Social I. Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino Teórico e Prático*. Universidade do Minho. <https://tinyurl.com/2p9bjs9t>
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo-Sentidos e Formas de Uso*. (1ª Edição). Principia.
- Kulick, D. (2008). *Travesti: prostituição, sexo, género e cultura no Brasil*. (20ª Edição). Editora Fiocruz.
- Kunh, T. S. (2011). *A estrutura das revoluções científicas*. (11ª edição). Editora Perspectiva.
- Lam, E. (2020). Pandemic sex workers’ resilience: COVID-19 crisis met with rapid responses by sex worker communities. *International Social Work*, 63(6), 777–781. <https://doi.org/10.1177/0020872820962202>

- Machado, B. (2021). *O trabalho sexual online com recurso a plataformas de distribuição de conteúdo: um estudo exploratório*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/137659>
- Maffia, D. (2003). *Sexualidades migrantes. Género y transgénero*. (1ª Edição). Feminaria Editora.
- Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28, 101-128. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>
- Oliveira, A. (2004). *Prostituição, exclusão e Violência. Estudo empírico da vitimação sobre prostitutas de rua*. II Congresso internacional de investigação e desenvolvimento sociocultural. Comunicações. pp.1-19. <https://tinyurl.com/znd4sy59>
- Oliveira, A. (2007). Prostituição, violência e exclusão ou nós e as outras. *Revista da Misericórdia – Irmandade e Sta. Casa da Misericórdia de Santo Tirso*. 14 (16-18), 1-3. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/77605>
- Oliveira, A. (2017). Prostituição em Portugal. Uma atividade marginalizada num país que tolera mais do que persegue. *Revista Bagoas*. 11(17), 201-224. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/111356>
- Oliveira, A. F. (2021). *Também temos desejo. Sexo mercantil e o prazer sexual das pessoas com deficiência*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Braga.
- Oliveira, A., Fernandes, L. (2017). Trabajadores del sexo y salud pública: Intersecciones, vulnerabilidades y resistencia. *Salud colectiva*, 13(2), 199-210. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/105463>
- Oliveira, C. L. (2008). Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. *Revista Travessias*. 2(3), 1-16. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122>
- Oliveira, N. M., Strassburg, U., Piffer, M. (2017). Técnicas de Pesquisa Qualitativa: uma abordagem conceitual. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, 17(32), 87-110. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/17496>
- Passos, T., Almeida-Santos, A. (2020). Trabalho sexual em período de pandemia por COVID-19 no contexto ibero-americano: análise de anúncios em websites. *Cien Saude Colet*. 25(11), 4237-4248. <https://tinyurl.com/3wmn88dt>
- Patto, P.V. (2018, 30 de junho). Prostituição ou trabalho sexual? *Observador*. <https://observador.pt/opiniao/prostituicao-ou-trabalho-sexual/>

- Pereira, A., (2020, 26 de março). Coronavírus: Carta aberta ao Governo por apoios aos trabalhadores do sexo. *Público*. <https://tinyurl.com/2nrxbwc6>
- Platt, L., Elmes, J., Stevenson, L., Holt, V., Rolles, S., e Stuart, R. (2020). Sex workers must not be forgotten in the COVID-19 response. *The Lancet*, 396, 9–11. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31033-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31033-3)
- Preciado, B. (2014). *Manifesto contrassexual*. (1ª Edição). N°1 Edições.
- Quivy, R., Campenhoudt, L., (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª Edição). Gradiva.
- Ramalho, N. (2019). «Virar Travesti»: Trajetórias de vida, prostituição e vulnerabilidade social. [Dissertação de Doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa] Lisboa. <https://www.iscte-iul.pt/tese/9430>
- Ramalho, N., Silva, A., Santos, B., (2015). A intervenção social com populações "desassistidas" em contexto de rua: o caso do projeto 'Trans-Porta'. *Intervenção Social*, (42/45), 207–227. <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/2200>
- Ribeiro, F. B. (2017). *Uma sociologia do desenvolvimento*. (1ª Edição). Edições Húmus.
- Ribeiro, F. B., Leite, I., e Felizes, J. (2020). Um objeto complexo e fugidio? Uma introdução crítica ao desenvolvimento. *Revista Configurações*, 25(1), 9-24. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.8126>
- Ribeiro, M., Silva, M. C., Schouten, J., Ribeiro, F. B., Sacramento, O., (2007). *Vidas na raia: Prostituição feminina em regiões de fronteira*. (1ª Edição). Edições Afrontamento.
- Ribeiro, F. B. (2004). *Sistema mundial, Manjacaze e fábricas de caju: Uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique*. [Dissertação de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro], Vila Real. <https://repositorio.utad.pt/handle/10348/28>
- Saleiro, S. (2016, 6-8 de julho). "Travesti": insulto ou identidade? [Publicação em atas de evento científico]. IX Congresso Português de Sociologia, Faro, Universidade do Algarve. <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/travesti%insulto-ou-identidade/30376>
- Saleiro, S. P. (2013). *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género*. [Dissertação de Doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa], Lisboa. <https://tinyurl.com/2xv4vu3b>
- Saleiro, S., Sales Oliveira, C. (2018). Desigualdades de (cis e trans)género. Portugal no contexto europeu. Em Renato C. *et al.* (Ed.), *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa* (pp. 131-147). Lisboa: *Mundos Sociais*. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/22054>

- Salgado, R. S. (2016). A Persona do Antropólogo na Etnografia como Ação: o jogo dos papéis, do registo e as metodologias teatrais. Em H. Martins, P. Mendes, (Orgs.), *Trabalho de Campo: envolvimento e experiências em antropologia* (pp. 201-220). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, B. (2015). A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e *travestis*. *Cadernos de Pesquisa*, 45(157), 1-22. <https://doi.org/10.1590/198053142970>
- Silva, A. S., Pinto, J. M. (1990). *Metodologia das Ciências Sociais*. (4ª Edição). Edições Afrontamento.
- Silva, F., Pena, J. (2021). Trabalho sexual e covid-19: entre o risco e a sobrevivência. *Revista Espirales*. Edição Especial, 36-43. <https://revistas.unila.edu.br/espiales/article/view/2769>
- Silva, M. C., Lima, L., Sobral, J. M., Araújo, H., Ribeiro, F.B. (2016). Introdução, estratégias de pesquisa e síntese de contributos. Em M. C. Silva, L. Lima, J. M. Sobral, H. Araújo, F. B. Ribeiro, (Eds.) *Desigualdades e políticas de género* (pp. 9-24). Húmus.
- Silva, M. C., Ribeiro, F. B. (2015). Ciências sociais, ética e bioética: o caso do trabalho sexual. *Revista Brasileira de Sociologia*, 3(5), 175-202. <https://doi.org/10.20336/rbs.99>
- Silva, M. C., Sobral, J., Bader, V., Leandro, M., Ribeiro, F., Cabecinhas, R., Cardoso, A. (2006). *Relações interétnicas: portuguesas, ciganos-portugueses e imigrantes dos PALOP: um estudo de caso no distrito de Braga*. Universidade do Minho.
- TEDx Talks. (2018, 23 de maio). *Respeitar quem faz trabalho sexual*. Alexandra Oliveira. TEDxPorto. [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=neNJUARDKa0>
- UNAIDS (2020, abril). *Resposta à COVID-19 deve defender e proteger os direitos humanos das profissionais do sexo*. <https://tinyurl.com/443zmsn8>
- United Nations Programme on HIV/AIDS (2020, abril). *Sex workers should not be left behind in response to COVID-19*. <https://tinyurl.com/4px5xs8e>
- Uriarte, U. M. (2012). O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe*, 11, 1-12. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.300>
- Vartabedian, J. (2017). *Travestis* brasileiras trabalhadoras do sexo algumas notas além da heteronormatividade. *Bagoas*, 11(17), 64-92. <https://eprints.ucm.es/id/eprint/65973/1/Artigo%20BAGOAS.pdf>
- Weber. M. (1995: 1918). O sentido da “neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas. “O Sentido da Neutralidade Axialógica nas Ciências Sociais e Econômicas”. Em *Metodologia das Ciências Sociais*.(pp. 361-398). Cortez Editora.
- Weber, M. (1983). *Fundamentos de Sociologia*. (2ª Edição). Rés Editora.

Wittmann, I. (2019). O "Corpo Nasce de uma Identidade": Reflexões sobre a construção do corpo em experiências transgênero. *Cadernos De Campo*, 28(2), 86-107.
<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/149227>

Žižek, S., (2020). *Pensamiento Contemporáneo en tiempos de pandemias*. (1ª Edição). Aspó.
1ª Edição). Aspó.